

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - CURSO DE MESTRADO

DÉBORA PEREIRA MOLINARI

**DE PAI PARA FILHO: A ADMINISTRAÇÃO RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR NA ÁREA DA AMUSEP, NORTE DO PARANÁ**

MARINGÁ - PR

2022

DÉBORA PEREIRA MOLINARI

**DE PAI PARA FILHO: A ADMINISTRAÇÃO RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR NA ÁREA DA AMUSEP, NORTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ - PR

2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M722d

Molinari, Débora

De pai para filho : a administração rural na agricultura familiar na área da AMUSEP, norte do Paraná / Débora Molinari. -- Maringá, PR, 2022.
106 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. Agricultura familiar - Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense (AMUSEP) - Paraná. 2. Gestão - Propriedade rural. 3. Geografia agrária. 4. Agricultores - Gestão familiar. I. Serra, Elpídio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 338.10981

DE PAI PARA FILHO: A ADMINISTRAÇÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR
NA ÁREA DA AMUSEP, NORTE DO PARANÁ

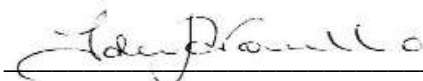
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **06 de maio de 2022.**

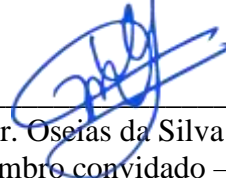
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador - UEM



Prof.ª. Dr.ª. Ideni Terezinha Antonello
Membro convidado –UEL



Prof. Dr. Oseias da Silva Martinuci
Membro convidado – UEM

Dedico este trabalho ao meu pai, Denilso Molinari, e para tantos outros agricultores familiares que possuem na terra mais do que um espaço de moradia ou atividade econômica, enxergam memórias e recordações, uma vida.

AGRADECIMENTOS

A primeira linha de agradecimento é destinada à Ele, dono de toda ciência, sabedoria e poder. Agradeço à Deus, meu Pai do céu, minha fortaleza, meu refúgio.

Agradeço ao meu pai da terra, Denilso Molinari, minha inspiração para a realização deste estudo, que através de sua vida me ensina como ser melhor a cada dia.

Agradeço à minha mãe, Antonia Aparecida Pereira, que me ama incondicionalmente. Seu apoio e crença em mim me trouxeram até aqui, sem você, eu nada seria.

À Dani, minha irmã, parceira de lembranças. Por ser e representar quem és na minha vida.

Ao Marcos Antonio, meu pequeno príncipe. Que preenche meus dias de amor, leveza e pureza.

Lucas, meu companheiro de vida. Obrigada por acreditar em mim, sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Elpídio Serra, por ter aceitado me guiar por essa empreitada.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia que fizeram parte dessa trajetória. A pós-graduação foi ímpar devido a dedicação de cada um de vocês, que são, sem dúvidas, fonte de inspiração profissional.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq pelo auxílio financeiro, viabilizando a realização deste estudo.

Para todas as pessoas que de maneira direta ou indireta fizeram parte deste caminho, expresso aqui, meu profundo agradecimento.

*“Quanto mais eu estudo a natureza, mais me
maravilho com a obra do Criador.”*

(Louis Pasteur)

RESUMO

O presente estudo visa compreender as transformações sofridas pela agricultura familiar na área de abrangência da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense – AMUSEP, com ênfase na complexidade da sucessão geracional frente às mudanças ocorridas no campo, ou seja, entender a gestão da pequena propriedade rural a fim de alçar o enfoque principal da pesquisa na permanência de agricultores no campo, verificando a capacidade de adaptação e reprodução da agricultura familiar. Para tanto, fez-se necessário uma caracterização geral da área de estudo, apresentando considerações no que se refere aos estabelecimentos, ao agricultor e às perspectivas futuras sobre a gestão rural familiar, tanto sob a ótica dos pais, que são os atuais gestores, quanto dos filhos, expondo os principais fatores que influenciam a decisão do(a) jovem rural quanto a sua saída ou permanência no campo. Os dados foram obtidos através de levantamento bibliográfico e de aplicação de entrevistas, sendo tratados com o uso de métodos de análise e comparação. Também foram utilizados dados das bases dos Censos Agropecuário (1996, 2006 e 2017) e Demográfico (2010), envolvendo os 30 municípios que compõem a AMUSEP. Para a aplicação de entrevistas, sete núcleos familiares foram selecionados, considerando o atual gestor e seus candidatos à sucessão. Ao contextualizar historicamente a agricultura familiar, nota-se a interrelação dessa categoria com o processo de colonização, ou seja, a base da agricultura familiar está enraizada historicamente na formação deste espaço geográfico. Os resultados obtidos apontam que alterações ocorreram na estrutura agrária desses municípios. Também, observa-se que uma gestão centralizada no varão da família provoca incertezas no que se refere ao futuro da propriedade e do sucessor. Concluiu-se que o modo de administração por sucessão geracional resiste na configuração rural em meio a tantas transformações, tendo no laço de afetividade com a terra uma das razões de permanência. Assim, o processo de sucessão geracional não está fadado à extinção, considerando a adaptabilidade que a agricultura familiar registra na capacidade de sobreviver a cenários e desafios variados.

Palavras-chave: Sucessão geracional. Gestão da propriedade. Geografia Agrária.

ABSTRACT

The present study aims to understand the transformations undergone by family farming in the area covered by the Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense - AMUSEP, with emphasis on the complexity of the generational succession in the face of changes in the countryside, that is, to understand the management of small rural properties in order to raise the main focus of the research on the permanence of farmers in the countryside, verifying the adaptation and reproduction capacity of family farming. Therefore, a general characterization of the study area was necessary, presenting considerations regarding the establishments, the farmer and the future perspectives on family rural management, both from the perspective of the parents, who are the current managers, and of their children, exposing the main factors that influence the decision of the rural youth regarding their leaving or staying in the countryside. The data were obtained through a bibliographic survey and the application of interviews, being treated with the use of analysis and comparison methods. Data from the Agricultural (1996, 2006 and 2017) and Demographic (2010) Censuses were also used, involving the 30 municipalities that make up the AUSEP. For the application of interviews, seven family nuclei were selected, considering the current manager and his succession candidates. By historically contextualizing family farming, we can see the interrelationship of this category with the colonization process, that is, the basis of family farming is historically rooted in the formation of this geographic space. The results obtained indicate that changes occurred in the agrarian structure of these municipalities. Also, it is observed that a management centered on the male of the family causes uncertainties with regard to the future of the property and the successor. It was concluded that the way of administration by generational succession resists in the rural configuration amid so many transformations, having in the bond of affection with the land one of the reasons for permanence. Thus, the process of generational succession is not doomed to extinction, considering the adaptability that family farming records in the ability to survive varied scenarios and challenges.

Keywords: Generational succession. Property management. Agrarian Geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização dos Municípios da AMUSEP	17
Figura 2 - Visão gráfica de repartição de terras da CMNP	19
Figura 3 - AMUSEP: Dinâmica populacional, 1970 a 2010	24
Figura 4 - Crescimento populacional dos municípios de Colorado, Maringá e Paçandu de 1970 a 1991	25
Figura 5 - AMUSEP: Grau de Urbanização por Municípios, 2010.....	27
Figura 6 - AMUSEP: Grau de Urbanização Médio, 1970 a 2010.....	28
Figura 7 - AMUSEP: Faixas de População por Município, 2010	29
Figura 8 - AMUSEP: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	30
Figura 9 - Perfil esquemático da pesquisa	38
Figura 10 - Definição legal de agricultura familiar	41
Figura 11 - AMUSEP: Número de estabelecimentos agropecuários	45
Figura 12 – Comparativo de área ocupada pela Agricultura Familiar no Brasil, Paraná e AMUSEP em 2017	48
Figura 13 - Área ocupada pela Agricultura Familiar na AMUSEP em 2006 e 2017	49
Figura 14 – Estabelecimento familiar com cultivo de café	52
Figura 15 – Número de estabelecimentos familiares na AMUSEP em 2017.....	52
Figura 16 – Estabelecimentos agropecuários da AMUSEP em 2006 e 2017.....	53
Figura 17 - AMUSEP: Estrutura fundiária predominante na agricultura familiar, 2017	55
Figura 18 – AMUSEP: Área ocupada em hectares pela agricultura familiar, 2017.....	56
Figura 19 - AMUSEP: Atividade econômica predominante, 2017	58
Figura 20 - AMUSEP: Número de estabelecimentos com horticultura, 2017	59
Figura 21 – Estabelecimento com produção de hortaliças	60
Figura 22 - Estabelecimento com pluriatividades	61
Figura 23 - Brasil, Paraná e AMUSEP: Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, 2006	64
Figura 24 – Brasil, Paraná e AMUSEP: Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, 2017	64
Figura 25 – Comparativo entre estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, 2006 e 2017	65
Figura 26 - AMUSEP: Programas de créditos utilizados pelos agricultores familiares, 2017.....	66
Figura 27 - Entrevistas: Produtores vinculados aos programas de créditos	67

Figura 28 - AMUSEP: Direção dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários, 2017	68
Figura 29 - Entrevistas: Direção dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários	69
Figura 30 - AMUSEP: Número de estabelecimentos agropecuários por idade do produtor, 2017	70
Figura 31 - AMUSEP: Pessoal ocupado por sexo do produtor em 1995 e 2017	72
Figura 32 - Alterações de produção de um estabelecimento visitado	77
Figura 33 - Candidatos à sucessão por sexo	82
Figura 34 - Candidatos à sucessão por faixa etária	83
Figura 35 - Candidatos à sucessão por grau de escolaridade	84
Figura 36 - Candidatos à sucessão por moradia no campo com os pais.....	85
Figura 37 - Candidatos à sucessão por perspectiva de futuro	85
Figura 38 - Futuro da propriedade na perspectiva dos candidatos à sucessão	87
Figura 39 - Candidatos à sucessão: permanência na propriedade	87
Figura 40 - Possibilidade de viver da renda obtida na propriedade.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – AMUSEP: Número de estabelecimentos agropecuários em 2017	50
Tabela 2 – AMUSEP: Estrutura fundiária da agricultura familiar em 2017	54
Tabela 3 – AMUSEP: Concentração de atividade econômica e estrutura fundiária, 2017	56
Tabela 4 – AMUSEP: Uso da terra em 1995 e 2017.....	57
Tabela 5 – AMUSEP: Maquinários agrícolas na agricultura familiar em 2017.....	63
Tabela 6 - Local de residência de agricultores em 2017	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMUSEP	Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMATER	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAE	Federação da Agricultura do Estado
FETAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
GERCA	Grupo de Erradicação e Racionalização da Cafeicultura
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AMUSEP: O ESPAÇO QUE CONDICIONA O VIVER	16
2.1 COLONIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CRISE.....	18
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMUSEP PÓS-1970.....	23
3 O CAMINHO TRILHADO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS ..	32
4 CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR E PROCESSO DE SUCESSÃO GERACIONAL.....	39
5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMUSEP	47
5.1 O ESTABELECIMENTO.....	47
5.2 O AGRICULTOR	68
6 GESTÃO DO ESTABELECIMENTO: PERSPECTIVAS FUTURAS	75
6.1 ÓTICA DE PAIS AGRICULTORES	75
6.2 A DECISÃO DO(A) JOVEM RURAL: SAIR OU FICAR?	78
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
8 REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A - AMUSEP - DINÂMICA POPULACIONAL DE 1970 A 2010.....	98
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES.....	99
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA CANDIDATOS À SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	100
APÊNDICE D - MUNICÍPIOS AMUSEP - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (PESSOAS) POR SEXO, EM 1995 E 2017	101

1 INTRODUÇÃO

Este estudo visa compreender as transformações sofridas pela agricultura familiar na área de abrangência da Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense – AMUSEP, com ênfase no processo de sucessão geracional na gestão dos lotes rurais.

Entende-se que o recorte espaço-temporal da AMUSEP sofreu variações estruturais no que tange à administração rural e, conseqüentemente, nos sujeitos que o compõe, ou seja, a agricultura familiar sofreu alterações devido às transformações no campo, sobretudo de ordem econômico-produtiva, as quais empregaram mudanças na forma de produção rural e com isso no modelo de administração nos lotes rurais.

A sucessão geracional também foi influenciada por tais alterações, visto que, com a diversidade imposta pela troca de modelo produtivo no modo de gerenciamento das propriedades, as relações de trabalho embutidas no meio rural se reconfiguraram. Isso porque a força de trabalho, relativa à próxima geração de administradores dos lotes rurais (filhos), passou a ser absorvida por outras funções trabalhistas oriundas do meio urbano em função, dentre vários outros motivos, da inserção tecnológica no modo de produção agrícola.

Estima-se um alto grau de influência da modernização da agricultura nas transformações sofridas pela agricultura familiar, uma vez que se trata de um processo que repele trabalhadores do campo ao mesmo tempo em que incentiva a entrada de maquinários, fazendo com que produtores que não possuem capital para reconfiguração de seu modo de produção, fiquem à mercê do sistema econômico produtivo.

Entretanto, esse modo de administração por sucessão geracional resiste na configuração rural em meio a tantas transformações. Talvez a afetividade com a terra possa ser uma das razões de permanência, considerando toda a trajetória e/ou história de vida da família naquele lugar. Para tanto, os programas governamentais (independentemente da esfera político-administrativa) de incentivo financeiro-produtivo sejam viabilizadores para tal permanência na terra, mesmo com uma estrutura fundiária, intimamente associada à um modelo produtivo, subalterna à um sistema econômico, muitas vezes, desfavorável ao agricultor familiar.

Entende-se que as alterações na base técnica, econômica e social de produção agrícola impõem uma série de desafios para o trabalhador rural, principalmente, neste estudo, para o agricultor familiar, que em muitos momentos tem sua origem histórica imbricada com a ocupação do território, associados a práticas de cultivo tradicionais.

O espaço geográfico sofre transformações contínuas, são ações e reações constantes e destoantes que influenciam a dinâmica de todo o globo. No espaço agrário, que está embutido

no espaço geográfico, não seria diferente. Especificamente na região da AMUSEP, a mudança na base técnica da produção agrícola, ou seja, a substituição de práticas tradicionais por técnicas modernas, que iniciou em meados das décadas de 1970/1980, reverbera até os dias atuais, quarenta anos depois.

Assim que identificada uma nova organização do espaço, é fundamental compreender a tendência de tais mudanças, para que, dentre outros motivos, políticas públicas, referentes a esta temática, sejam adotadas. Porém, não basta apenas defini-las, é de suma importância acompanhá-las, pois, como já mencionado, o espaço está em sucessivas renovações. Fator que exige uma constância na elaboração de pesquisas, confirmando, refutando, atualizando e/ou criando perspectivas.

O último censo agropecuário (IBGE, 2017) revela que cerca de 70% dos estabelecimentos rurais no Brasil provém da agricultura familiar, ou seja, aqueles sujeitos que foram diretamente impactados pelas consequências da modernização da agricultura ainda permanecem com atividades rurais. Entretanto, mesmo com o expressivo número de estabelecimentos de agricultura familiar, a dinâmica iniciada em 1980 de redução de população no campo e aumento de moradores nas cidades tem sido expressiva nos quatro últimos recenseamentos, conforme essa pesquisa identificou.

Diante disso, entende-se que a compreensão das características desses estabelecimentos é essencial, pois mesmo com o movimento de saída do campo, agricultores familiares permanecem na área rural. Daí a importância de se investigar o perfil de quem administra, o tipo de atividade econômica desenvolvida, os motivos que fazem os agricultores familiares persistirem no campo, a perspectiva da sucessão geracional, dentre outros aspectos que podem ser fundamentais à proposta de discussão acerca da agricultura familiar.

Comumente a região norte do Paraná atrai pesquisadores que visam compreender sua significância demográfica, econômica e política. Este estudo elegeu a AMUSEP, que está inserida na região norte do Paraná, enquanto recorte espacial, sob a expectativa de: 1) Ampliar a escala a fim de possibilitar maiores detalhes na coleta e interpretação de dados; 2) Inovar ao utilizar um recorte diferente do comumente utilizado; e, 3) propor que a aliança entre municípios pertencentes a Associação seja direcionada para as discussões agrárias, especificamente, ao produtor familiar. Nesse último caso, direciona-se à possibilidade de uma “porta de entrada” da questão agrária nas discussões da AMUSEP, levando em consideração o objetivo principal de associações intermunicipais: suprir necessidades em comum.

Por essas razões, vislumbrando, quiçá, instigar discussões futuras acerca dos limites e possibilidades de tais municípios enquanto cooperação intermunicipal, a fim de desenvolver

uma investigação que possa contribuir para um debate social mais amplo em prol dos avanços na área da gestão na agricultura familiar.

Cabe ressaltar que se optou por utilizar os termos “gestão” e “administração” conforme definidos pelos dicionários, como sinônimos. O dicionário Aurélio aponta que administração significa “gestão de negócios públicos ou particulares” e ainda “ordenar fatores de produção e controlar sua produtividade e eficiência” (FERREIRA, 2010, p. 18). A Função do administrador é, portanto, “gestão e gerência”, sendo que o mesmo é dito para explicar a gestão.

Este estudo buscou compreender a realidade por meio da dinâmica, do movimento entre o sujeito e o objeto, através de um processo histórico e dinâmico, considerando as premissas do materialismo histórico-dialético.

No que se refere às técnicas, a materialização da ideia partiu da busca por referenciais teóricos relacionados à temática, autores clássicos, livros impressos e *online* (foram utilizadas três bases de dados: o Programa de Pós-Graduação em Geografia, o site da Biblioteca Central da UEM e o *Google Acadêmico*). Também buscou-se dados acerca da região investigada nas bases dos Censos Agropecuário (registros de 1996, 2006 e 2017) e Demográfico (os últimos dados oficiais publicados, que datam de 2010), envolvendo todos os municípios da AMUSEP.

Por fim, a aplicação de entrevistas contribuiu para aprofundar as discussões obtidas pelos dados oficiais. Por se tratar de 30 municípios, 6690 estabelecimentos que se encaixam na agricultura familiar, optou-se por selecionar os atores de modo a valorizar as características dos produtores, mais especificamente o tipo de produção (hortifrutí, cafeicultura, pluriatividades, leiteiro e temporárias) como critério de seleção para entrevistas. Sete núcleos familiares foram entrevistados, considerando o atual gestor e seu futuro sucessor, totalizando 21 entrevistas. Cabe ressaltar que toda pesquisa envolvendo seres humanos precisa ser submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), este estudo foi analisado e recebeu o parecer positivo.

Para tanto, além da introdução e considerações finais, este trabalho possui seis seções principais: Inicia-se apresentando considerações sobre o espaço que condiciona o viver, abordando a temática colonização, desenvolvimento e crise, assim como a AMUSEP após a década de 1970. Em seguida, expõe aspectos relacionados à fundamentação metodológica. Segue com uma reflexão conceitual acerca do sujeito agricultor familiar, gestão rural e sucessão geracional. Posteriormente traz uma caracterização da organização econômica e social da agricultura familiar na AMUSEP, no que se refere aos estabelecimentos e ao agricultor, com informações coletadas em censos e *in loco*. Por fim, são apresentadas as perspectivas futuras sobre a gestão rural familiar, tanto sob a ótica dos pais, que são os atuais gestores, quanto dos filhos, abordando os fatores que influenciam na decisão do(a) jovem rural.

2 AMUSEP: O ESPAÇO QUE CONDICIONA O VIVER

A Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense foi escolhida como recorte espacial deste estudo por três motivos principais. A primeira razão é priorizar detalhes na coleta e interpretação dos dados, ou seja, a AMUSEP é formada por 30 municípios, uma área menor quando comparada, por exemplo, à mesorregião norte central paranaense (que possui 79 municípios), fato que possibilita atribuir maior especificidade às discussões.

A segunda finalidade é utilizar um recorte diferente do comumente empregado pela comunidade acadêmica geográfica. Ao buscar estudos englobando a AMUSEP os resultados obtidos são modestos, proporcionando inovação científica.

O terceiro motivo de utilização deste recorte, sendo o mais relevante, é devido à potencialidade da pesquisa trazer ações concretas para os produtores que compõem a Associação, levando em consideração o objetivo da AMUSEP: promover o desenvolvimento regional por meio da troca de experiências, cooperação intermunicipal, ampliando políticas públicas voltadas à resolução dos desafios comuns encontrados, no sentido de suprir as necessidades intermunicipais. Nessa perspectiva, a aliança entre municípios pode ser direcionada também para a questão agrária, especificamente, ao produtor familiar, visualizando, quiçá, a possibilidade de uma “porta de entrada” da questão agrária nas discussões da AMUSEP.

Com o propósito de caracterizar a área de estudo, buscou-se contextualizar os municípios que a compõem, assim como explicitar a finalidade principal desse vínculo intermunicipal. A Associação é formada por 30 municípios, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1- Municípios que compõem a AMUSEP

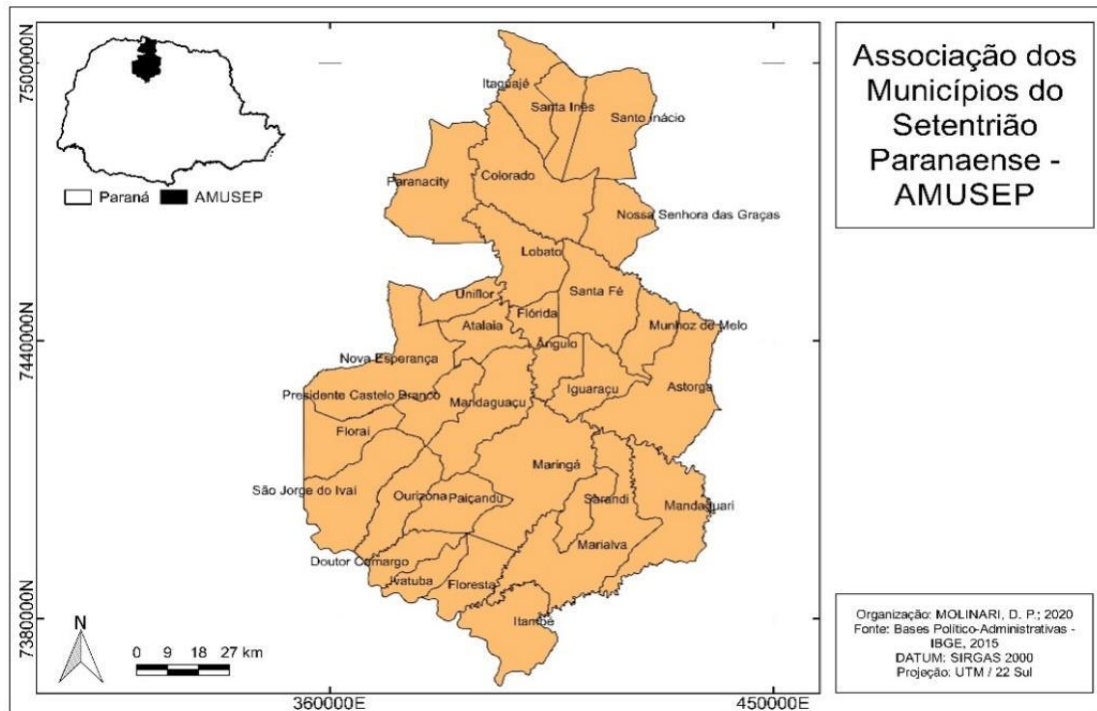
Ângulo	Itambé	Ourizona
Astorga	Ivatuba	Paíçandu
Atalaia	Lobato	Paranacity
Colorado	Mandaguaçu	Pres. Castelo Branco
Doutor Camargo	Mandaguari	Santa Fé
Floraí	Marialva	Santa Inês
Floresta	Maringá	Santo Inácio
Flórida	Munhoz de Melo	São Jorge do Ivaí
Iguaraçu	N. Sra. das Graças	Sarandi
Itaguajé	Nova Esperança	Uniflor

Fonte: Adaptado de AMUSEP (2021).

No que se refere ao nome da Associação, cabe mencionar que o termo “setentrião” foi

escolhido por significar o “conjunto de regiões do Norte”, posto que os municípios da Associação em questão estão localizados geograficamente na Região Norte do estado do Paraná (AMUSEP, 2020). A Figura 1 ilustra a localização dos municípios da AMUSEP.

Figura 1 - Localização dos Municípios da AMUSEP



Fonte: Molinari e Tognato (2020, *online*).

A AMUSEP foi fundada com o intuito de promover o desenvolvimento regional, financiada pelos municípios associados, trata-se de uma instituição composta por pessoas jurídicas públicas. Desde sua fundação, a presidência da AMUSEP, é alterada anualmente e tal cargo é ocupado pelos prefeitos dos municípios que a compõe (AMUSEP, 2021), dessa forma, ela possui uma característica político-administrativa, com a possibilidade de reivindicações em prol dos mais diversos recursos frente outros entes federativos.

No que diz respeito à finalidade principal da AMUSEP, Verri (2015, p. 87) destaca que,

O principal papel da associação dos municípios é unir prefeitos e municipalidades em torno de projetos que objetivam o desenvolvimento local e regional, cuja representação só faz sentido se forem de utilidade às administrações municipais, medido pela quantidade de investimentos, obras e serviços que melhoram a vida da população.

Com isso, de acordo com Verri (2015), a integração de territorialidades, promovida pela Associação, faz com que a região se destaque, no campo econômico, como um polo de grande

expressividade no Estado.

É importante frisar que os principais projetos da Associação são ações voltadas à área da saúde e desenvolvimento regional. No primeiro caso, o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrão Paranaense (CISAMUSEP) destaca-se. Trata-se de um centro médico, estruturado, com diversas especialidades, que estão à disposição dos municípios consorciados, sendo necessário que tais municípios façam o encaminhamento de seus munícipes para receber atendimento.

Quanto ao quesito desenvolvimento regional, o Consórcio Público Intermunicipal da Gestão da AMUSEP (PROAMUSEP) em linhas gerais, possui como finalidade estimular o desenvolvimento local e regional. Embora o objetivo desta pesquisa não seja evidenciar efetividades práticas dos entes anteriormente citados, tais aspectos foram abordados porque os serviços ofertados por eles influenciam diretamente os municípios que compõem a Associação.

Enfim, com fundação datada do início da década de 1970, a AMUSEP surge em um período em que características herdadas do modelo de colonização estão sendo reorganizadas, com alterações nas esferas políticas, econômicas e sociais. Com o intuito de se entender o cenário em que a Associação surgiu, bem como os principais aspectos sobre a colonização regional, o tópico a seguir foi desenvolvido.

2.1 COLONIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CRISE

Para compreender a abrangência da colonização dos municípios que compõem a AMUSEP, situados no norte paranaense, tal como a atual configuração da estrutura agrária regional, dois fatos são importantes: a expansão cafeeira e a ação da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A colonização de uma área deve ser entendida por meio de três etapas principais e necessárias: 1) repartir; 2) ocupar; e, 3) desenvolver. Tal colonização se dá quando três processos ocorrem, em sequência, em determinado espaço geográfico, sendo eles: a repartição da terra, a ocupação humana e o desenvolvimento econômico. Ela se completa com a junção dos termos repartir, povoar, produzir (LARANJEIRA, 1983).

Na primeira etapa, as companhias de colonização são as responsáveis por planejar e dividir os lotes, tal como providenciar toda a questão relacionada à educação e à infraestrutura necessária para moradia naquele local. Trata-se de um sistema de parceria entre o Estado e as empresas privadas. No momento dessa primeira etapa, as companhias ficaram responsáveis por promover a infraestrutura para facilitar a ocupação humana, em troca, recebiam do Estado como

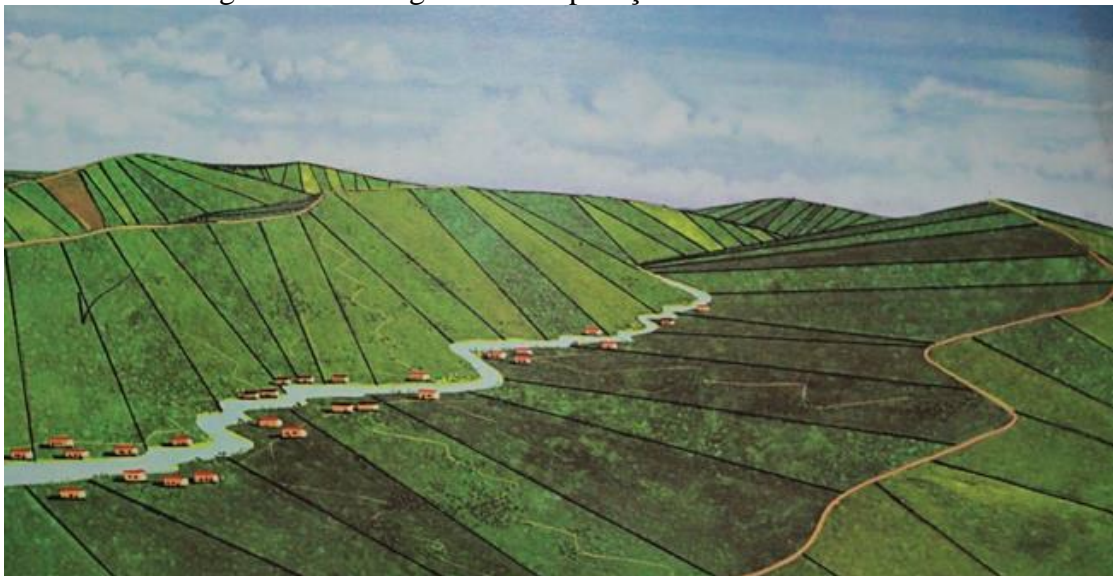
forma de pagamento, a baixo custo, terras virgens com imenso potencial no mercado (NÓBREGA; SERRA, 2009).

Com isso, a colonização da região norte do Paraná, recorte que abarca os municípios que compõem a AMUSEP, se deu por meio de ações de diversas companhias colonizadoras, porém, a mais expressiva foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que mais adiante passou a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). De acordo com Chies e Yokoo (2012, p. 28),

Algumas características da colonização, como a organização em pequenas e médias propriedades (principalmente no norte novo e novíssimo) cultivadas a partir da produção familiar, a facilitação nas formas de pagamento da terra e o planejamento de uma rede de cidades que atendessem às necessidades da população rural, foram criadas a partir da ação das companhias colonizadoras.

As companhias seguiam alguns padrões, como a divisão das propriedades em pequenas e médias. Os lotes foram subdivididos em média entre 10 e 20 alqueires, de maneira a incluir em todos eles uma parte de baixada e outra de espigão, ou seja, possuíam acesso à estrada e ao ribeirão, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2 - Visão gráfica de repartição de terras da CMNP



Fonte: CMNP (1995, p. 109).

Segundo o planejamento, a alta vertente foi destinada às plantações de café, ao passo que na parte baixa localizava-se a casa, horta, animais, pomar, dentre outros. A água, obtida em poços ou no ribeirão. As casas, de vários lotes, formavam uma espécie de comunidade, que

eram de grande valia na época de colheita do café, a fim de formarem um trabalho em conjunto (CMNP, 1975). A respeito dessa configuração, Monbeig (1935, p. 15) destaca que:

[...] cada parcela encosta pela parte alta na estrada, pela parte baixa no rio; os planos racionais, que recortam o território em lotes à venda permitem perceber o desenho das parcelas mais longas do que largas, em declive mais ou menos forte, mas sempre em declive, descrevendo uma auréola em torno de cada cabeceira de rio, de maneira a permitir a todos o acesso à água; este sistema, aliás, obriga a fachada sobre o rio a ser mais estreita do que a fachada sobre a estrada.

Nesse contexto, durante o ano, o produtor deveria viver com os produtos das culturas paralelas ao café, e vender o excedente das produções que estariam entre as fileiras do café novo (arroz e milho), ovos, porcos, galinhas, dentre outros. Esse pequeno produtor, diferentemente do fazendeiro de café, que comercializava nos grandes centros (São Paulo ou Santos), venderia sua produção aos maquinistas locais nos patrimônios. Os maquinistas, por sua vez, comercializariam nos grandes centros, com os representantes das exportadoras, gerando uma distribuição de interesses na cadeia agrícola. A comercialização do pequeno proprietário impulsionava o desenvolvimento local e regional, visto que o dinheiro recebido pela produção circulava nessas mesmas escalas (CMNP, 1975).

Essas características das propriedades cafeeiras estão intrinsecamente associadas à origem da agricultura familiar na região. A organização da produção, o vínculo constituído com o mercado econômico e a utilização da mão de obra, majoritariamente, familiar nas atividades desenvolvidas no lote, resultaram na dinâmica da agricultura familiar do norte do Paraná.

Além do planejamento dos lotes rurais, o planejamento estratégico da localização geográfica das cidades, para que fosse possível suprir as necessidades da população rural, também foi idealizado pela CMNP. O planejamento das cidades obedeceu a alguns critérios, tais como: 1) Núcleos econômicos possuindo, aproximadamente, cem quilômetros de distância; 2) Patrimônios, centros comerciais ou abastecedores intermediários foram demarcados de 10 a 15 quilômetros; 3) Em ambos, cidades e patrimônios, que foram subdivididos em datas residenciais e comerciais; 4) Ao redor das áreas urbanas foram construídas chácaras capazes de suprir as necessidades básicas locais - com a produção de hortaliças, aves, frutas, dentre outros (CMNP, 1975).

E assim, teve início o processo de colonização no norte do Paraná, de forma ordenada e planejada. Porém, para além do planejamento dos lotes urbanos e rurais, seria necessária uma via de ligação e escoamento da produção gerada na região pelas ferrovias. Segundo dados da CMNP (1975, p. 81), entre 1928, se completou a ligação Ourinhos-Cambara; em 1932, os

trilhos chegavam apenas até Jataí. Porém, desse ponto em diante a construção se efetuou por etapas “Londrina, Cambé, Rolândia, Araongas, Apucarana – esta última no quilômetro 269, que foi atingido em 1943. Em 1954 os trilhos chegaram a Maringá e em 1973 atingiram Cianorte”.

A CMNP (1975) utiliza a expressão “três nortes” ao se referir à colonização norte do Estado, em função de três aspectos: a) em um primeiro momento foi colonizada a região do norte velho, de Tibagi até Londrina, em meados da década de 1940; b) em seguida, a região de Maringá, conhecida como norte novo, foi colonizada de Londrina até o rio Ivaí; e, c) posteriormente, o norte novíssimo, do rio Ivaí até Umuarama/Cianorte. Desse modo, na medida em que a construção da ferrovia avançava, a colonização, da mesma forma, progredia, iniciando a segunda etapa da colonização: a ocupação.

A ocupação das terras norte paranaenses está associada à proibição de novos plantios de café pelo governo do Estado de São Paulo, uma vez que, após crises decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), este mesmo governo promoveu estímulos para diversificação de culturas em áreas paulistas. No Estado do Paraná não havia proibição, tampouco qualquer tipo de restrição de plantio. Tal fato, associado às características dos solos e potencial das terras ao sul do rio Paranapanema, levaram à chamada “frente norte” de ocupação do Paraná, ocupações espontâneas que obrigaram o Estado e o setor privado a agir.

Após breve panorama acerca da colonização, é possível afirmar que a cafeicultura foi capaz de impulsionar o desenvolvimento da região, visto que, todo norte paranaense se consolidou como grande produtor. A inter-relação entre o processo de colonização do norte paranaense com a expansão da cafeicultura é inegável. Porém, após a fase de colonização, toda a expansão cafeeira acarretou uma superprodução, excesso de produto, logo, queda no preço. No que tange a essa questão, Serra (2012, p. 1-2) destaca que,

[...] tendo o café como produto de mercado e as lavouras de subsistência garantindo a manutenção da família e a reprodução da força de trabalho, o trabalhador rural teve como se fixar no campo e nele se manter em harmonia, pelo menos até os primeiros anos da década de 1960, quando o setor cafeeiro entra em crise como consequência direta do excesso de produção e de seus reflexos na queda dos preços de mercado.

Dito isso, o excesso de produção ocasiona um desequilíbrio no mercado, e, a partir de 1960, uma série de medidas para conter o avanço de lavouras cafeeiras se inicia, devido ao fato de haver um grande aumento na oferta e a procura do produto não acompanhar tal crescimento. A partir deste momento, o Estado começou o processo de intervenção por meio de políticas públicas que pudessem estimular a diversificação de culturas.

No que se refere às políticas públicas, é importante considerar duas ações: 1) A criação do Grupo de Erradicação e Racionalização da Cafeicultura (GERCA), órgão associado ao Instituto Brasileiro do Café (IBC) a partir de 1962, quando o programa IBC/GERCA visava a racionalizar e erradicar lavouras cafeeiras improdutivas sob a perspectiva técnica; e, 2) A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 que estabelecia uma série de direitos ao trabalhador rural (como décimo terceiro, férias remuneradas, jornada de trabalho de 8 horas diárias), isso fez com que pequenos proprietários encontrassem dificuldades para contratar de mão de obra, pois o meio rural não estava financeiramente preparado para tal mudança (SERRA, 2012). Com as medidas mencionadas, novas tendências de produção e organização surgem, com uma política visando à expansão da produção de oleaginosas e pastagens, bem como havia ocorrido no Estado de São Paulo há algumas décadas.

O Estado condicionou as transformações no processo produtivo, atuando como agente para a consolidação do capital externo (ANDRADE, 2005), em conjunto, estão as alterações técnicas, Silva (1981) as observa sob três prismas, a saber: 1) inovações mecânicas, alterando a jornada de trabalho – intensidade e ritmo; 2) inovações físico-químicas, capazes de elevar a produtividade por meio da alteração de características naturais do solo; e, 3) inovações biológicas, que influenciam diretamente no capital, pois é capaz de adiantar o processo de produção, potencializando os segmentos anteriores.

Além das políticas públicas condicionadas pelo Estado, as geadas de 1969, 1972 e 1975, que assolaram o norte paranaense, foram o “golpe de misericórdia” para um cultivo que já estava com sua trajetória traçada, isto porque muitos produtores, tendo em vista os prejuízos obtidos, deixaram a produção.

Com os dados apresentados pelo Censo Agropecuário (1996) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível compreender que houve um rearranjo do espaço agrário, uma vez que, pelo crédito rural subsidiado (política criada pelo governo direcionada à modernização da agricultura), no período de 1970 e 1985, houve uma redução de 59% nas lavouras permanentes e um aumento significativo de lavouras temporárias e áreas de pastagens. Como resultado, um intenso processo de êxodo rural é desencadeado em função da mudança da base técnica de produção agrícola, estimulando a utilização intensiva de tecnologia, bem como substituindo a mão de obra da população rural.

Além das inevitáveis mudanças na paisagem, a estrutura de organização espacial também se modificou, sendo que as pequenas propriedades com produção heterogêneas “cederam” seu espaço para culturas modernas, com apenas um ou dois tipos de cultura na propriedade. A pequena produção com diversidade de produtos é gradativamente pressionada,

transformada ou recriada devido as imposições do capital. Trata-se de uma adequação do mercado interno frente às exigências da economia externa, ou seja, uma reestruturação no campo, a fim de suprir a produção de grande escala, voltada à exportação. As pequenas e médias propriedades planejadas no período de colonização pela CMNP, para atender às demandas locais e regionais, se encontram frente a obstáculos de manutenção e, conseqüentemente, de permanência na terra.

É possível notar uma reestruturação agrária, a partir da alteração da(s): 1) Estrutura Fundiária; 2) Produção agrícola; e, 3) Relações de Trabalho. Imposições essas que têm seus efeitos, pelo menos em três dimensões: na estrutura agrária, com a concentração das terras privilegiando grandes proprietários capitalizados; na produção agrícola, privilegiando produtos de mercado externo e a mecanização da agricultura e nas relações de trabalho, com a substituição dos trabalhadores permanentes pelos trabalhadores temporários, gerando o esvaziamento do campo e a urbanização forçada.

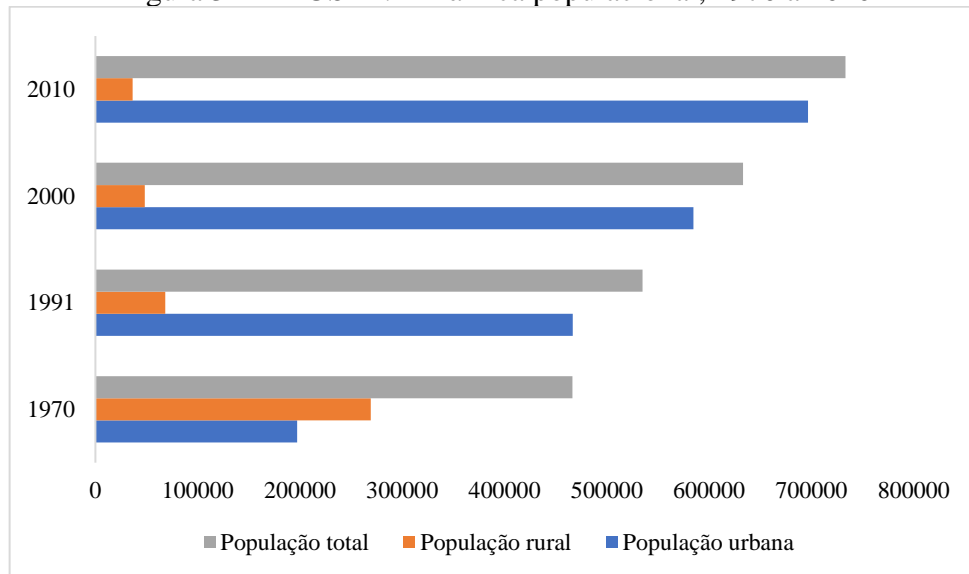
Com a instauração de uma nova dinâmica populacional, como permanece os municípios que compõem a AMUSEP diante das diversas mudanças de ordem política, econômica e social?

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMUSEP PÓS-1970

O presente tópico possui como objetivo compreender a relação dinâmica entre o campo e a cidade, buscou-se nas bases do IBGE por meio de levantamento dos dados oficiais publicados no censo demográfico, utilizando as seguintes variáveis: quantitativo populacional rural e urbano dos municípios, grau de urbanização, faixas de população e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Vale destacar que os últimos dados oficiais publicados por meio de Censo Demográfico datam de 2010, justificando a utilização de tal recorte temporal.

Iniciando as análises demográficas, na Figura 3, é possível constatar a oscilação da população dos municípios da AMUSEP, nos meios rurais e urbanos no período de 1970 a 2010. Vale ressaltar que não é intuito desconsiderar a discussão científica acerca do conceito urbano e rural como condição de vida, mas, os dados apresentados na figura, dizem respeito à metodologia de recenseamento empregada pelo IBGE, a qual leva em consideração a população do município por tipo de domicílio, subdividindo-a em espaço urbano e rural, e, por isso, as terminologias empregadas pelo órgão foram mantidas.

Figura 3 - AMUSEP: Dinâmica populacional, 1970 a 2010



Fonte: Adaptado de IBGE (2010); Rigon e Sant'anna (2013).

De acordo com o gráfico é possível observar três tendências: 1) aumento de população total; 2) crescimento da população urbana e; 3) diminuição de população rural. Na década de 1970, 58% da população se localizava em áreas rurais. No entanto, o êxodo rural iniciado nesse período resulta em uma queda intensa nesse número, ao passo que em 2010 a população rural representava apenas 5% da população total.

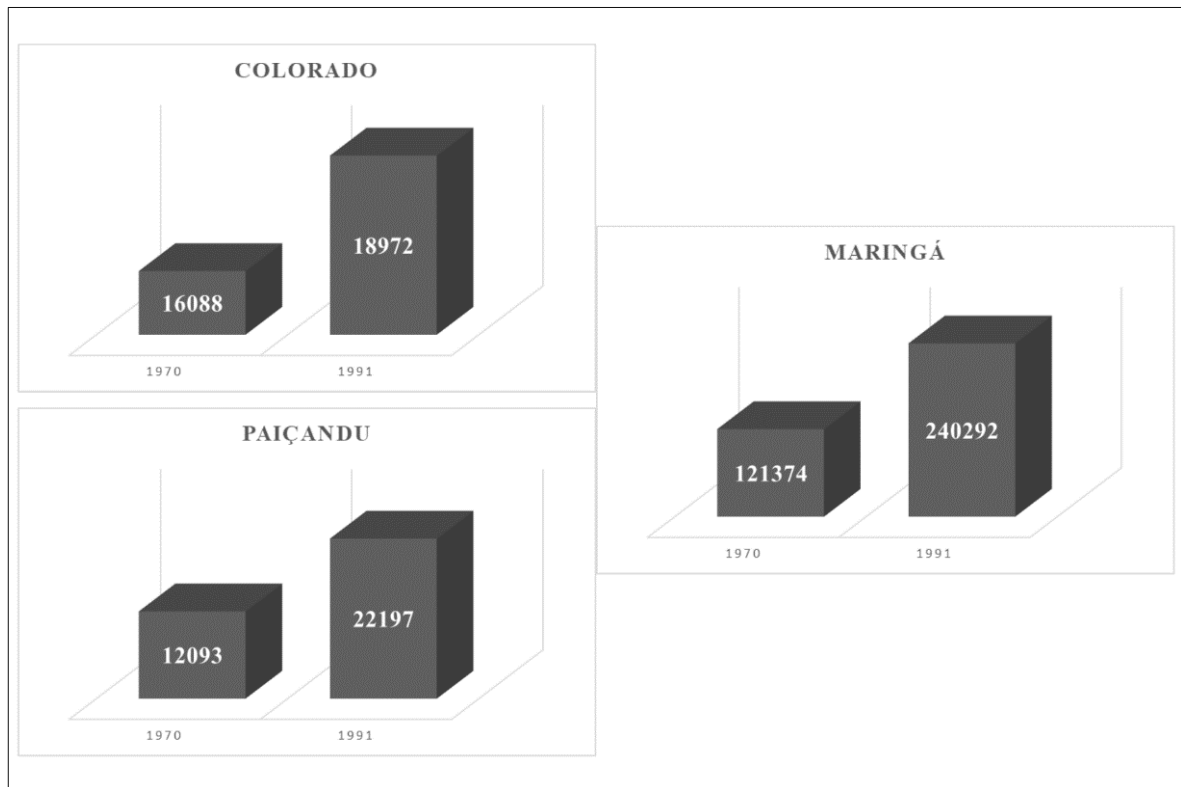
Esse gráfico foi produzido com base nos dados adquiridos no Apêndice A que apresenta todos os municípios que compõe a AMUSEP, ao analisar cada município de maneira isolada da década de 1970 e 1991, com exceção de Ivatuba, todos os municípios tiveram acréscimo em sua população urbana. Ivatuba registrou decréscimo de população tanto no campo quanto na cidade. A população urbana que na década de 1970 era de 1789 alterou-se para 1779, ao passo que a população rural que registrava 12132 decaiu para 729 em 1991. Possivelmente, para além da relação campo-cidade dentro de um mesmo município, houve a migração intermunicipal, vizinhos ou não.

Ainda de acordo com a figura 3, em 1991, no que se refere ao meio rural, todos os municípios registraram decréscimo populacional se comparado a 1970. Nas décadas analisadas, ocorreram transformações no meio rural, o início do processo de modernização agrícola é fator chave nessa redução de população no campo e acréscimo na cidade. Os números apresentados funcionam como uma espécie de reação às alterações agrárias deste período. Aspectos originais da colonização se alteram, ou seja, a predominância de população no campo é alterada para o meio urbano. Na colonização, campanhas publicitárias incentivavam a ocupação dos espaços rurais, com o passar dos anos, mudanças técnicas, econômicas e sociais guiaram a uma

reconfiguração territorial, influenciando diretamente o interior da propriedade, resultando no início do êxodo rural, processo percebido até os dias atuais

Quando analisado o número total de população nos municípios da AMUSEP, em 1991, há um crescimento em relação a 1970 (de 466334 para 534909), esse número é influenciado por Colorado, Maringá e Paiçandu.

Figura 4 - Crescimento populacional dos municípios de Colorado, Maringá e Paiçandu de 1970 a 1991



Fonte: Cadernos Estatísticos Municipais – IPARDES (IBGE, 2010).
Adaptado de Rigon e Sant’anna, 2013.

Todos os demais municípios registram uma tendência de redução de população total, ou seja, enquanto cerca de 83% dos municípios registram queda no número total de população, os municípios citados se destoam, principalmente, Maringá e Paiçandu que tiveram aumento de mais de 80% de sua população, influenciando diretamente no número populacional total da AMUSEP.

Para além deste crescimento mencionado, a redução populacional em cerca de 83% dos municípios chama atenção. As famílias migravam da zona rural e do município que estavam sediadas, ou seja, houve deslocamentos intermunicipais/interestaduais também, em busca, talvez, de locais que ofereciam, na perspectiva do egresso, políticas públicas com melhores

condições de vida (o que pode ser o caso de Colorado, Maringá e Paiçandu que registraram aumento populacional).

No período de 1991 a 2000, apenas 33% dos municípios apresentaram decréscimo de população total, contabilizando assim, um aumento populacional de maneira distribuída, não somente em municípios específicos, como na comparação anterior. Inicia-se, uma tendência de aumento de população total nos municípios que compõem a Associação.

Quanto à população urbana, apenas Iguaraçu e Santo Inácio perderam população, estes municípios também registraram decréscimo no comparativo rural e total. Talvez por conta de um deslocamento para municípios com políticas públicas mais atrativas (trabalho e moradia mais acessíveis, por exemplo) - como no caso de Ivatuba no comparativo anterior.

Já no âmbito rural, com exceção de Ivatuba, Marialva e Sarandi, todos os outros municípios tiveram decréscimo em sua população, mantendo a constante de repulsão populacional no campo, iniciada na década de 1970.

No período entre 2000 e 2010, no que tange à população total, há uma constância no dado anterior, mantendo o aumento populacional de maneira geral, uma vez que nesse período apenas 20% sofreram decréscimo. Além disso, nota-se o predomínio do acréscimo urbano, excetuando-se apenas os municípios de Florai, Santa Inês e São Jorge do Ivaí. Constata-se que o decréscimo de população rural se manteve de forma majoritária, com exceção de Maringá e São Jorge do Ivaí.

Dessa forma, há uma tendência geral na evolução da composição da população dos municípios da AMUSEP, a qual expressa um aumento de população urbana e decréscimo de população rural. Em 40 anos, a população total dos municípios que compõem a AMUSEP altera-se de 466334 para 733404 um acréscimo de aproximadamente 57%.

Quais os motivos dessa atração, já que, incentivos do Estado e das companhias colonizadoras, conhecidas anteriormente no período de colonização já não fazem parte do cenário atual? O primeiro deslocamento populacional oficial em direção aos municípios da AMUSEP, no período de colonização, ocorreu devido a incentivos para a ocupação, sobretudo no meio rural, destinados à produção cafeeira. Porém, após o processo de colonização finalizado e as alterações de bases técnicas de produção que o sucederam, a tendência de aumento populacional continua. A resposta pode estar no fato de que há outros serviços que atraem a população, se comparado com outras regiões e Associações.

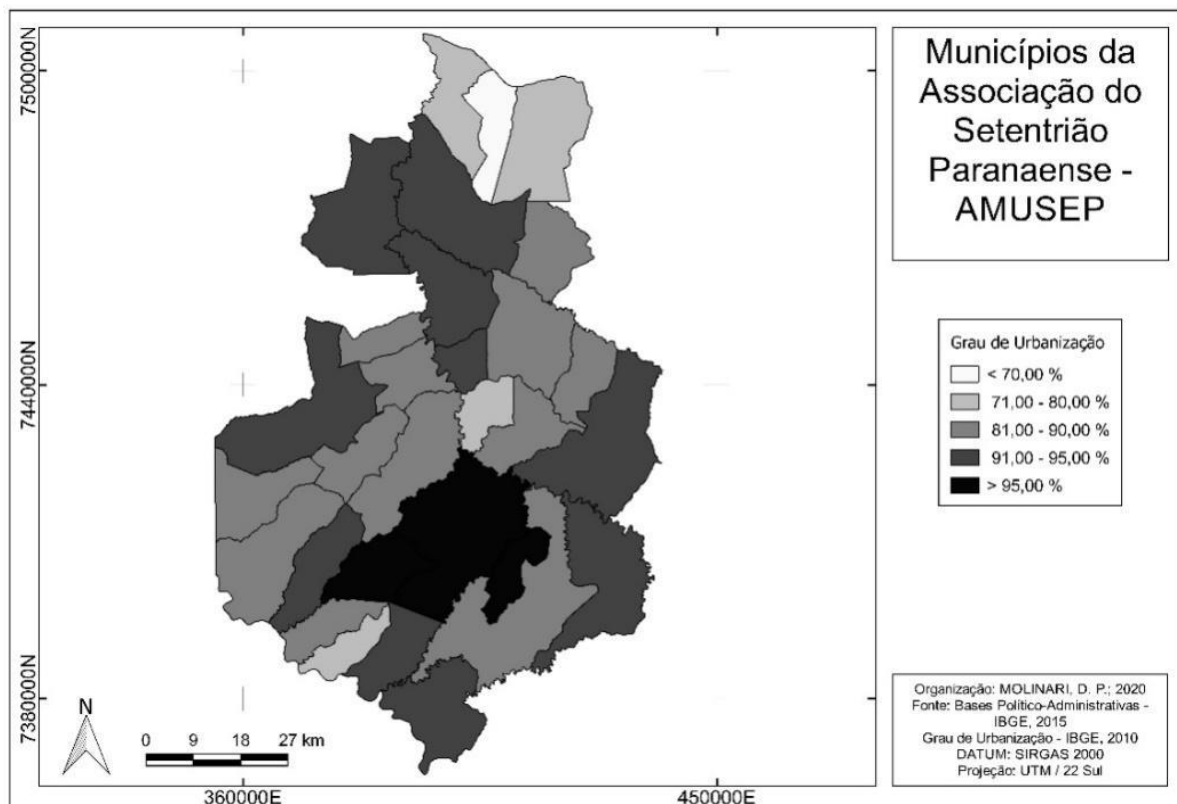
Uma outra maneira de visualizar o aumento de população urbana seria pelo grau de urbanização do município, o qual é definido pela quantidade da população urbana apresentada em forma de porcentagem em relação ao total municipal.

É possível verificar a taxa de urbanização das cidades pertencentes a AMUSEP no período de 1970, 1991 e 2000. Rigon e Sant'ana (2013, p. 168) relatam que em 1970,

A média geral de urbanização era de 27,1%, com os extremos variando entre 12,18% (Presidente Castelo Branco) e 82,31% (Maringá) [...]. Em 1990, a média geral de urbanização teve um aumento de 269% em relação à 1970, passando para 73,1% [...]. E em 2000, a média geral passou para 81,94%.

A Figura 5 ilustra o grau de urbanização de cada município da AMUSEP no ano de 2010. Cabe salientar que o ano de 2010 foi utilizado por se tratar do último censo demográfico realizado.

Figura 5 - AMUSEP: Grau de Urbanização por Municípios, 2010



Fonte: Molinari e Tognato (2020, *online*).

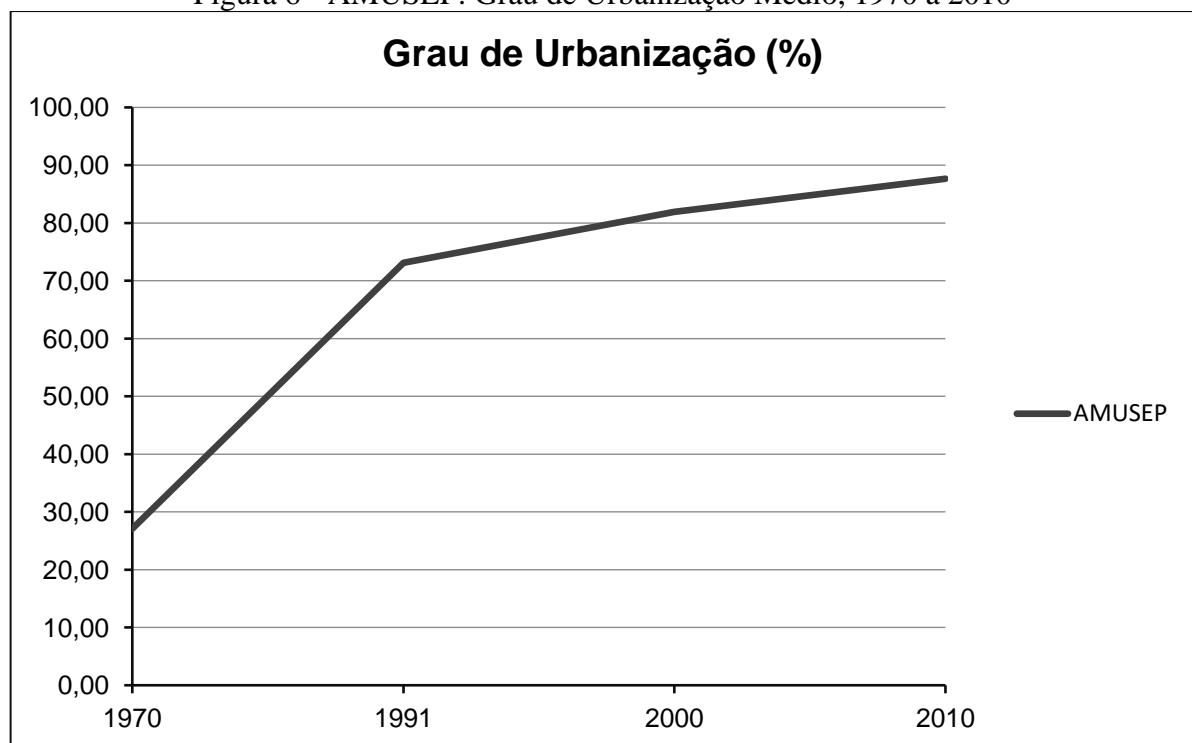
Os dados evidenciam que apenas um município possui grau de urbanização menor que 70%, como é o caso de Santa Inês no extremo norte da Associação; 4 municípios possuem a taxa entre 71 e 80%, dentre eles: Itaguajé, Santo Inácio, Ângulo e Ivatuba; a maioria, envolvendo 12 municípios, mantém a taxa entre 81 e 90%, 10 possuem a taxa entre 91 e 95%, enquanto Maringá, Sarandi e Paiçandu possuem urbanização acima de 95%.

Na Figura 5 é possível espacializar os dados de 2010 observados também na Figura 2, pois, ao analisar a urbanização com ênfase na sua influência sobre o meio rural, identifica-se que os municípios pertencentes a AMUSEP possuem maior contingente populacional na cidade quando comparado ao campo, uma vez que todos estão acima dos 70%.

Cabe ressaltar a centralidade da sede da AMUSEP em relação aos demais municípios no quesito urbano, apresentado, por exemplo, no fato de que duas de suas cidades limítrofes, Sarandi e Paiçandu, criam um eixo urbano de alta intensidade, essencialmente fundamentado nos serviços ofertados por Maringá, os quais, por sua vez, influenciam na morfologia dessas cidades, gerando, a conurbação entre Maringá e Sarandi.

A fim de se obter uma observação comparativa, a Figura 6 ilustra um panorama evolutivo do grau de urbanização médio da AMUSEP, conforme a seguir.

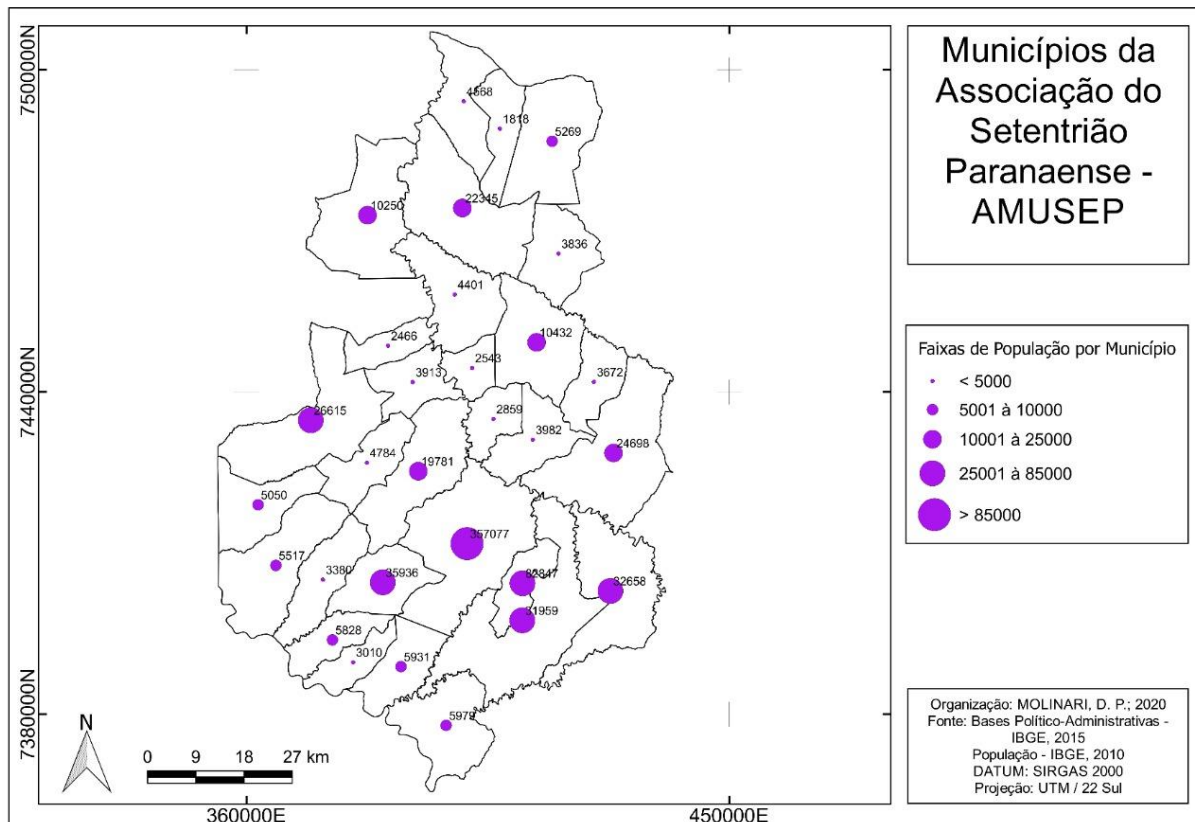
Figura 6 - AMUSEP: Grau de Urbanização Médio, 1970 a 2010



Fonte: Molinari e Tognato (2020, *online*).

Ao observar as taxas de urbanização nas décadas de 1970, 1991, 2000 e 2010, constata-se, mais uma vez, a tendência de concentração populacional na cidade. Cabe salientar que a alta taxa de urbanização de um município não significa que ele possua elevado contingente populacional, uma vez que, ao menos no caso da AMUSEP, mesmo os municípios com grau de urbanização elevado, possuem majoritariamente até 5 mil habitantes, ou seja, um registro marcante de pequenas localidades, como evidenciado na Figura 7.

Figura 7 - AMUSEP: Faixas de População por Município, 2010



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

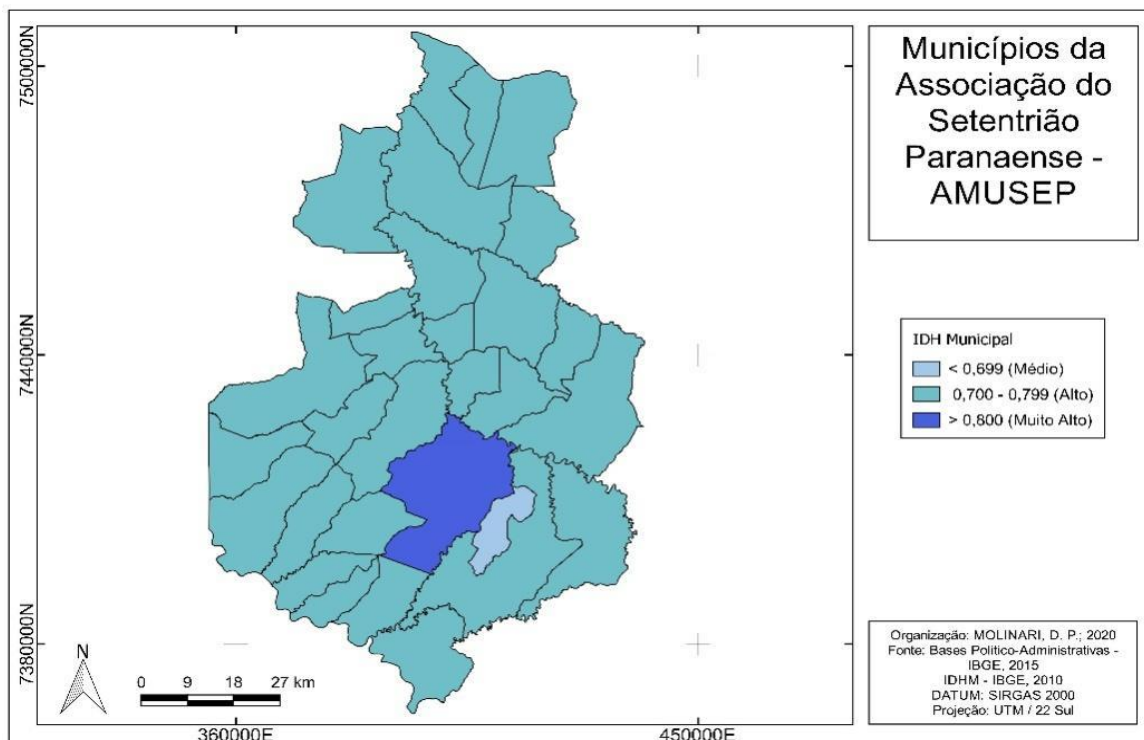
Nota-se que, dos 30 municípios que compõem a AMUSEP, 13 possuem menos que cinco mil habitantes; 6, contam com um número entre cinco mil e um e dez mil munícipes; 5, têm entre dez mil e um e vinte e cinco mil; outras 5 localidades, possuem de vinte e cinco mil e um a oitenta e cinco mil; e, apenas 1 município, Maringá, detém mais de oitenta e cinco mil habitantes com população estimada para 2020 em aproximadamente quatrocentas mil pessoas. Com essa organização espacial é possível visualizar a estrutura instaurada no período de colonização, mais especificamente nessa região pela CMNP, com uma cidade polo ou núcleos econômicos, a cada cem quilômetros de distância, a qual, no caso da AMUSEP é Maringá, e as demais servem como patrimônios ou centros comerciais intermediários destinados a suprir as necessidades básicas locais.

A proximidade com o município de Maringá impacta, de forma positiva e negativa, os municípios de seu entorno, principalmente, para os que possuem faixa de população menor que cinco mil habitantes, uma vez que as pequenas localidades vêm perdendo centralidade ao longo dos anos. Com a perda de centralidade, perdem também, uma série de serviços destinados à população, supridos pelas maiores localidades. Muitos serviços (como o caso do comércio local) não conseguem se desenvolver pelo fato de que a população busca a localidade que lhe

oferece diversidade de serviços (o que o comércio local, em muitos casos, não é capaz de proporcionar). Isto influencia diretamente no desenvolvimento de tais municípios. Por outro lado, o desenvolvimento do município de Maringá pode impulsionar o desenvolvimento de seu entorno, além de suprir serviços que os pequenos municípios não conseguem suprir.

A Figura 8 precisa a qualidade de vida da população e espacializa o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da AMUSEP. O IDHM é mensurado por meio de indicadores relacionados à longevidade (esperança de vida ao nascer), renda (renda per capita) e educação (escolaridade da população adulta e frequência escolar da população jovem) (IBGE, 2010). O IDHM é dividido de acordo com as seguintes faixas: Muito Baixo Desenvolvimento (0 - 0,499); Baixo Desenvolvimento Humano (entre 0,500-0,599); Médio Desenvolvimento Humano (0,600 - 0,699); Alto Desenvolvimento Humano (0,700 - 0,799); e, Muito Alto Desenvolvimento Humano (0,800 e 1) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2020).

Figura 8 - AMUSEP: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



Fonte: Molinari e Tognato (2020, *online*).

Na Figura 8, é possível constatar que o Município de Maringá se destaca no que se refere ao IDHM, encaixando-se na faixa de muito alto desenvolvimento humano. Com exceção de Sarandi, que se enquadra na classe de médio desenvolvimento humano, os demais municípios da AMUSEP possuem o índice de alto desenvolvimento humano. Pode-se atribuir à

proximidade a Maringá como fator-chave nesse resultado, visto que, como já mencionado anteriormente, a centralidade de Maringá reverbera nos outros municípios. O município de Maringá pode impulsionar o desenvolvimento da AMUSEP, mas pode, do mesmo modo, refreá-la, como supõe-se ser o caso de Sarandi.

Com a breve comparação dos números obtidos em 1970, 1991, 2000 e 2010, é possível reafirmar que houve transformações nos municípios que compõem a AMUSEP. A relação entre as mudanças na agricultura e dinâmica populacional foram evidenciadas, permitindo entender que as alterações da estrutura agrária são refletidas nos espaços urbanos e vice-versa, que, portanto, a dinâmica campo-cidade é essencial para compreender a constituição atual da administração rural.

Assim, foram observadas algumas transformações ocorridas nos municípios pertencentes a AMUSEP sob uma perspectiva geral, tais informações foram inseridas para que servissem como alicerce para a compreensão das próximas seções, ou seja, proporcionar o entendimento do contexto do recorte espacial da pesquisa, no qual a agricultura familiar está inserida.

3 O CAMINHO TRILHADO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

Diversos são os questionamentos e incertezas que permeiam o desenvolvimento de uma pesquisa científica, iniciando pela necessidade de uma compreensão adequada em relação a determinados aspectos: Qual o tipo de estudo que será desenvolvido? O que é método? Qual a base teórico-metodológica que sustentará a pesquisa? O que é categoria? O que é técnica? Este estudo não possui como objetivo adentrar nas instigantes discussões existentes sobre o assunto, mas, com a certeza de que o entendimento do tema é de suma importância para se obter, como resultado, uma pesquisa teórico-metodológica coerente. Na sequência, algumas reflexões são esboçadas.

O método científico deve ser entendido como instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo pesquisador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade no sentido de propiciar compreensões e validações científicas para a sua interpretação. Tal concepção não deve ser restringida a procedimentos, técnicas ou regras. De acordo com Santos (1996, p. 62-63),

A questão do método é fundamental porque se trata da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista, não sendo isso um dado a priori, mas uma construção, no sentido de que a realidade social é intelectualmente construída.

Em outras palavras, a realidade social deve ser construída por meio de um método capaz de analisar o contexto de forma analítica e não como um dado já determinado. Ainda em relação a essas questões, Sposito (2004, p. 47) afirma que “[...] podemos ler a realidade, por várias portas de entrada” e considera três métodos, a saber: hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Alguns autores são aversos a essa afirmação, defendendo a premissa de que há diversos métodos e diferentes paradigmas epistemológicos e classificá-los em um número específico, poderia não ser uma interpretação adequada. Entretanto, não será abordado tal discussão nesta pesquisa, pois, independentemente da quantidade de métodos existentes, este trabalho buscou ler os dados da realidade investigada por meio de um processo histórico e dinâmico, considerando as premissas do materialismo histórico-dialético.

Tendo em vista que a intencionalidade do investigador será a responsável por delimitar sua escolha, será utilizado o método dialético. Isto porque, “[...] a relação entre sujeito e objeto se dá de forma contraditória não ocorrendo a soberania de nenhum deles”, ou seja, “[...] o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa” (SPOSITO, 2004, p. 47). Em outras

palavras, a realidade pode ser percebida por meio da dinâmica, do movimento entre o sujeito e o objeto.

Por essas razões, este trabalho caracteriza-se como pesquisa crítico-dialética, posto que possui alguns aspectos que assim o caracterizam, tais como: tentativa de desvendar conflitos de interesse; fundamentação teórica por meio da eleição das categorias de análise na sua articulação com a realidade estudada; questionamentos da visão estática da realidade com apontamentos para o “caráter transformador” dos fenômenos; preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica; resgate da dimensão histórica; estabelecimento das possibilidades de mudanças; inter-relação do todo com as partes e vice-versa, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, dentre outros; relação sociedade-natureza, reflexo-ação; mediação homem e natureza; postura marcadamente crítica; dentre outros aspectos possíveis (GAMBOA, 1989).

Ao seguir os pressupostos do delineamento do materialismo histórico-dialético, o horizonte da crítica radical também está embutido nas discussões desta pesquisa, principalmente no que se refere às questões relativas à organização da vida social do espaço (GAMBOA, 1989).

Uma vez estabelecido, mesmo que de maneira resumida, o método e os pressupostos teóricos metodológicos no qual esta pesquisa se fundamenta, cabe explicitar, na sequência, as categorias de análise resultantes da junção entre o método e a teoria para a Geografia.

De acordo com Haracenko *et al.* (2015), a junção entre teoria e método constituem uma categoria de análise, ou seja, apresentam um potencial explicativo [...]. Dentre as categorias de análise, podemos citar algumas das mais comuns encontradas na Geografia: o espaço, a paisagem, a região e o território.

Ao abordar especificamente a categoria geográfica na qual este trabalho se enraizou, não foi possível enquadrá-lo em apenas uma categoria de análise. Isto porque o estudo da temática colonização está inserido na categoria de organização do espaço, ao passo que ao envolver a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (AMUSEP) e agricultura familiar, a categoria território, ou seja, os processos de territorialização que ali ocorrem são evidenciados. Nesse sentido, Raffestin (1993) ressalta que espaço e território não podem ser entendidos como um mesmo valor geográfico, pois o espaço é predisposto e o território se forma a partir dele.

Ainda em relação a estas questões, para Bernardes (2011, p. 169) “Utilizar as categorias e os conceitos de certa doutrina filosófica acarreta que nos ‘amarremos’ a uma perspectiva de mundo, a qual nos possibilitará certa interpretação do mundo”. Em outras palavras, a

interpretação da realidade na pesquisa deve estar intrinsecamente associada ao horizonte filosófico-científico, referencial teórico metodológico, método de interpretação e método de investigação. Este último será explicitado na sequência.

Posto o horizonte filosófico-científico associado ao referencial teórico metodológico e ao método de interpretação utilizados neste estudo, cabe explicar os métodos de investigação, de pesquisa. Com isso, ressalta-se a distinção, e não a dissociação, entre o método de interpretação e o método de investigação. O método de interpretação está associado às questões teórico-metodológicas, abordadas anteriormente, já o método de investigação está relacionado ao conjunto de procedimentos e técnicas associados à operacionalização do estudo.

O método de pesquisa é responsável por organizar o raciocínio lógico do estudo, pois, a fim de se atingir a compreensão do objetivo, é possível utilizar diversos mecanismos de raciocínio, desde que estejam associados aos procedimentos de análise. No campo da Geografia, podem ser utilizados vários tipos de análises. No entanto, no caso deste trabalho, optou-se pela análise dialética e conseqüentemente técnicas que derivam dela.

De acordo com Venturi (2011, p. 37), a técnica “[...] transforma as indagações em dados, isto é, passa do plano intelectual para o plano prático. As técnicas auxiliam o pesquisador na obtenção e sistematização de informações fornecendo evidências que irão subsidiar os argumentos”.

No que tange às técnicas, as ações concretas pensadas para a materialização da ideia partiram da busca por referenciais teóricos que pudessem fundamentar esta pesquisa, tanto em relação às questões teórico-metodológicas abordadas anteriormente, quanto ao referencial bibliográfico e os principais materiais relacionados à temática.

Além de autores clássicos e livros impressos, para compor a última base teórica *online*, foram utilizadas três bases de dados: o Programa de Pós-Graduação em Geografia, o site da Biblioteca Central da UEM e o *Google Acadêmico*. Algumas palavras-chave foram elencadas, a fim de orientar a busca por referenciais teóricos, acerca dos seguintes temas: agricultura familiar, sucessão geracional, desenvolvimento rural, território e gestão da propriedade.

Em busca *online* específica às produções bibliográficas referentes ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, não foi possível encontrar registros específicos de trabalhos voltados ao contexto da AMUSEP. Ao ampliar a busca a todos os registros da biblioteca digital da universidade, trabalhos de diversas áreas foram disponibilizados, como saúde, agronomia, economia, ciências sociais, dentre outras, dos quais as duas últimas constituíram campo teórico referencial para este trabalho. Além disso, o recurso do *Google Acadêmico* ampliou o número

de pesquisas na área, porém ainda se fez de maneira tímida, evidenciando, a necessidade de mais estudos sobre o tema, principalmente, no que se refere ao campo da Geografia.

A fim de contribuir para a caracterização da área de estudo, buscaram-se dados atualizados acerca da região investigada nas bases dos Censos Agropecuário e Demográfico, envolvendo todos os municípios da AMUSEP, e, também, nas bases do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A principal base de informações para o estudo foi o Censo Agropecuário, uma fonte capaz de ser detalhada e abrangente ao mesmo tempo, por meio dele foi possível obter uma radiografia socioeconômica, um retrato rural da AMUSEP.

A obtenção dos dados para interpretação e estudo comparativo dos anos de 1996, 2006 e 2017 ocorreu por meio de temas, pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Esse período foi selecionado por se tratar dos três últimos censos agropecuários realizados, permitindo uma compreensão dos últimos 20 anos.

Para o período de 1996, foram selecionados os seguintes temas: Tabela 321 - Pessoal ocupado por grupo de atividade econômica, faixa de idade e sexo; e, Tabela 307 - Número de estabelecimentos por grupo de atividade econômica e condição legal das terras.

Para o ano de 2006, optou-se por utilizar: Tabela 1109 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras e agricultura familiar; e, Tabela 1120 - Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por finalidade do financiamento e agricultura familiar.

Para o ano 2017, os temas elegidos foram: Tabela 6873 - Número de estabelecimentos agropecuários e Número de tratores, implementos e máquinas existentes nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, tratores, implementos e máquinas existentes no estabelecimento agropecuário, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica; Tabela 6754 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, condição legal das terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total; Tabela 6777 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador), condição legal do produtor e grupos de área total; Tabela 6768 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, sexo da pessoa que dirige o estabelecimento (produtor ou administrador), grupos de atividade econômica e classe de idade da pessoa que dirige o estabelecimento; Tabela 6885 - Número de estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado, total, com laço e sem laço de parentesco com o produtor e Pessoal ocupado em

estabelecimentos agropecuários com laço e sem laço de parentesco com o produtor, total, permanentes, temporários e parceiros, por tipologia, sexo, faixas de idade e grupos de área total; e Tabela 6779 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras, classe de idade do produtor e escolaridade do produtor.

Essas tabelas foram baixadas em sua totalidade, porém, apenas algumas variáveis foram escolhidas para compor esta pesquisa, levando-se em consideração a temática e os objetivos principais.

Nos dados obtidos por meio do Censo Demográfico, foram utilizados os últimos dados oficiais publicados, que datam de 2010. Nesse caso, os dados foram obtidos pelos endereços eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Estes dados foram baixados na totalidade e o filtro para relacionar os períodos trabalhados precisou ser atentamente selecionado.

Vale ressaltar que, encontrar e fazer o *download* dos dados equivalentes, tabular e compará-los exigiu um trabalho minucioso, pois o sistema alterou a forma de apresentação dos materiais, na época de coleta de dados, o que dificultou a padronização deles. É importante destacar que devido as alterações de um censo para outro, há adversidades no que se refere à construção adequada das comparações. Além desse fator, o número de municípios que compõem a área de estudo e o grande número de variáveis, necessárias para atingir o objetivo do trabalho, acentua o desafio nessa etapa da pesquisa.

A tabulação de dados foi realizada pelo *software Microsoft Office Excel 2007*, programa que possibilitou a construção das tabelas resumo, as quais foram elaboradas por meio da soma das variáveis dos 30 municípios que compõem a AMUSEP, além de, em alguns casos, a porcentagem dos resultados das somas ter sido calculada e gráficos construídos, a fim de ilustrar e facilitar o entendimento das informações adquiridas. Os mapas foram processados pelo Sistema de Informação Geográfica *Quantum GIS*, versão 2.18.21 Las Palmas no sentido de se descrever, interpretar e comparar os dados.

Enfim, a utilização de dados censitários é de suma importância para esta pesquisa, uma vez que permite duas ações principais: 1) entender variáveis específicas dos 30 municípios que compõem a Associação, pois levando em consideração a extensão territorial do recorte espacial, a obtenção de dados *in loco* seria inviável; e, 2) compreender a trajetória histórica, visualizando o contexto atual sob cenários anteriores, envolvendo as transformações sofridas naquele território. Os dados censitários permitem agregar ênfase aos temas mais relevantes para a

pesquisa (utilizando variáveis específicas), ao mesmo tempo em que possibilita a análise e a interpretação da realidade por meio de uma perspectiva de totalidade.

A aplicação de entrevistas contribuiu para aprofundar as discussões obtidas pelos dados oficiais. A realização da entrevista foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), os roteiros das entrevistas, um destinado ao gestor e outro direcionado a(o) jovem candidato(a) à sucessão, estão descritos no Apêndice B e C, respectivamente.

De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), na AMUSEP há 6690 estabelecimentos que se encaixam na tipologia de agricultura familiar. Devido ao expressivo número, foi colocado em segundo plano o número de municípios (o fator geográfico) e a quantidade (universo) de atores (produtores familiares), optou-se por selecionar os atores de maneira a valorizar as características dos produtores como critério de seleção para entrevistas, são elas: 1) Ser produtor familiar, em pequena ou média propriedade rural; 2) Ter histórico na propriedade (trata-se de antigos produtores que passaram pelas transformações no uso da terra e se ajustou aos novos modelos; e, 3) A propriedade era do pai ou avô e o entrevistado já faz parte do processo de sucessão geracional.

Além de atender os critérios mencionados, a seleção levou em consideração o tipo de atividade econômica desenvolvida no estabelecimento, conforme o Quadro 2. Assim, 7 núcleos familiares foram estudados: 7 gestores e 14 candidatos à sucessão, totalizando 21 entrevistas.

Quadro 2 - Entrevistas realizadas

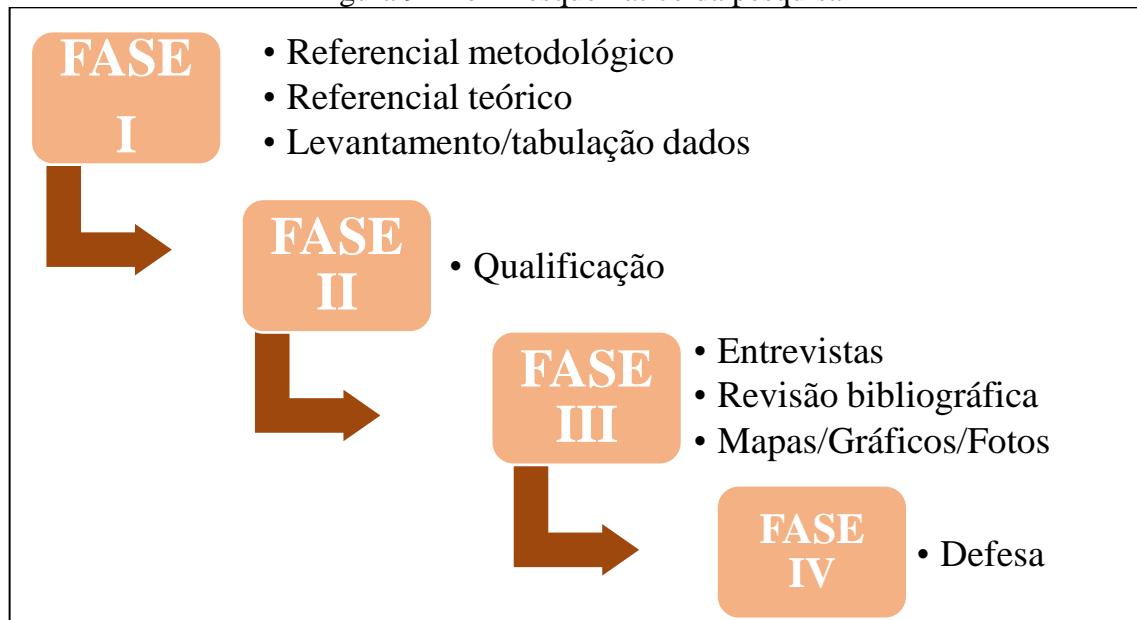
Entrevistado (Gestor do lote)	Atividade Econômica	Número de Filhos
1	Soja/milho	2
2	Horticultura	2
3	Leite	3
4	Café e horticultura	0
5	Horticultura	2
6	Cafeicultura	2
7	Pluriatividade	2

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Optou-se por manter dois núcleos que desenvolvem o mesmo tipo de atividade econômica (entrevistado 2 e 5) por se tratar de gestão com gêneros diferentes.

Para uma maior visualização da organização do estudo, a Figura 9 apresenta os meios pelos quais foi sistematizada a estrutura da pesquisa.

Figura 9 - Perfil esquemático da pesquisa



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Destarte, a base estrutural deste estudo está nas informações adquiridas por meio dos Censos Agropecuários (1996, 2006 e 2017). As entrevistas foram realizadas como complemento, para uma maior aproximação com a categoria de análise, ou seja, com o intuito de expandir o entendimento dos dados coletados.

4 CATEGORIA AGRICULTURA FAMILIAR E PROCESSO DE SUCESSÃO GERACIONAL

O que é agricultura familiar? Como se dá a organização nos estabelecimentos com essa tipologia? O que difere o agricultor familiar de outros sujeitos do campo? O processo de sucessão geracional que ocorria naturalmente no período de colonização está fadado à extinção? O presente trabalho não possui como intuito responder definitivamente tais indagações, mas se propõe a contribuir nas discussões acerca da temática, por isso, os parágrafos a seguir apresentam uma revisão de conceitos chave, a saber: agricultura familiar, sucessão geracional, desenvolvimento rural, território e gestão da propriedade, correlacionando-os com o contexto do recorte espacial da pesquisa. A iniciar por agricultura familiar, que para este trabalho é tida como categoria de análise.

Em meados de 1990 a denominação de agricultor familiar ganha destaque na academia e na sociedade, porém a existência desta categoria é muito anterior a essa data (NEVES, 2007). Estudiosos afetos ao tema buscaram a definição de agricultura familiar, algumas conceituações são esboçadas a seguir.

De acordo com Chayanov (1966), a base da agricultura familiar está pautada nas especificidades das relações de trabalho ali existentes, já que o trabalho dentro da propriedade é suprido por membros da família para atender às próprias necessidades familiares.

Segundo Mendras (1978), o trabalhador familiar não possui remuneração, uma vez que a família faz parte de uma comunidade e nesta, cada membro cede sua mão de obra a fim de obter sua subsistência. O funcionamento interno da propriedade possui características de funcionamento que a diferencia da produção capitalista (CHAYANOV, 1966).

Os municípios da AMUSEP possuem em seus estabelecimentos uma presença intensa do agronegócio, o qual está intrinsecamente relacionado à dinâmica produtiva capitalista. Porém, vale destacar que a agricultura familiar não deixa de existir diante desse cenário, pois é justamente a partir de uma readequação de algumas de suas características que ela se mantém.

Ainda em relação a conceituação, Tepicht (1973) por sua vez, relata que a família é a condicionante principal para este tipo de produção – como o próprio nome já menciona – pois trata-se da junção entre a economia doméstica e o empreendimento rural. A forma de produção familiar tradicional voltada para subsistência incorporada à mercantilização capitalista, modifica-se, porém, mantém suas particularidades. Essa concepção parece se encaixar na AMUSEP, visto que muitas peculiaridades são encontradas nas propriedades de tipologia familiar, como por exemplo práticas de (não)conservadorismo da terra (ponto preocupante para

as futuras gerações) e padronização de técnicas de produção (indicadas pela EMATER). Ou seja, existem agricultores que permaneceram com práticas de cultivo adotadas quando tiveram acesso à terra, décadas atrás, como a não utilização de estratégias de conservadorismo do solo (preparo adequado, planejamento do trânsito de maquinário, irrigação, reflorestamento etc.).

Lamarche (1998) denomina exploração familiar através da associação de três conceitos chave: produção, propriedade e família. Ele também ressalta características de adaptabilidade – de sobrevivência em contextos históricos, econômicos, sociais, políticos diversos – e de diversidade – relacionada à capacidade de interação com o mercado de cada sociedade de consumo.

Na visão de Schneider (2006), a diversidade social presente na agricultura familiar é significativa, uma análise multidimensional seria necessária para compreender as formas, organização e mecanismos da vivência dos agricultores. Expõe-se a definição proposta por Guanzioli *et al.* (2000), onde a agricultura familiar pode ser entendida a partir de um tripé de características específicas, tais como: unidade produtiva associada com indivíduos que possuem laços de sangue ou casamento; trabalho realizado (em sua maior parte) por membros da família; e, sucessão familiar na transmissão da terra em caso de falta do responsável.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-FAO, 2000) definiu o universo familiar através de dois princípios principais onde o estabelecimento possua: 1) mão de obra familiar superior à contratada; 2) área máxima regional de acordo com módulos fiscais regionais. Nesta definição, diferentemente das anteriores, é incorporado o critério relacionado ao tamanho da área.

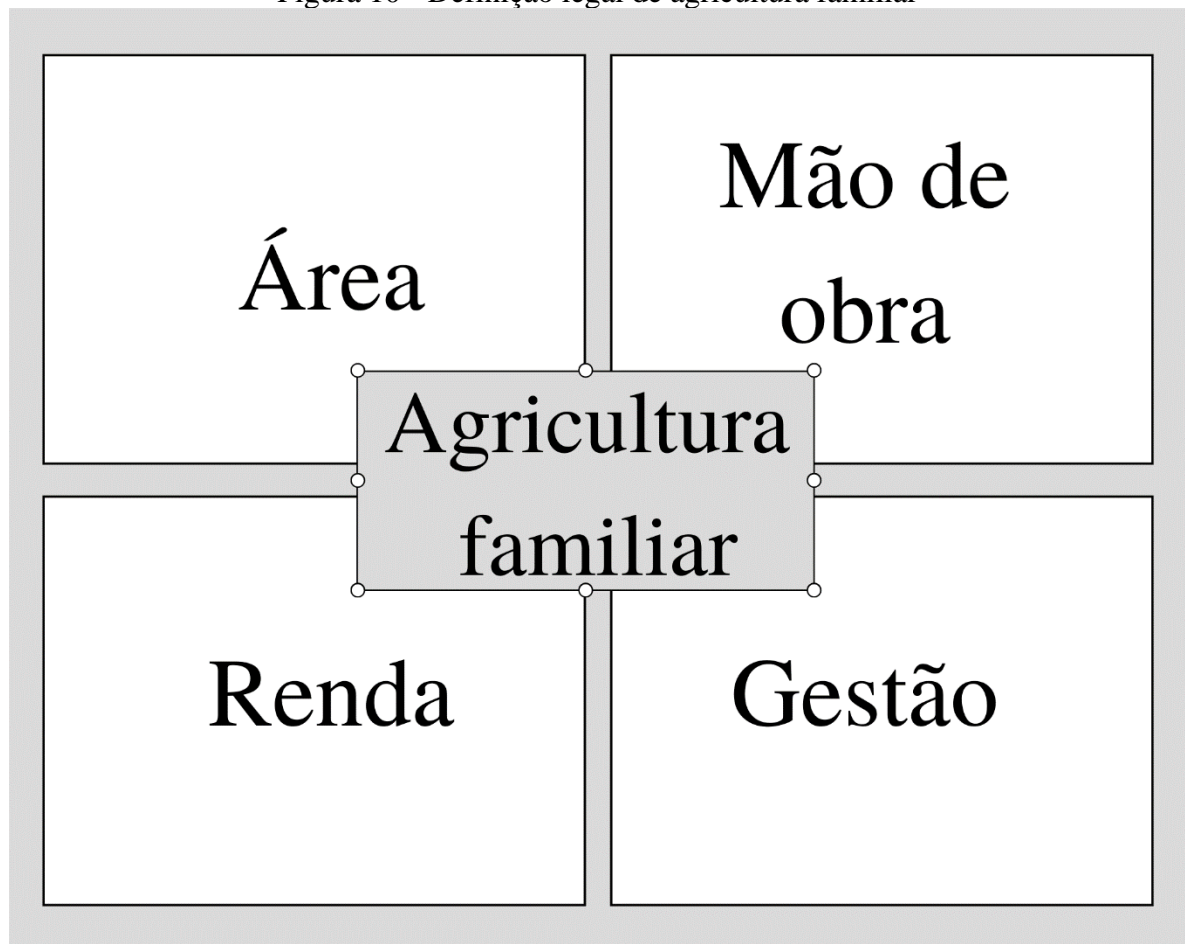
Altmann *et al.* (2002, p. 7) engloba características para além de condição do proprietário, predomínio de mão de obra familiar, tamanho da área, renda, residência quando afirmam que:

[...] utiliza o trabalho direto seu e de sua família, podendo ter em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir; não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; tenha, no mínimo, 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista; resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.”

Embora a mais completa até então, a definição de Altmann *et al.* limita atividade econômica à exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista, diferentemente da Lei nº 11.326/06 que apresenta o marco legal referente a definição de agricultor familiar.

A legislação vigente, Lei nº 11.326/06, define agricultor familiar como aquele que desenvolve atividades no meio rural e que atenda a quatro requisitos: 1) Área; 2) Mão de obra; 3) Percentual de renda familiar do estabelecimento; e, 4) Gestão com envolvimento da família, conforme ilustra a Figura 10.

Figura 10 - Definição legal de agricultura familiar



Fonte: Elaborada pela Autora (2022).

No que se refere à área, o agricultor deve possuir até 4 (quatro) módulos fiscais, o tamanho do módulo é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e varia de um município para o outro. A variação leva em conta alguns fatores: o tipo de exploração principal e a renda obtida com ela; outras explorações expressivas na formação familiar; e, distância dos grandes centros.

A mão de obra utilizada nas atividades econômicas do estabelecimento deve ser, majoritariamente, de sua família. É necessário que um percentual mínimo de renda familiar seja advindo do seu estabelecimento, sendo permitido que haja renda complementar, desde que, quando somada a mão de obra externa, não ultrapasse 50%. Por fim, a gestão do estabelecimento deve ser realizada em conjunto com a família (BRASIL, 2006). A gestão dos

estabelecimentos pode ser compartilhada e a moradia pode ser em outro local, desde que próximo ao lote. A Lei nº 11.326/06 utiliza o termo majoritariamente ao abordar o pessoal ocupado nas atividades, ou seja, pode haver auxílio de pessoas sem laços de parentesco, sem excluir o agricultor da categoria familiar.

Em termos legais, a agricultura familiar está relacionada à área; mão de obra; percentual de renda familiar advinda do estabelecimento; e, por fim, a gestão com envolvimento da família. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se como critério para definição de categoria agricultor familiar, a Lei nº 11.326/06. No pressuposto da lei, do total de dez mil e quarenta e um estabelecimentos presentes na AMUSEP, seis mil, seiscentos e noventa são classificados com tipologia agricultura familiar.

Resguardadas suas especificidades, todos os autores e legislações parecem concordar em um aspecto: a ideia de laços de parentesco, ou seja, a força de trabalho familiar assegura a gestão da família. Independentemente de outros agentes envolvidos, a base é a família.

De acordo com Almeida (1986), a unidade familiar se reproduz no ciclo curto (associação de conhecimento, recursos naturais e trabalho para manutenção da família) e/ou longo, onde acontece o processo de sucessão geracional onde as famílias se reproduzem. Subentende-se que para a manutenção dos lotes é necessário que haja uma constante na administração do estabelecimento: do pai para o filho, do filho para o neto e assim sucessivamente. Para Brumer (2007), a transmissão de posse na agricultura familiar acontece internamente, de forma endógena, ou seja, uma nova geração – geralmente os filhos dos agricultores – assumem o comando do estabelecimento.

Segundo Stropasolas (2014, p. 26), a sucessão geracional pode ser entendida “[...] como a transferência de poder e do patrimônio entre gerações no âmbito da produção agrícola familiar”. Entretanto, Abramovay (1992) ressalta que a sucessão geracional, herança e divisão patrimonial são termos distintos que não devem ser confundidos, pois, a sucessão geracional envolve uma preparação para assumir a gestão do lote. É necessário entendê-la como um “[...] processo, e não apenas como a troca de um gestor por outro” (KIYOTA, PERONDI, 2014, p. 1023). Em outras palavras, a sucessão geracional não envolve, apenas, a transferência na gestão do lote, e, sim, uma preparação durante anos para assumir tal função. Em alguns casos, a transmissão de gestão ocorre também quando os pais são impossibilitados – por motivo de saúde - de dirigir o estabelecimento.

No que se refere a posse patrimonial, segundo Brumer *et al.* (1993 *apud* BRUMER, 2007), no Brasil ela usualmente ocorre em processo de herança, após o falecimento do pai predecessor. A alteração legal, mesmo sendo transmitida para um indivíduo com laços

sanguíneos não garante a continuidade da agricultura familiar, pois o estabelecimento, de acordo com interesses do sucessor, pode ser destinado para outros fins.

O conceito sucessão hereditária também pode ser utilizado para discutir a temática, como abordado em Mello *et al.* (2003) e Silvestro *et al.* (2001). Vale considerar que no desenvolvimento do presente trabalho, embora o foco seja a sucessão de pai para filho, não serão descartadas situações envolvendo outras ramificações familiares.

Em relação ao processo de sucessão geracional, Brumer (2014, p. 115) afirma que “[...] a partir da década de 1980, em adição às preocupações com o futuro da agricultura e das sociedades rurais, a questão da reprodução geracional na agricultura familiar entrou na agenda das pesquisas”. Historicamente, o processo de sucessão geracional acontecia naturalmente sem maiores complicações, entretanto, transformações no meio rural aumentaram a complexidade desse processo.

No que tange a tais aspectos, Fleischfresser (1988) salienta que, no período de 1970 a 1980, houve uma evasão de população rural. Período este que data o início do processo de modernização da agricultura no Paraná e, com ela, passam a acontecer diferenciações no âmbito econômico e social. Fatores como a tecnificação, o crédito, os insumos industriais, a conformação de mercados e a disposição para o lucro começam a influenciar a vida no campo. De 1980 aos dias atuais, a tendência de redução de população no campo e aumento de moradores nas cidades estão presentes na maioria dos recenseamentos, o que propicia o surgimento de novas formas de organização da unidade de produção.

No espaço globalizado, interesses unilaterais do universal são transportados para o local. Essas ações impactam a sociedade e o território, sendo capaz de resolver aspectos socioeconômicos globalizados, ou agravar, ainda mais, os problemas locais territorializados (SANTOS, 1996).

Diante de tal lógica de desenvolvimento capitalista agindo sobre as áreas agrárias, não restou alternativas ao produtor familiar além de se adaptar a essa nova configuração territorial, a fim de atender novos modelos agrícolas. Sendo assim, incentivos à diversificação de cultura, à estrutura fundiária de pequenos e médios estabelecimentos; o uso econômico de lavouras de mercado (ex. café) e lavouras de subsistência; as práticas agrícolas com pouco uso de tecnologia; a população fixada no campo, a dependência mínima do setor urbano são algumas características que explicavam a manutenção de estabelecimentos familiares que foram intensamente modificados. As variáveis citadas anteriormente se alteraram com as mudanças que permearam o espaço agrário, exigindo um novo arranjo na gestão dos lotes rurais.

A performance da agricultura familiar deriva de muitas variáveis. Para Lourenzani (2006), as principais são: políticas públicas; conjuntura macroeconômica ou de especificidades locais e regionais, além de defasagem de capacitações gerenciais em produtores rurais. No caso da última variável citada, o autor afirma que, para uma série de atividades agrícolas (desenvolvimento de projetos para obtenção de crédito, escolhas sobre o tipo de atividade econômica, a forma de produção, a técnica e nível de tecnologia empregada, compra de insumos e venda efetiva) e por conta da complexidade de funções, que acontecem simultaneamente, as capacitações gerenciais são fundamentais.

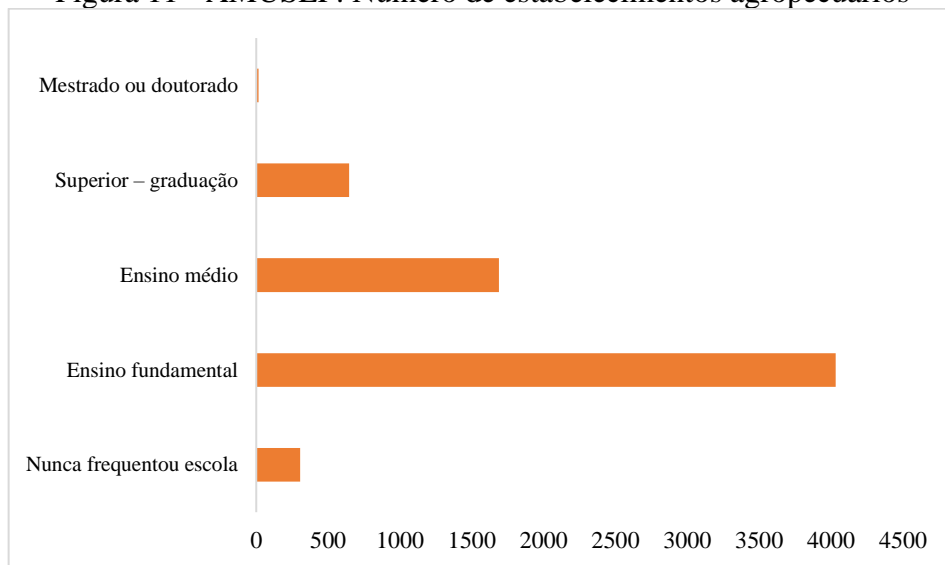
A gestão pode ser entendida como o ato de administrar uma organização seguindo diretrizes para alcançar o objetivo proposto. Trata-se de um método dinâmico que envolve um processo desde a tomada de decisão até a realizações de ações funcionais (MAXIMIANO, 2008).

Especificamente no caso das propriedades rurais, principalmente, na esfera da agricultura familiar, a gestão é responsável pela organização dos lotes e engloba os limites e possibilidades de ação do produtor rural. A ação do produtor e conseqüente organização do lote será diretamente influenciada por perspectivas de vida do sujeito, no ideal de transformação e abertura para alteração de práticas e crenças aprendidas. Neste caso, a gestão eficiente é aquela que utiliza técnicas apropriadas, a fim de fortalecer a cadeia produtiva, tornando acessível e possível o desenvolvimento rural (ARAÚJO, 2010).

Para que a mudança ocorra dentro da propriedade o produtor deve se abrir para ela. É necessário que ele busque conhecimento para acompanhar as transformações, utilizando práticas diferentes das que ele utilizava até então. Porém, nem todos estão dispostos a buscar pelo desconhecido, optando, muitas vezes, em utilizar técnicas ultrapassadas.

Em uma tentativa de mensurar o anseio pelo conhecimento dos agricultores familiares que compõem a AMUSEP, a Figura 11 apresenta o nível de escolaridade dos produtores enquadrados como agricultor familiar.

Figura 11 - AMUSEP: Número de estabelecimentos agropecuários



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Os dados evidenciam o grau de escolaridade dos gestores dos estabelecimentos. No nível de mestrado e doutorado, dos 6690 estabelecimentos de tipologia agricultura familiar, existentes na região da AMUSEP, 17 deles são administrados por produtores que possuem tal nível de formação. A grande maioria (4032 estabelecimentos) possuem gestores que concluíram o ensino fundamental.

O objetivo da Figura 11 é demonstrar apenas uma perspectiva de capacitação, a formal, que nesse caso, é mensurada por meio dos níveis de escolaridade. Porém, é importante destacar que cursos, dias de campo, visita às exposições rurais, dentre outros, são exemplos possíveis de capacitação para o produtor rural.

Não é possível identificar se está na capacitação (ou na falta dela) a resposta para as dúvidas que envolvem a manutenção da agricultura familiar ou até mesmo na busca do produtor rural por uma gestão mais assertiva. Mas, será necessário que o produtor se adapte, cada vez mais, às técnicas necessárias para se manter competitivo no mercado e com isso, a capacitação formal ou informal será ainda mais necessária, alterando positivamente, quiçá, os dados apresentados na Figura 11.

Tais capacitações podem, inclusive, serem ofertadas por entes públicos. Nesse sentido, a base de organização dos produtores rurais varia de acordo com a esfera. Em âmbito local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicatos Rurais, com sede nos Municípios. Em esfera Estadual os entes locais se agrupam com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETAF e a Federação da Agricultura do Estado – FAE, que possuem sede sempre na capital do Estado. Em âmbito

nacional, estão a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, elas possuem sede em Brasília (ARAÚJO, 2010).

A reprodução social da agricultura familiar possui como requisito o processo de sucessão geracional, que, por sua vez, é delimitado por interesses de uma nova geração que podem permanecer ou sair da terra. A escolha campo ou cidade é influenciada por uma série de outros aspectos, como história e afetividades, gênero, renda, escolaridade, projeto de vida dos jovens, sociabilidade urbana, trabalho etc. A título de reflexão, essa escolha vem do(a) próprio(a) jovem ou é condicionada pelo contexto social no qual ele(a) está inserido(a)?

Apropria-se de SANTOS (1999, p. 45) para responder a indagação anterior “O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”.

Dessa forma, é possível entender a ação social como um processo que guia a decisão dos indivíduos segundo crenças, que foram criadas e reguladas por normas. Mais especificamente, a permanência ou não do sucessor no campo será delimitada por seus interesses, que foram influenciadas por um espaço que condiciona o viver.

5 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMUSEP

Entender a organização social e econômica é a base para compreensão dos desafios enfrentados pela agricultura familiar, portanto, este item possui como objetivo compreender a organização dos estabelecimentos e dos agricultores da AMUSEP com ênfase nos que possuem bases familiares, por meio de dados coletados nos censos agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017, e, também, por meio de visitas *in loco*. Algumas figuras/gráficos possuem dados apenas de 2017, por se tratar de levantamento mais atualizado disponibilizado pelo Censo Agropecuário.

As comparações com o censo de 1995, em alguns casos não foram realizadas, uma vez que as bases do Censo Agropecuário de 1995-1996 não apresentam possibilidade de variáveis com a tipologia agricultura familiar. Todas as figuras/tabelas que utilizam dados dos anos de 1995/96 foram elaboradas levando em consideração a totalidade de estabelecimentos da AMUSEP, e não somente os que possuem agricultura familiar.

5.1 O ESTABELECIMENTO

Antes da explanação acerca da agricultura familiar na Associação, se faz necessário esboçar brevemente o surgimento da agricultura no Brasil, pois algumas características encontradas atualmente são herdadas deste período. Durante a formação do Brasil se consolidou a relação da propriedade de terra associada com o exercício do poder: em 1832 no sistema das Sesmarias as terras foram concedidas a aliados do rei. Por sua vez, em 1850, a Lei de Terras só acentuou a dificuldade de acesso à propriedade da terra para pessoas sem poder aquisitivo. No período da República Velha (1889-1930), surgiram movimentos que questionaram a concentração da terra. Na década de 1950, o surgimento de organizações apoiadas por entidades como a Igreja Católica, sindicatos do campo e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), colocou em evidência a urgência de uma reforma agrária. No entanto, a Sociedade Ruralista Brasileira trouxe a premissa de que não caberia ao Estado interferir nas questões rurais, visto que tal ação poderia ocasionar a desestabilização política e econômica. Além disso, afirmava que a reforma agrária estava baseada em medidas que desencadeariam o comunismo (OXFAM, 2016).

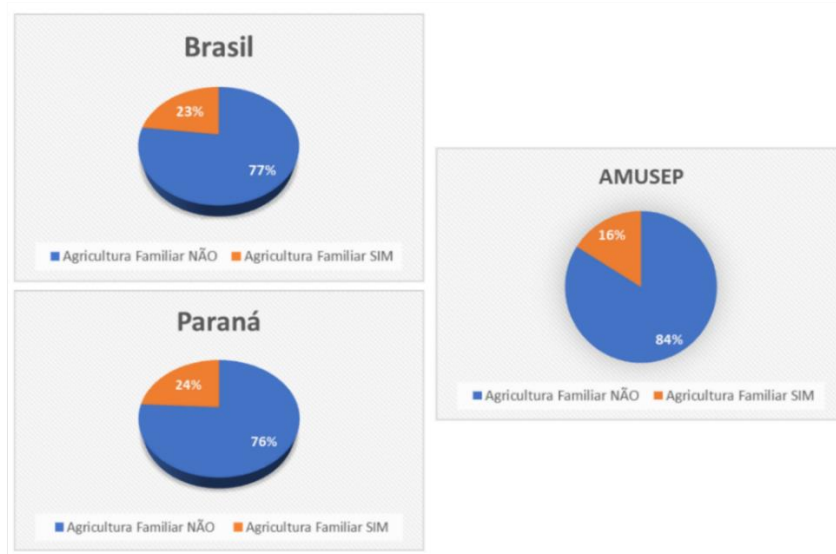
Em 1964, o governo militar aprovou um plano de reforma agrária, que não se concretizou. Nesse mesmo período, foram desenvolvidas bases legais para políticas de modernização e colonização, que foram realizadas. De acordo o informe da OXFAM intitulado

Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural, “O regime ditatorial direcionou as reivindicações por terra para outra perspectiva, reduzindo a questão agrária à modernização técnica via capitalização dos latifúndios” (OXFAM, 2016, p. 4), ou seja, o processo de modernização instaurado na década de 1960 foi um processo de notável avanço técnico, aumento da produção e da produtividade. No entanto, profundamente desigual e contraditório, devido uma destinação desigual de incentivos, trata-se de um período marcado pela repressão política do período ditatorial e desigual distribuição dos recursos. Além disso, os incentivos fiscais e o investimento governamental em infraestrutura concretizaram uma aliança entre os latifundiários e militares. De acordo com Martine (1990, online),

As maiores propriedades de terra eram também as que receberam incentivos e foram melhoradas. Tiveram acesso a créditos, pesquisa e assistência técnica com o objetivo de produzir para exportação ou para atender à agroindústria. Na outra ponta, produtores que não tiveram acesso a esses incentivos acabaram com terras menos férteis. Com a utilização de mão-de-obra familiar e utilizando práticas mais rudimentares e tradicionais, restou a eles a produção para subsistência – e, em poucos casos, a venda do pequeno excedente nos mercados urbanos, a preços reduzidos.

A citação anterior expõe características desiguais na distribuição de recursos financeiros no Brasil, tendo em vista a existência de um grupo elitizado interessado em uma produção em larga escala para exportação, um modelo agrícola voltado ao latifúndio de monocultivo. Esse cenário desproporcional na concentração de terras e distribuição de recursos se repete na AMUSEP? A fim de refletir sobre essa indagação, o comparativo a seguir leva em consideração a área total em hectares ocupada pelos agricultores familiares.

Figura 12 – Comparativo de área ocupada pela Agricultura Familiar no Brasil, Paraná e AMUSEP em 2017

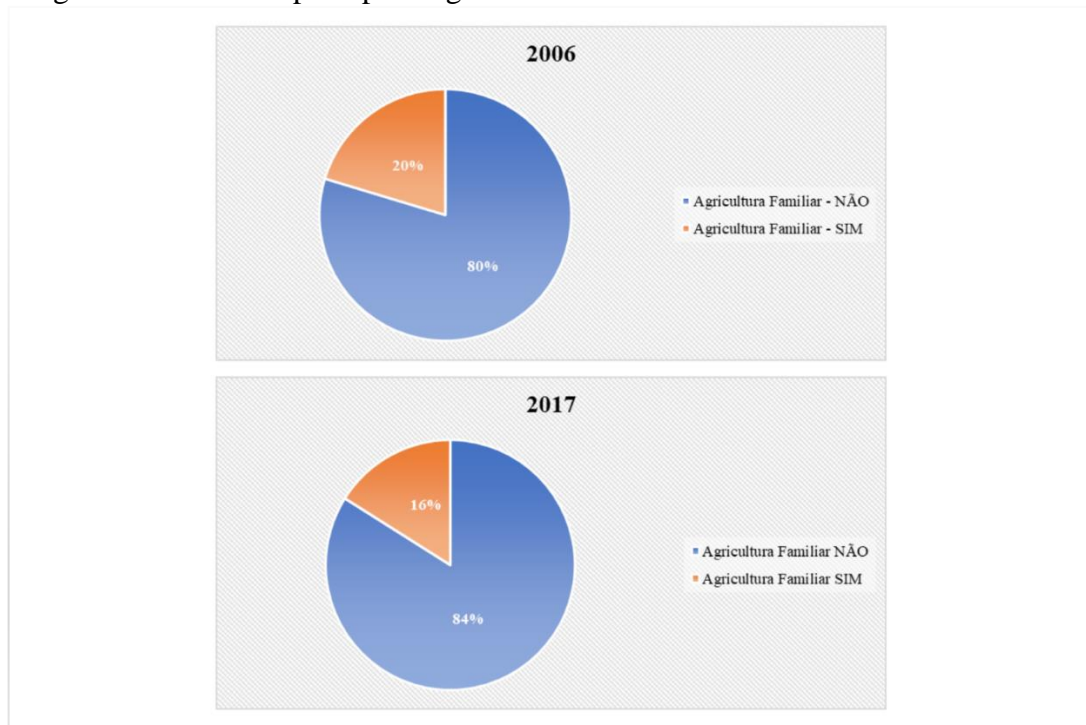


Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

É possível observar, pela Figura 12, que o espaço agrário brasileiro está em sua maior parte nas mãos de agricultores que não pertencem à tipologia de agricultura familiar. Não há diferenças expressivas entre o percentual de área ocupada pela agricultura familiar no Brasil, Paraná e AMUSEP (23, 24 e 16%, respectivamente). No entanto, não se pode desconsiderar a representatividade desse quantitativo em área ocupada.

Mais especificamente em terras pertencentes aos municípios que compõem a AMUSEP, a área ocupada pela agricultura familiar é de apenas 16% do espaço agrário total, uma porcentagem que apresentou queda de 4% se comparada com o levantamento de 2006, conforme comparativo a seguir.

Figura 13 - Área ocupada pela Agricultura Familiar na AMUSEP em 2006 e 2017



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

É necessário um acompanhamento futuro desses dados, verificando se há uma tendência de queda nesse percentual, uma vez que a diminuição de área ocupada pela agricultura familiar por si só não permite respostas, mas sim perguntas: esses agricultores ainda estão no estabelecimento, porém com uma área menor? ou, eles venderam/arrendaram suas terras e foram para a cidade? o número de estabelecimentos também diminuiu?

No que se refere ao número de estabelecimentos, os municípios que compõem a AMUSEP possuem 10041 estabelecimentos rurais, desses, 6690 se declaram como pertencentes da categoria familiar. A fim de compreender esse cenário entre os municípios a

Tabela 1 foi desenvolvida, e informa o total de estabelecimentos por município, tal como aqueles com e sem tipologia de agricultura familiar. O número de estabelecimentos de agricultura familiar é expressivo, representando quase o dobro, se comparado com os demais estabelecimentos.

Tabela 1 – AMUSEP: Número de estabelecimentos agropecuários em 2017

Município	Agricultura familiar		
	Total	Não	Sim
Ângulo	265	83	182
Astorga	705	252	(-)453
Atalaia	279	92	187
Colorado	393	165	228
Doutor Camargo	288	54	234
Floraí	218	97	121
Floresta	158	50	108
Flórida	100	36	64
Iguaraçu	223	67	156
Itaguajé	273	63	210
Itambé	243	104	139
Ivatuba	88	47	(-)41
Lobato	158	63	95
Mandaguaçu	346	144	202
Mandaguari	743	213	530
Marialva	1351	253	1098
Maringá	654	274	380
Munhoz de Melo	301	75	226
Nossa Senhora das Graças	190	71	119
Nova Esperança	777	227	550
Ourizona	203	81	122
Paiçandu	179	50	129
Paranacity	246	93	153
Presidente Castelo Branco	288	143	145
Santa Fé	436	152	284
Santa Inês	88	45	(-)43
Santo Inácio	225	78	147
São Jorge do Ivaí	253	134	(-)119
Sarandi	144	51	93
Uniflor	226	94	132
Total AMUSEP	10041	3351	6690

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário - IBGE, 2017.

Ao analisar os municípios de forma isolada, é possível perceber que muitos possuem especificidades em comum, com a presença majoritária de estabelecimentos com bases familiares. Apenas Astorga, Ivatuba, Santa Inês e São Jorge do Ivaí destoam dessa constante, apresentando agricultura sem tipologia familiar predominando. O que justifica a redução/aumento de estabelecimentos familiares? Possivelmente, a causa está relacionada com o avanço/recuo de lavouras capitalizadas, sob a forma de arrendamento.

Os municípios de Marialva, Nova Esperança e Mandaguari possuem, respectivamente, os maiores números de estabelecimentos rurais. As três localidades são reconhecidas por atividades agrícolas específicas: Marialva com a uva, Nova Esperança com a laranja e Mandaguari com o café. A especificidade na produção de um tipo de cultivo pode ser um dos motivos dos números expressivos, atuando como atrativo para permanência nas áreas rurais.

O município de Mandaguari, por exemplo, possui atualmente uma linha de trabalho que relaciona estabelecimentos rurais, cafeicultura e turismo, uma ação conjunta entre prefeitura municipal, SEBRAE, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná e cafeicultores, em prol da valorização do café na região, que já é destaque nacional. Os trabalhos direcionam, dentre outros objetivos, no reconhecimento da Indicação Geográfica (IG), que é concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), valorizando produtos de qualidade única de determinadas regiões, agregando valor ao produto e segurança à região produtora. A uva produzida em Marialva, por exemplo, já possui o selo na AMUSEP.

O Sítio do entrevistado 7, situado no município de Mandaguari, é destaque na cafeicultura, possuindo reconhecimento nacional dos grãos especiais produzidos, inclusive com a conquista de prêmios. Tal reconhecimento conferiu a este estabelecimento uma atividade econômica secundária: turismo rural. A figura 14 apresenta um compilado de fotografias deste estabelecimento.

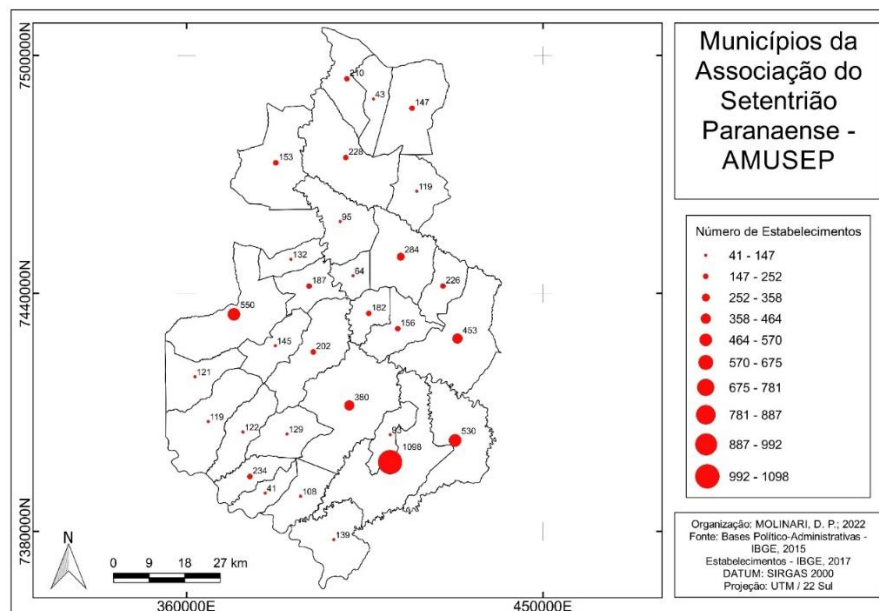
Figura 14 – Estabelecimento familiar com cultivo de café



Fonte: Acervo próprio (2022).

O que a presença majoritária de estabelecimentos com tipologia de agricultura familiar significa? Para além da relevância da pesquisa, reflete que existe grande necessidade de atenção (pública e privada) voltada para tais sujeitos. O último Censo Agropecuário apontou que o agricultor familiar representa cerca de 66% de estabelecimentos rurais na AMUSEP, a distribuição espacial de tais sujeitos está representada no mapa a seguir.

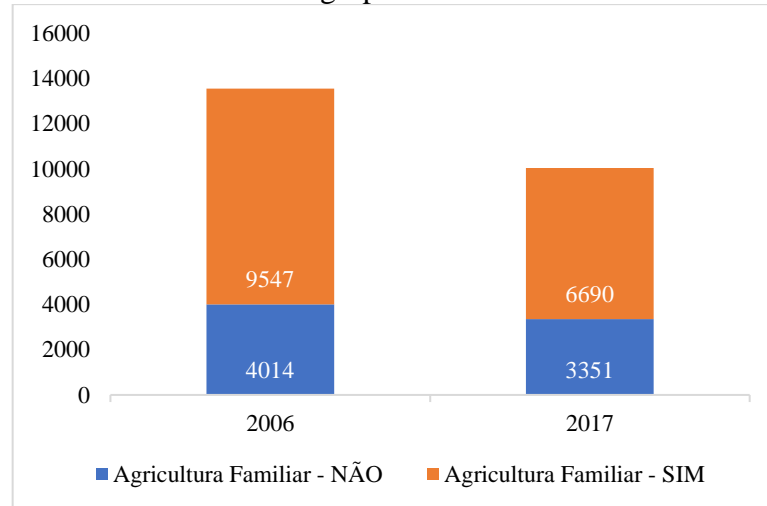
Figura 15 – Número de estabelecimentos familiares na AMUSEP em 2017



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

No entanto, esse número aumentou ou regrediu em relação ao censo anterior? A Figura 16 apresenta um comparativo dos estabelecimentos que compõem a AMUSEP, em números totais, com e sem tipologia de agricultura familiar.

Figura 16 – Estabelecimentos agropecuários da AMUSEP em 2006 e 2017



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Nota-se que entre os anos de 2006 e 2017 houve uma queda no número total de estabelecimentos, que passou de 13561 para 10041, redução refletida também nos estabelecimentos com bases familiares. Assim, tanto a área ocupada quanto o número de estabelecimentos pertencentes a agricultura familiar diminuiu na AMUSEP. Estaria o produtor familiar arrendando suas terras?

Atualmente, parte majoritária dos estabelecimentos que compõem a AMUSEP possui como condição legal a característica de “própria”, seguidos de “arrendadas” e por último, com número muito menos expressivo, “em parceria”. O contrato de parceria, comumente utilizado na época do café, perde espaço às terras próprias e arrendadas. O arrendamento pode estar relacionado ao avanço das lavouras de cana, tendo as usinas como arrendatárias.

Tanto os dados coletados de 1995 quanto os de 2017 mantêm essa sequência - terra própria, arrendada ou parceria (IBGE, 1995; 2017). A dinâmica de arrendamento é comum nos municípios que compõem a AMUSEP. No entanto, das visitas realizadas *in loco*, todos os entrevistados que são atuais gestores do lote, possuem posse da propriedade.

O decréscimo no total de estabelecimentos agropecuários não significa afirmar que eles desapareceram, mas que talvez tenha ocorrido uma concentração desses lotes, pois o estabelecimento não está associado ao título da propriedade e, sim, à unidade econômica, seja área contínua ou não. Pode ser verificada uma alteração no número de estabelecimentos, mesmo que não refletida no número de propriedades. O termo estabelecimento está associado à

metodologia empregada pelo IBGE, enquanto a terminologia propriedade é utilizada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e está relacionada à unidade jurídica. Tais dados podem ser visualizados na prática por meio do arrendamento de terras, ato que registra aumento se comparado 1995 e 2017 (IBGE, 1995, 2017). O arrendamento provoca uma concentração de terras e de produção em um grande estabelecimento, alterando a organização do lote, vários estabelecimentos podem se tornar apenas um. Mas, ao mesmo tempo, isso não modifica os dados oficiais daquela propriedade, que continua com o mesmo proprietário, não ocorrendo divisão ou agrupamento dessas áreas.

Além disso, um exemplo da concentração de estabelecimentos frequentemente encontrado está nas usinas de cana-de-açúcar, que, como abordado anteriormente, arrendam as áreas provocando, dentre outros aspectos, uma mudança paisagística, alteração essa não refletida nos dados oficiais.

Em âmbito nacional, nos dados do Censo Agropecuário de 2006 é possível compreender a discrepância entre grandes e pequenas propriedades, tanto no número total de estabelecimentos, quanto no percentual total que representam. Sobre os estabelecimentos a OXFAM (2016, p. 8) esclarece que

Os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total.

Nessa perspectiva, a Tabela 2 foi desenvolvida a fim de proporcionar maiores detalhes acerca da caracterização dos lotes rurais de agricultura familiar na área de estudo. Do total de estabelecimentos, buscou-se enquadrá-los em faixas de área, com o intuito de tornar a estrutura fundiária compreensível.

Tabela 2 – AMUSEP: Estrutura fundiária da agricultura familiar em 2017

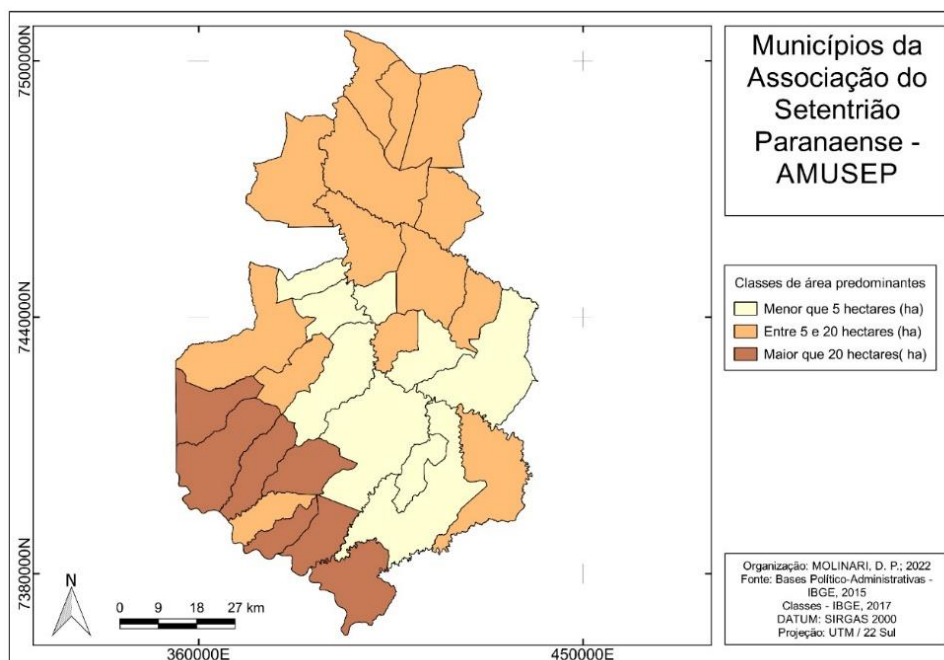
Estrutura fundiária	Total de Estabelecimentos	%
Total	6690	100,00
Mais de 0 a menos de 5 ha	2544	38,03
Mais de 5 a menos de 20 ha	2473	36,97
Mais de 20 ha	1673	25,01

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Nota-se que a maioria, cerca de 38%, possuem seu lote de até 5 ha; ao passo que 36,97% possuem de 5 a menos de 20 ha; e, 25% possuem mais de 20 ha. Vale frisar que, para este grupo de mais de 20 ha, para se encaixar na tipologia agricultura familiar, a área não pode exceder 4 módulos fiscais. Para exemplificar, utiliza-se o caso de Astorga em que o módulo fiscal equivale a 16 hectares, neste município, a área de 4 módulos fiscais corresponde a 64 hectares, ou seja, de acordo com a Lei 11.326/06, o teto máximo para se enquadrar na tipologia agricultura familiar é possuir propriedade com área de até 64 hectares. Já em Maringá, que o módulo fiscal é igual a 14 hectares, o produtor rural deve possuir até 56 hectares.

A fim de espacializar a estrutura fundiária predominante nos municípios que compõem a AMUSEP, a Figura 17 foi desenvolvida. Com esses dados, nota-se uma relação entre o modelo de colonização e o modelo atual de repartição de terras, ou seja, uma presença intensa de pequenos e médios estabelecimentos, uma área ocupada em hectares ocupada pela agricultura familiar muito pequena, pois trata-se de uma categoria espacializada em estabelecimentos de até 20 hectares.

Figura 17 - AMUSEP: Estrutura fundiária predominante na agricultura familiar, 2017

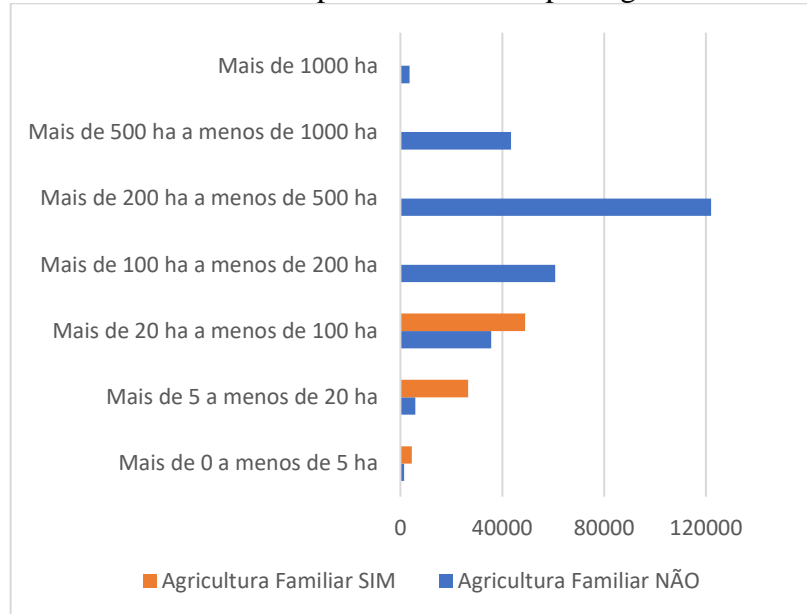


Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Assim como em esfera nacional, grande parcela das terras deste recorte espacial está retida na tipologia não pertencente à agricultura familiar, principalmente nos estabelecimentos de 200 a 1000 hectares. Além disso, cabe ressaltar que os sete municípios que possuem estrutura

fundiária predominante maior que 20 hectares, impactam diretamente na área total ocupada pela agricultura familiar, conforme a Figura 18.

Figura 18 – AMUSEP: Área ocupada em hectares pela agricultura familiar, 2017



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Com os dados da Tabela 2 e da Figura 18 é possível observar que os produtores familiares estão, majoritariamente em pequenos lotes rurais, o que, por vezes, é um limitante no desenvolvimento de alguns tipos de cultura. Dos sete gestores entrevistados, seis deles citam que a área que possuem é insuficiente para produção de soja e milho (cultivos de grande relevância na região, principalmente em grandes áreas).

Com intuito de complementar a análise, compreendendo o espaço de forma conjunta, além de retratar os principais grupos de atividades econômicas, a Tabela 3 relaciona tal produção à área dos lotes rurais, visto que em conjunto com características físicas e sociais, a área total do lote do produtor influencia na produção.

Tabela 3 – AMUSEP: Concentração de atividade econômica e estrutura fundiária, 2017

Grupo de atividade econômica	Estrutura fundiária		
	Mais de 0 a menos de 5 há	Mais de 5 a menos de 20 ha	Mais de 20 ha
Produção de lavouras temporárias	4	9	17
Horticultura e floricultura	28	2	0
Produção de lavouras permanentes	17	8	0
Pecuária e criação de outros animais	14	16	0

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Dos dados da Tabela 3, no grupo de atividade econômica relacionado à produção de lavouras temporárias, dos 30 municípios que compõem a AMUSEP, aproximadamente 57% apresentaram concentração da produção em estabelecimentos agropecuários de estrutura fundiária maior que 20 ha, ao passo que, para a horticultura e floricultura, a concentração de tal produção se dá em estabelecimentos com área de até 5 ha, em cerca de 93% dos municípios. Ao analisar a estrutura fundiária para a produção de lavouras permanentes, a maior parte dos municípios, 17 deles, estão agrupados em lotes de até 5 ha. Quanto ao grupo de atividade econômica pecuária e criação de outros animais, cerca de 53% dos municípios da área de estudo estão centralizados em propriedades entre 5 e 20 ha.

Um comparativo realizado entre 1995 e 2017 aponta para um decréscimo no número de estabelecimentos com atividade econômica de lavouras temporárias e permanentes, tal redução de estabelecimentos não é representativa, considerando os números absolutos e relativos, conforme apresenta a Tabela 4.

Tabela 4 – AMUSEP: Uso da terra em 1995 e 2017

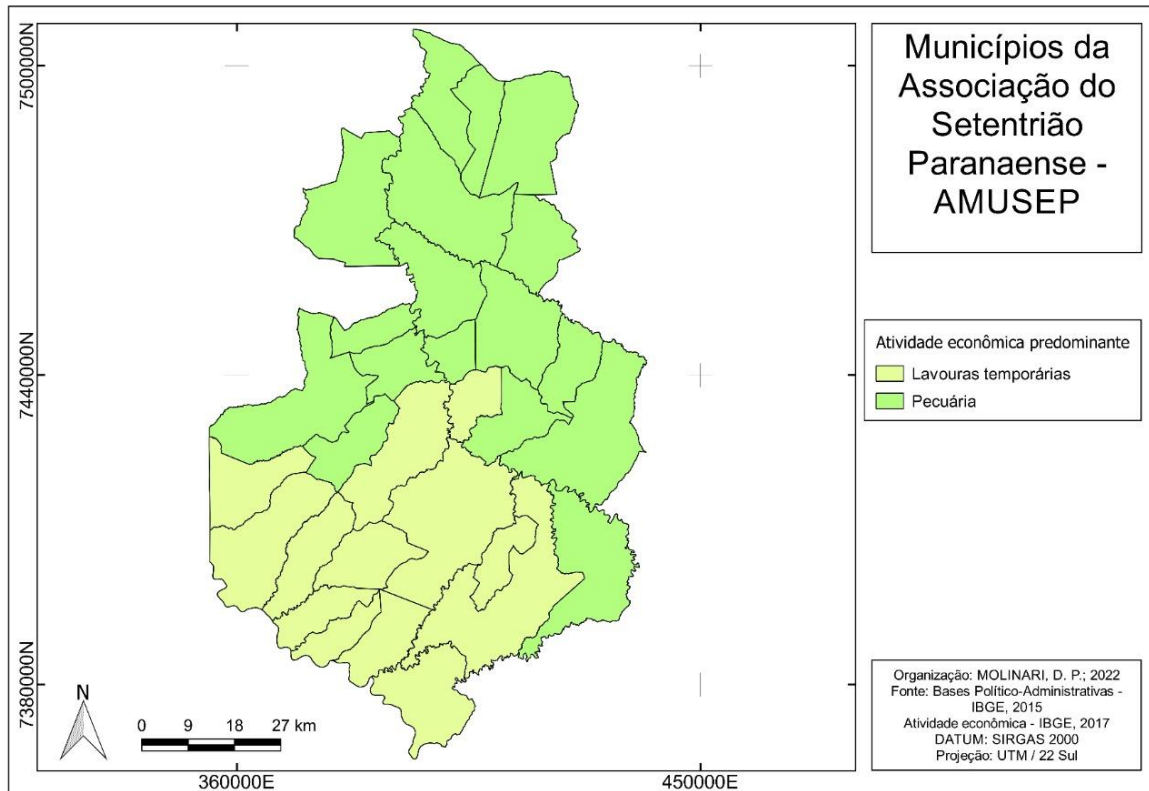
Ano	Grupos de atividade econômica	Total*	%
1995	Total*	14676	100,00
	Lavouras temporárias	5985	40,78
	Horticultura e floricultura	213	1,45
	Lavouras permanentes	1438	9,80
	Pecuária e criação de outros animais	5394	36,75
2017	Total*	(-)10041	100,00
	Lavouras temporárias	(-)4073	40,56
	Horticultura e floricultura	509	5,07
	Lavouras permanentes	(-)1253	12,48
	Pecuária e criação de outros animais	(-)3971	39,55

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 1995; 2017).

* A somatória na quantidade de estabelecimentos possui divergência, tanto dos grupos de atividades econômicas quanto da condição legal das terras em relação aos seus respectivos totais, pois foram consideradas as variáveis mais expressivas em termos numéricos. Além disso, a fim de construir o comparativo entre os dois anos, apenas as variáveis comuns entre eles foram selecionadas.

O comparativo apresenta de maneira muito expressiva as lavouras temporárias e pecuária/criação de outros animais. A Figura 19 apresenta um mapeamento acerca da atividade predominante em cada município, com destaque para as lavouras temporárias ao norte e pecuária ao sul, uso do solo associado ao relevo e clima.

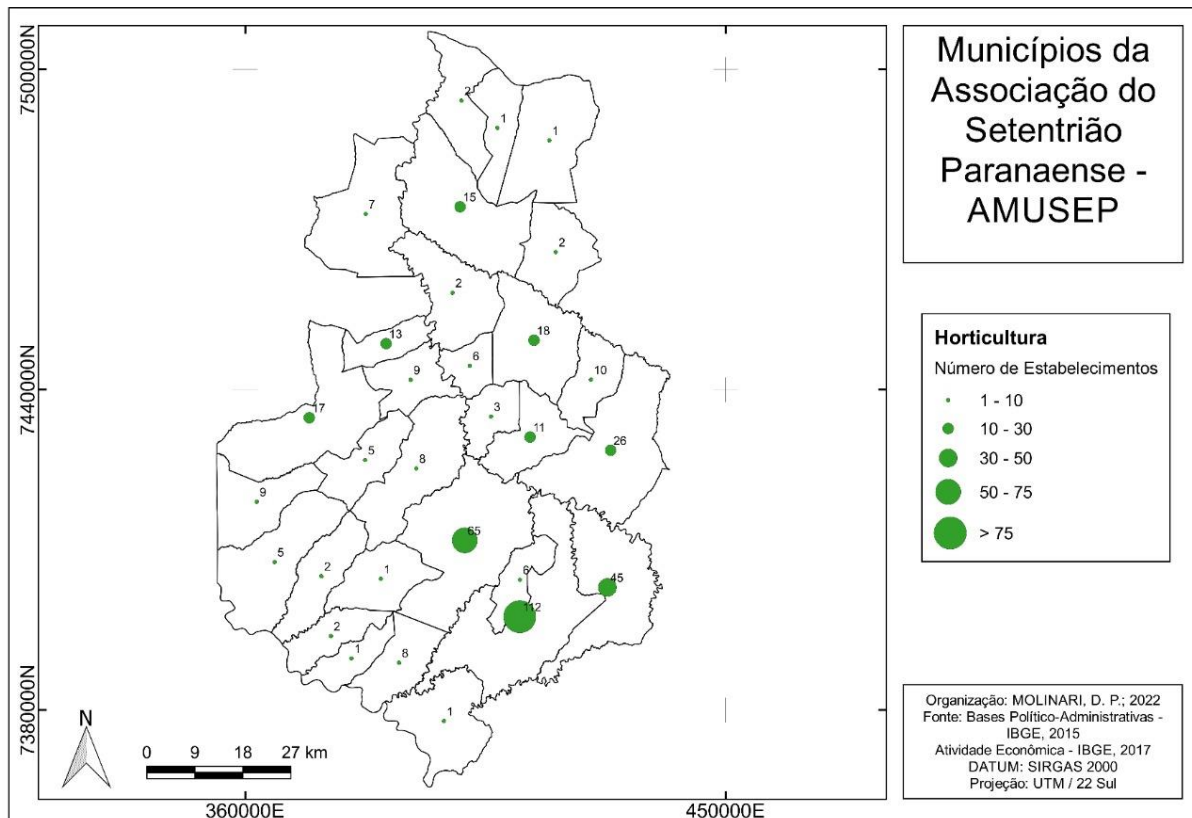
Figura 19 - AMUSEP: Atividade econômica predominante, 2017



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ainda em relação ao comparativo da Tabela 4, cabe uma atenção direcionada à horticultura e floricultura, as quais, apresentam um aumento na produção, passando de 239 estabelecimentos em 1995, para 509 em 2017, ocupando 5% do total. Em 1995, tal grupo de atividade econômica representava apenas 1%. O crescimento da horticultura e floricultura significa novas alternativas econômicas, que não sejam a concorrer com as atividades predominantes. Podem justificar as novas opções: mercado próximo, tamanho e condição do estabelecimento (relevo, por exemplo). A Figura 20 apresenta uma representação visual da localização desses estabelecimentos com essa atividade econômica.

Figura 20 - AMUSEP: Número de estabelecimentos com horticultura, 2017



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

O entrevistado 2 aponta que encontrou na horticultura a alternativa para permanência na terra, pois este tipo de cultivo lhe permite ter uma rentabilidade maior do que todas as demais produções já desenvolvidas na propriedade. Cabe ressaltar que se trata de uma produção/renda volátil, pois está sujeita, entre outras questões, às intempéries climáticas. Além disso, o produtor possui dias específicos para a colheita, o que lhe garante possibilidade de resolução de outras questões de cunho pessoal/administrativo nos demais dias da semana, o que não era possível na produção anterior (leite) em que todos os dias ele estava “amarrado”, ou seja, preso na atividade.

Essa questão verificada em visita de campo aponta para uma modificação da atividade econômica em alguns estabelecimentos, ou seja, uma queda no total de lotes com as atividades relacionados às lavouras temporárias, lavouras permanentes, pecuária e criação de outros animais e aumento da atividade associadas à horticultura e floricultura devido vantagens encontradas neste tipo de produção.

Figura 21 – Estabelecimento com produção de hortaliças



Fonte: Acervo da Autora (2022).

A entrevistada 5 também ressalta que encontrou na horticultura a possibilidade de permanência na terra. Iniciou o trabalho na agricultura com a cafeicultura, anos depois optou por associar café e horticultura, atualmente permanece somente com a horta, produção que lhe permite qualidade de vida mais elevada que as atividades anteriores, ela afirma ser a produção mais adequada devido ter um pequeno estabelecimento.

Diante do cenário descrito, nota-se, novamente, que o produtor com pequenas áreas encontrou na horticultura uma alternativa de permanência na terra. Não tão expressiva, mas também possível, a utilização de pequenas áreas para lavouras permanentes e pecuária, na medida em que áreas maiores se dedicam à lavouras temporárias.

Nesse sentido, é plausível constatar que há estratégias de permanência da agricultura familiar, ou seja, aquela categoria construída nos tempos do café consegue se manter, dentre outros motivos, pela prática da pluriatividade, que, segundo Baumel e Basso (2004, p.139), pode ser compreendida como:

Uma prática social, decorrente da busca de formas alternativas para garantir a reprodução das famílias de agricultores, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda; com o alcance econômico, social e cultural da pluriatividade as famílias que residem no espaço rural, integram-se em outras atividades ocupacionais, além da agricultura.

A pluriatividade pode ser a opção encontrada pelo produtor para manter o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que permite a entrada de renda por meio de várias portas de entrada, várias culturas, uma produção diversificada.

Figura 22 - Estabelecimento com pluriatividades



Fonte: Acervo da Autora (2022).

Esse é cenário vivido pelo entrevistado 7, que acredita que o pequeno produtor deve ser eclético. Abriu as porteiras de sua propriedade em 2002 e desde lá recebe grupos de pesquisadores, técnicos e leigos para estudos envolvendo seu estabelecimento, que possui produção orgânica. Atualmente ele possui o objetivo de seguir com a manutenção do banco de sementes crioulas (feijão, gergelim preto, grão de bico, xíxara, dentre outras) e aposta no

turismo rural (caminhada, ensaios fotográficos, eventos, receber ciclistas) para desenvolvimento de seu estabelecimento.

Intrinsecamente associado ao tipo de atividade econômica e tamanho dos lotes está a existência e necessidade de acesso a recursos e incentivos públicos. Historicamente, o crédito rural foi instaurado pela Lei nº 4.829/65, neste período, nota-se uma desigualdade no acesso a incentivos públicos. Os produtores e agricultores com pequenas áreas rurais foram prejudicados no que se refere ao acesso aos recursos financeiros e técnicos, como por exemplo no pacote tecnológico modernizador chamado de “pacote verde” (OLIVEIRA, 1981).

Entretanto, em 1995, o Brasil criou uma política pública destinada ao agricultor familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que possui como objetivo financiamento com baixas taxas de juros para o custeio da safra, da atividade agrícola, aquisição de máquinas, melhoria da infraestrutura etc. Com o programa, o acesso ao crédito por pequenos produtores no ano de 2006 se tornou mais expressivo (OXFAM, 2016).

O acesso ao crédito não significa que a desigualdade se findou, pois a distribuição dos valores ainda se mantém desigual.

Os estabelecimentos de 1.000 hectares ou mais concentraram, em 2006, 44,10% do crédito rural, enquanto 80% dos menores estabelecimentos obtiveram entre 13,18% e 23,44%. A origem de tal discrepância está no valor médio dos financiamentos obtidos. Enquanto o valor financiado nas classes de áreas menores de 20 hectares não chega a R\$ 10 mil, e nas classes de 20 a menos de 100 hectares não passe de R\$ 20 mil, na classe dos estabelecimentos a partir de 2.500 hectares o valor médio chega a mais de R\$ 1,9 milhões (OXFAM, 2016, p. 12).

Os dados apresentados pela citação anterior demonstram um cenário de desenvolvimento desigual. As políticas de crédito não chegam de forma homogênea em todo território brasileiro, além do fato de que os maquinários, em 2006, ainda não estavam popularizados entre os agricultores. Com intuito de compreender o contexto de acesso à crédito e maquinários na AMUSEP, os parágrafos a seguir foram desenvolvidos.

A Tabela 5 apresenta o número total de maquinários, e, depois, especifica informando os tipos, estabelecendo a relação entre os equipamentos e a atividade econômica, visto que alguns tipos de cultivos exigem mais maquinários do que outros. Infelizmente, não foi possível fazer comparativos para compreender a evolução da obtenção dos maquinários agrícolas em terras da Associação, visto que apenas o censo de 2017 traz essa variável. No entanto, com as informações disponíveis já é possível compreender o cenário mais recente, conforme a seguir.

Tabela 5 – AMUSEP: Maquinários agrícolas na agricultura familiar em 2017
Tratores, implementos e máquinas existentes no estabelecimento

Grupo de atividade econômica	Total de maquinários*	Tratores	Semeadeiras/ plantadeiras	Colheitadeiras	Adubadeiras e/ou distribuidoras de calcário
Total*	5772	3545	1084	413	455
Produção de lavouras temporárias	3602	1480	519	139	139
Horticultura e floricultura	117	34	x	X	X
Produção de lavouras permanentes	586	453	x	X	X
Pecuária e criação de outros animais	1091	553	33	X	4

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

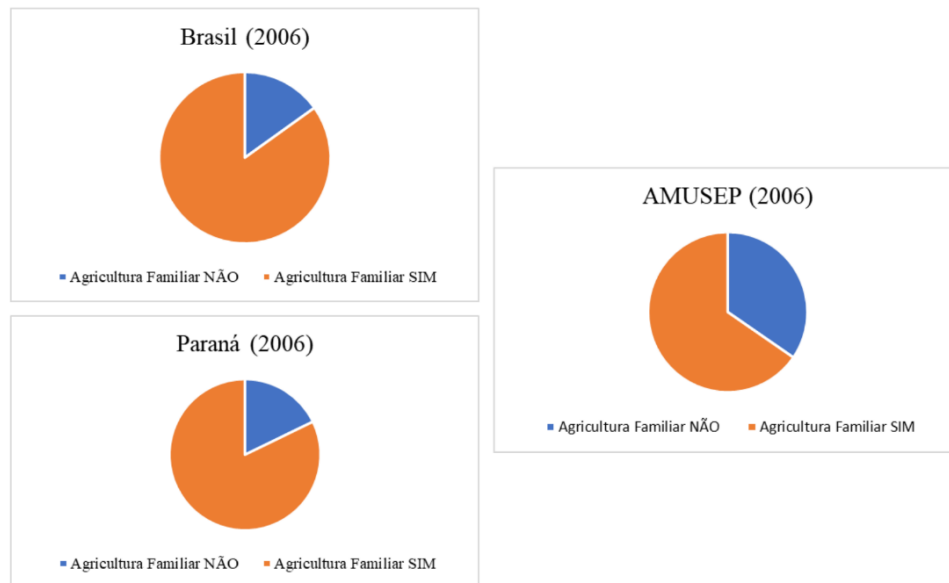
* A somatória na quantidade de maquinários possui divergência, tanto dos grupos de atividades econômicas quanto dos tratores, implementos e máquinas existentes no estabelecimento em relação aos seus respectivos totais, pois foram consideradas as variáveis mais expressivas em termos numéricos. Além disso, de acordo com nota do IBGE, o “x” significa valor inibido para não identificar o informante.

Nota-se que, dos maquinários, a maioria são tratores, seguidos de semeadeiras/plantadeiras. Além disso, a concentração desses maquinários está em número expressivo nos estabelecimentos que possuem como atividade econômica a produção de lavouras temporárias, um cultivo caracterizado pela mecanização.

Há 5772 maquinários distribuídos nos 6690 estabelecimentos com bases familiares na AMUSEP, uma informação que supõe duas hipóteses contrárias: 1) de se tratar de agricultores capitalizados, com um número expressivo de maquinários, isso se, partir do pressuposto que a posse de maquinários é resultado do montante de capital investido e, também, da utilização de técnicas modernas de produção; 2) há concentração de muitos maquinários em um mesmo estabelecimento, ao passo que muitos outros estejam à mercê de práticas tradicionais. Intrinsecamente associada aos maquinários, a questão financeira também é digna de análise ao esboçar a caracterização dos estabelecimentos, a seguir inicia-se alguns comparativos a fim de traçar considerações acerca do acesso a crédito pelos agricultores familiares.

A Figura 23 apresenta um comparativo entre os estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento em 2006, uma análise no Brasil, Paraná e AMUSEP. Estão inclusos na nomenclatura financiamentos àqueles destinados a investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento. Dentre esses tipos, os que mais se destacaram foram os de custeio e investimento, respectivamente.

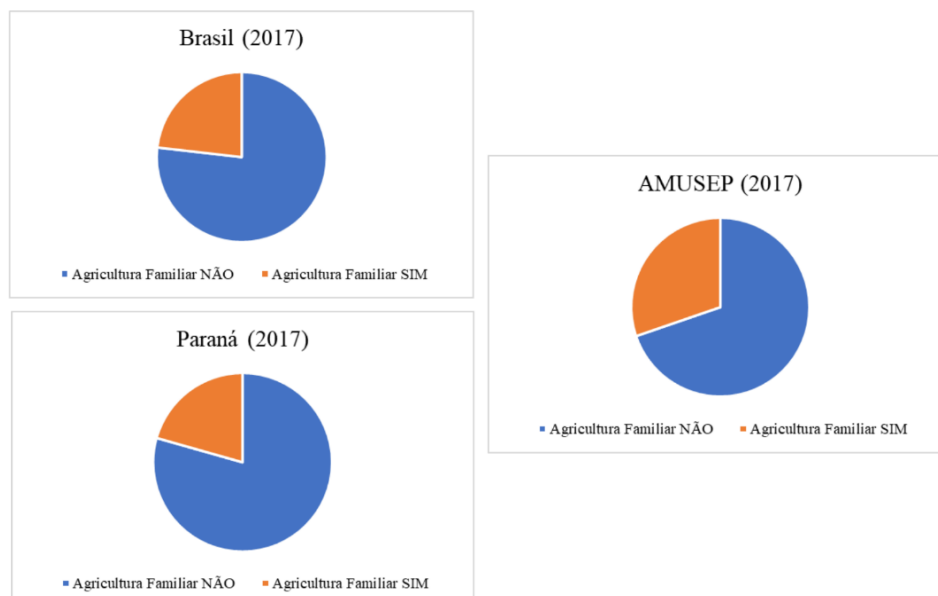
Figura 23 - Brasil, Paraná e AMUSEP: Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, 2006



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

A maior parte dos investimentos foram destinados aos estabelecimentos que possuem bases de agricultura familiar. No entanto, em 2017, esse cenário se inverte, grande parte dos financiamentos concedidos neste ano foram destinados a estabelecimentos que não possuem bases em agricultura familiar, conforme vemos da Figura 24.

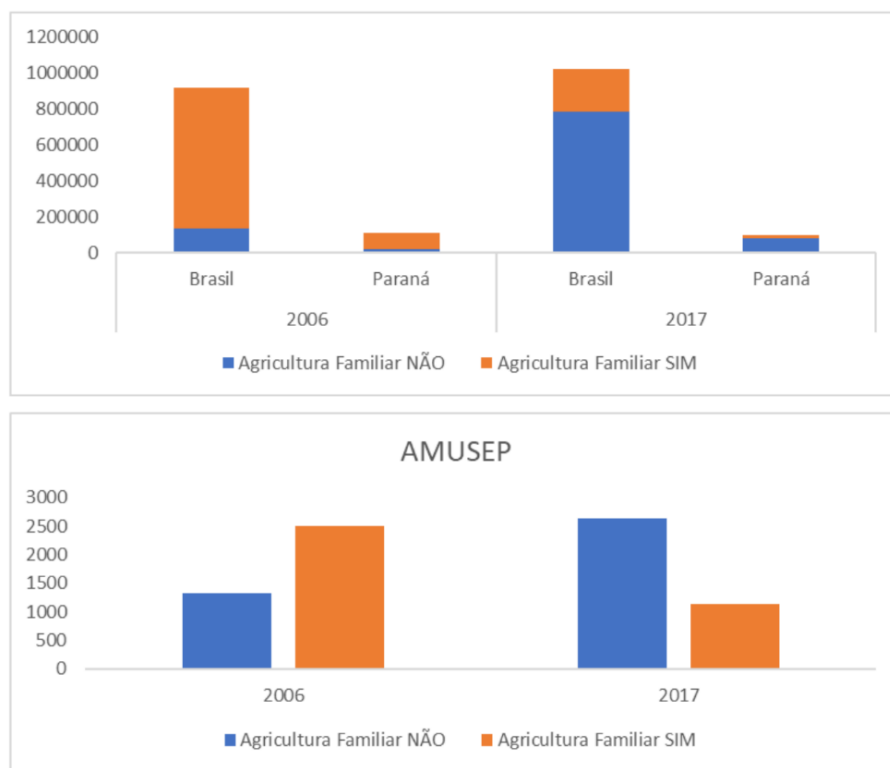
Figura 24 – Brasil, Paraná e AMUSEP: Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, 2017



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

A fim de tornar mais visual essa inversão, a Figura 25 foi elaborada, ela apresenta um comparativo dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento entre os anos de 2006 e 2017. Na parte superior da figura estão representados os dados em esfera nacional e estadual, enquanto no eixo inferior estão as informações sobre a AMUSEP. Em todos os casos existe o contraste de 2017 se comparado a 2006, onde a concessão de financiamentos que era majoritária para estabelecimentos de agricultura familiar altera-se bruscamente para não familiares.

Figura 25 – Comparativo entre estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, 2006 e 2017



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2006; 2017).

Cabe ressaltar o Censo agropecuário de 2017 apresenta modificações metodológicas e, por conseguinte, são necessárias ressalvas às comparações. Ademais, este estudo não foi a fundo para compreender as razões e circunstâncias que ocasionaram essa mudança, mas se trata de uma informação digna de nota e mais estudos, pois o (não)acesso a crédito pode impactar de maneira direta o agricultor familiar.

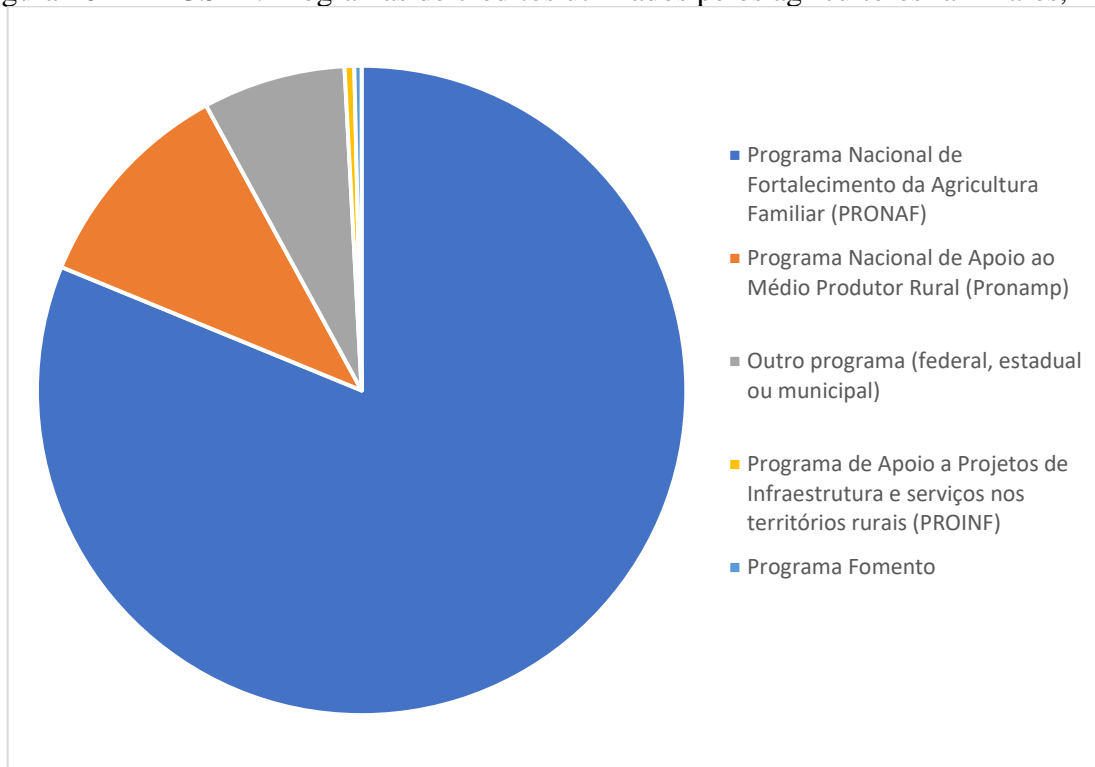
Tais financiamentos podem ser concedidos por agentes específicos, a citar: bancos, cooperativas de crédito, governos, comerciantes de matéria prima, fornecedores (insumos e/ou equipamentos), empresa integradora, outras instituições financeiras (exceto bancos e

cooperativas), Organização Não-Governamental – ONG, parentes ou amigos ou outro agente. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, especificamente na AMUSEP, os agentes de financiamento que mais se destacaram foram os bancos, seguidos das cooperativas de crédito.

Muitos desses financiamentos concedidos pelos agentes são provenientes de programas de créditos governamentais, como por exemplo: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Implantação e Instalação de Assentamentos (INCRA); Programa Terra Forte e Terra Sol; Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF); Programa Fomento; Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP); e, Outro programa (federal, estadual ou municipal).

A Figura 26 apresenta os programas utilizados pelos agricultores familiares da AMUSEP.

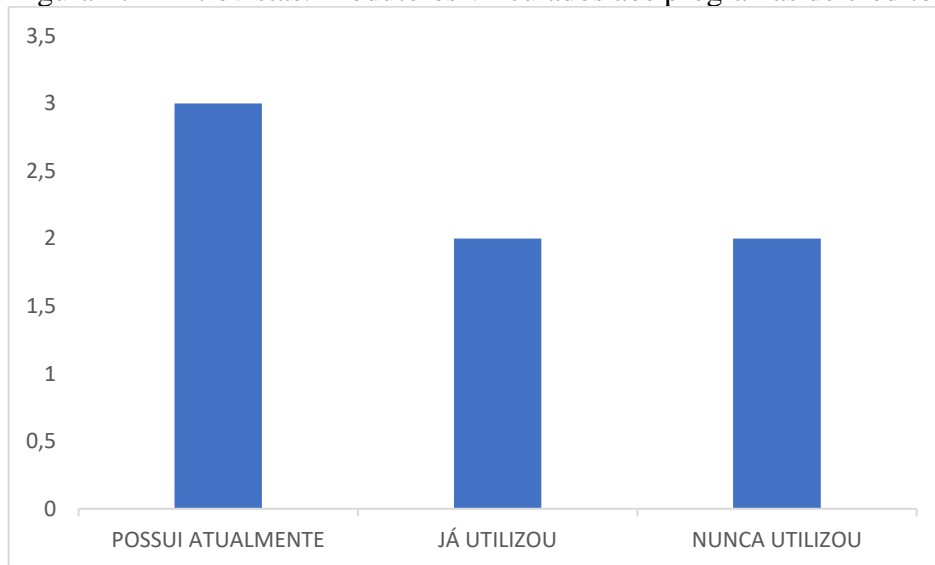
Figura 26 - AMUSEP: Programas de créditos utilizados pelos agricultores familiares, 2017



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

O programa de crédito mais difundido entre os agricultores familiares é destinado exclusivamente para eles. Trata-se de um bom programa de crédito? Ou apenas o mais acessível para a categoria? As respostas para tais perguntas só podem ser fornecidas pelo próprio agricultor, portanto a Figura 27 apresenta a percepção dos entrevistados ao serem questionados sobre financiamentos destinados à categoria.

Figura 27 - Entrevistas: Produtores vinculados aos programas de créditos



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Nas visitas *in loco*, parece haver uma divergência de opiniões quanto ao acesso a créditos. Um dos produtores se mostrou muito satisfeito com todos os programas disponíveis a ele, ressaltou que com as linhas de crédito disponíveis foi possível adquirir máquinas para colheita de café, construção de poço artesiano, barracão, custeio, dentre outros. Em contrapartida, uma gestora aponta que se trata de um crédito muito burocrático, fez uma tentativa de acesso a financiamento para obtenção de uma caminhoneta mais adequada ao transporte de suas verduras, mas não conseguiu finalizar o procedimento por exigências de avalista. Uma terceira perspectiva, o entrevistado acredita que o pequeno produtor deve ser autossuficiente, não deve “se enrolar” em financiamentos.

Muitas variáveis poderiam ser verificadas em uma tentativa de compreender os estabelecimentos rurais de tipologia familiar, anteriormente foram elencadas apenas algumas delas.

Até aqui verificou-se que a área ocupada e o número de estabelecimentos com a tipologia agricultura familiar apresentou uma redução em 2017 quando comparada a 2006. Entendeu-se que o uso da terra está intrinsecamente associado, dentre outros fatores, ao tamanho do lote e que a atividade econômica predominante é pecuária e criação de outros animais, seguidos de produção de lavouras temporárias, embora a pluriatividade pode ser uma alternativa para pequenos produtores.

Existe um número expressivo de maquinários nas propriedades familiares, mas não é possível compreender se este número está de maneira distribuída ou concentrada em estabelecimentos específicos. Ainda, observou-se que em 2017 grande parte dos

financiamentos concedidos foram destinados a estabelecimentos que não possuem bases em agricultura familiar, invertendo o cenário apontado em 2006. Nesse sentido, há uma divergência de opiniões entre os agricultores familiares no que se refere aos financiamentos, há os que julgam um excelente programa de acesso a crédito e aqueles que o diz muito burocrático.

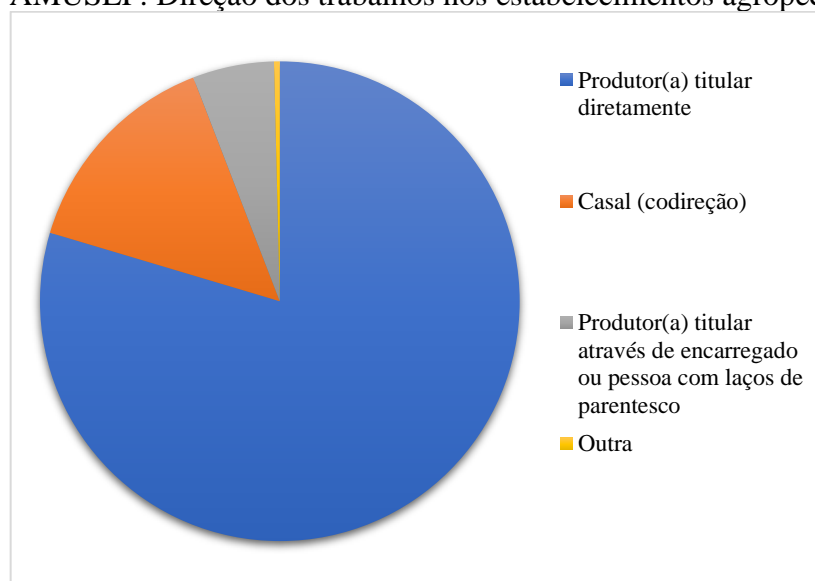
No subitem a seguir, o cenário atual da agricultura familiar na AMUSEP será estudado, especificando aspectos sobre o sujeito que está inserido no meio rural.

5.2 O AGRICULTOR

Atualmente, quem é responsável pela gestão dos estabelecimentos de tipologia familiar? Qual a faixa etária desse(a) gestor(a)? Ele(a) mora no próprio estabelecimento? São homens ou mulheres? A questão do gênero possui relevância para a gestão do lote? Em busca de respostas para tais questões, quatro variáveis foram elencadas e serão dissertadas nos parágrafos a seguir: 1) responsável pela gestão do lote atualmente; 2) idade do produtor; 3) local de moradia; 4) sexo do pessoal ocupado. Tais temas foram escolhidos com o propósito de auxiliar na caracterização do sujeito, assim como iniciar as discussões sobre as perspectivas futuras desta categoria, abordada mais profundamente no próximo item.

A Figura 28 aponta que o perfil produtor(a) titular diretamente é a direção comumente encontrada nos estabelecimentos, seguidas da codireção entre o casal e, por fim, o perfil de produtor(a) titular por meio de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo.

Figura 28 - AMUSEP: Direção dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários, 2017

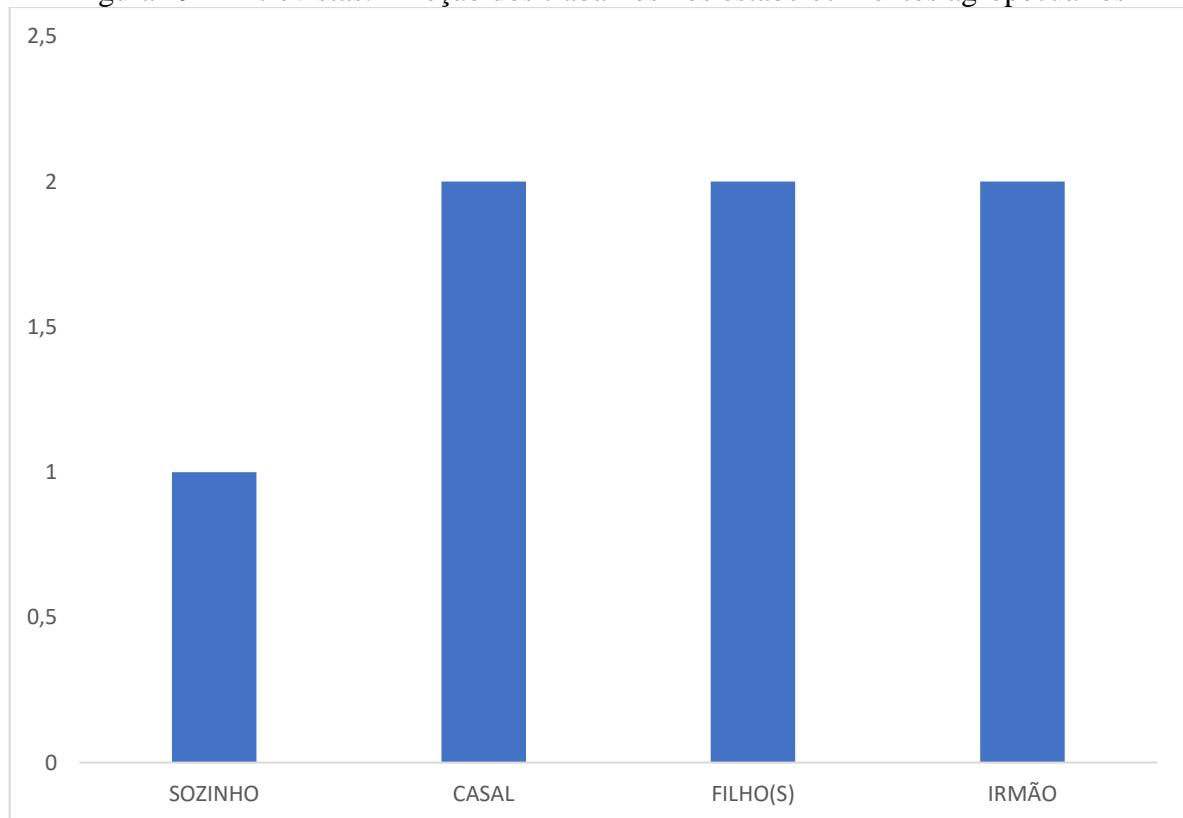


Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Esse dado associado ao trabalho de campo revela que a responsabilidade da gestão está centralizada no proprietário da terra, conferindo ao mesmo, grande parte das incumbências relacionadas ao estabelecimento. Pode ser um indicativo de que o produtor explora diretamente, sem a participação de filhos, uma vez que não há variável indicando a direção dos trabalhos entre pais e filhos. Ou seja, pode sugerir que não existe a tal gestão por herança ou caso exista, não é representativa. A inclusão dessa variável nas pesquisas seria de grande valia na identificação de possíveis sucessores à gestão do lote.

Dos sete núcleos entrevistados, dois deles possuem auxílio de filhos; outros dois estabelecimentos trabalham em sociedade com os irmãos; outros dois gerenciam em casal; e um deles administra sozinho, conforme Figura 29.

Figura 29 - Entrevistas: Direção dos trabalhos nos estabelecimentos agropecuários

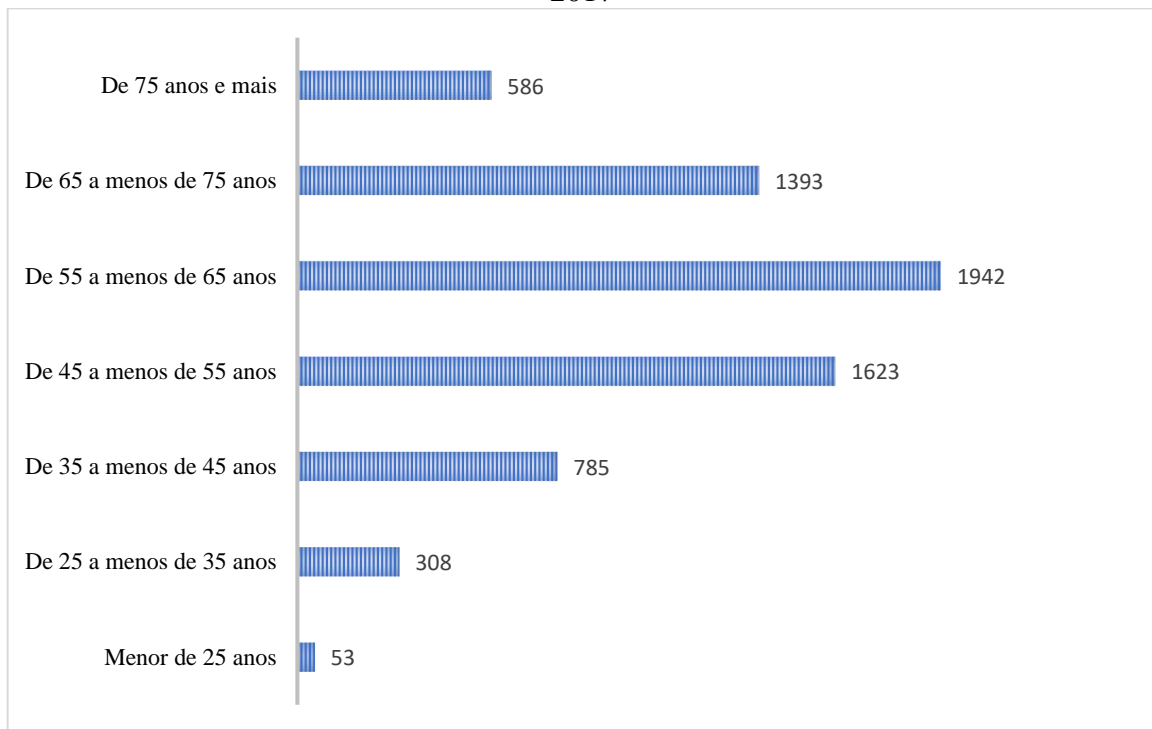


Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Existe uma centralização na gestão do lote? Existe diálogo sobre as decisões que envolvem o estabelecimento? O entrevistado 6, produtor de café atualmente, relatou que observou ao longo dos anos, alguns pais responsáveis pela gestão se tornarem chefes ríspidos que não abrem margem para diálogo e/ou decisões coletivas, repelindo, muitas vezes, o filho do trabalho em conjunto.

Ao mesmo tempo em que os filhos optam por outras atividades, o pai envelhece, alterando a configuração dos produtores, a Figura 30 especifica a faixa etária dessa parcela da população.

Figura 30 - AMUSEP: Número de estabelecimentos agropecuários por idade do produtor, 2017



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

Uma característica em comum entre os municípios é que a idade do responsável pelo lote tende a ser acima de 45 anos. E ainda, do total, 30% dos lotes (1979) são administrados por pessoas com mais de 65 anos, em idade de se aposentar. Essa informação é chave para a pesquisa, pois, neste caso, o processo de sucessão geracional volta a aparecer. Levando em consideração a idade do gestor, há que se considerar alguns questionamentos, como: Os(as) filhos(as) dos responsáveis pela terra possuem interesses de permanência no lote? Estão sendo preparados para assumir a gestão da propriedade? Há dificuldades em encontrar sucessores no processo de gestão? A próxima seção tratará de aprofundar essas questões.

Diante da trajetória traçada até este momento, fica evidente a representatividade da agricultura familiar na AMUSEP, mas, vale lembrar que a tendência de saída do campo é evidenciada censo após censo, desde a década de 1980. A fim de compreender essa inclinação para egresso, a Tabela 6 foi elaborada.

No sentido de proporcionar um estudo comparativo entre a residência da pessoa que dirige o estabelecimento ao analisar as tipologias “agricultura familiar – não” e “agricultura

familiar – sim”. Nota-se que a maioria dos estabelecimentos que não são de agricultura familiar, a residência é em outro local. Em contrapartida, a maioria dos agricultores familiares reside no próprio estabelecimento.

Tabela 6 - Local de residência de agricultores em 2017

Município	Total	Agricultura familiar - não			Agricultura familiar - sim		
		Total	No estabelecimento	Outro local	Total	No estabelecimento	Outro local
Ângulo	265	83	28	55	182	67	115
Astorga	705	252	102	150	453	278	175
Atalaia	279	92	28	64	187	101	86
Colorado	393	165	63	102	228	130	98
Doutor Camargo	288	54	17	37	234	77	157
Floraí	218	97	12	85	121	44	77
Floresta	158	50	11	39	108	55	53
Flórida	100	36	7	29	64	23	41
Iguaraçu	223	67	17	50	156	93	63
Itaguajé	273	63	40	23	210	168	42
Itambé	243	104	23	81	139	47	92
Ivatuba	88	47	3	44	41	14	27
Lobato	158	63	19	44	95	48	47
Mandaguacu	346	144	74	70	202	144	58
Mandaguari	743	213	79	134	530	297	233
Marialva	1351	253	95	158	1098	676	422
Maringá	654	274	134	140	380	247	133
Munhoz de Melo	301	75	30	45	226	129	97
Nossa Senhora das Graças	190	71	31	40	119	72	47
Nova Esperança	777	227	81	146	550	336	214
Ourizona	203	81	8	73	122	33	89
Paçandu	179	50	11	39	129	47	82
Paranacity	246	93	47	46	153	96	57
Presidente Castelo Branco	288	143	71	72	145	82	63
Santa Fé	436	152	50	102	284	142	142
Santa Inês	88	45	15	30	43	17	26
Santo Inácio	225	78	37	41	147	99	48
São Jorge do Ivaí	253	134	23	111	119	49	70
Sarandi	144	51	12	39	93	58	35
Uniflor	226	94	46	48	132	73	59

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017).

A questão da afetividade com a terra estaria associada aos agricultores familiares manterem sua moradia no próprio estabelecimento? Ao que tudo indica, sim, é uma possibilidade. Um agricultor revela que optou por morar no campo porque gosta e não quer estar na cidade. Afirma que ali é o lugar dele.

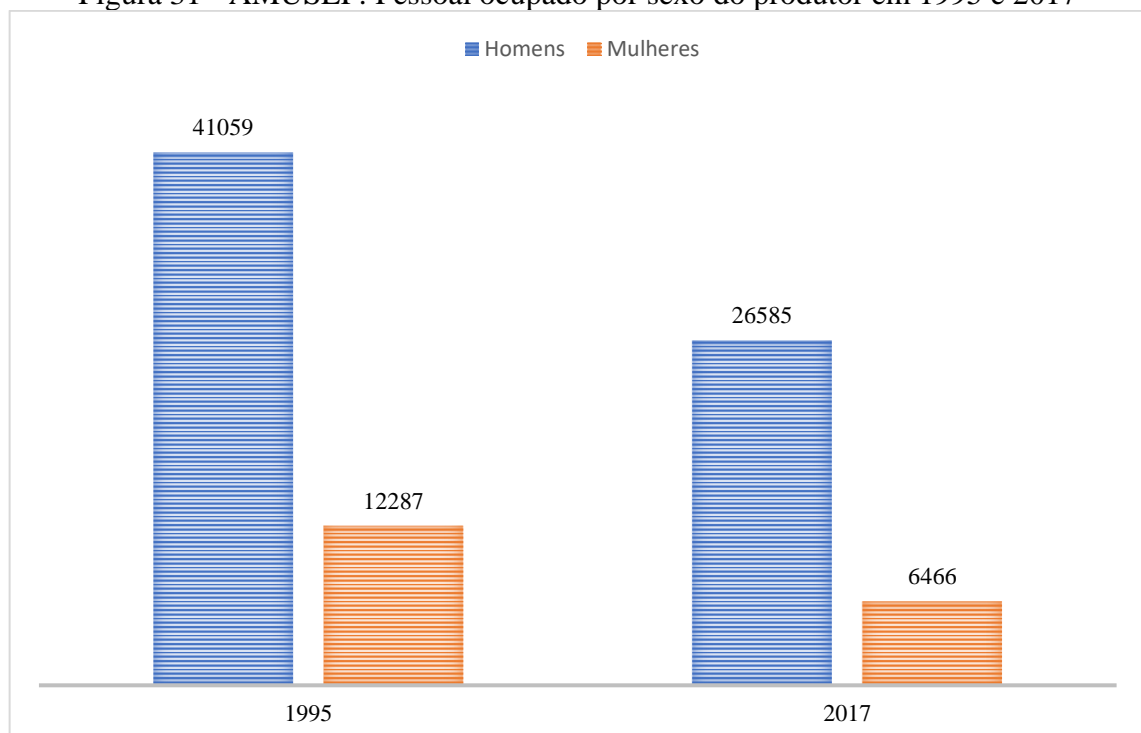
Do total de 6690 estabelecimentos de tipologia agricultura familiar, 3778 deles, correspondendo a 56,47%, possuem o gestor morando no estabelecimento, ao passo que em 2948, os administradores residem em outro local.

Além disso, ao observar os dados da Tabela 6, é comum que a moradia dos produtores seja em outro local - na cidade mais próxima, por exemplo - e o estabelecimento passa a ser destinado à sua atividade econômica. Essa informação evidencia, por um ângulo, o motivo da expressividade da agricultura familiar não anular a saída de pessoas que vivem no campo. A afirmação anterior é feita com ressalvas, visto que muitos autores entendem que o agricultor familiar deve residir no próprio lote, enquanto outros não consideram o local de residência. Não é o objetivo adentrar na discussão, apenas interpretar tais dados.

Para analisar essa dinâmica de moradia no campo, outras informações, como veracidade dos dados, organização econômica e social do estabelecimento, políticas públicas destinadas a esses sujeitos, entre outras, precisam ser levadas em consideração, afinal, é necessário compreender todas as partes de um todo.

De maneira geral, a dinâmica agrária destinada ao comércio de grande escala provoca uma reorganização dentro da propriedade, ocasionando uma redução de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários. Mais especificamente, no caso da substituição de mão de obra, a Figura 31 apresenta dados que comprovam esse processo.

Figura 31 - AMUSEP: Pessoal ocupado por sexo do produtor em 1995 e 2017



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1995; 2017).

No que se refere à administração dos lotes, a Figura 31 expõe o quantitativo, total e por sexo, de pessoas ocupadas nos estabelecimentos, também no recorte temporal de 1995 e 2017. Houve diminuição/queda em todas as variáveis, bem como o número de estabelecimentos, quando o número de pessoal ocupado em atividades agropecuárias igualmente foi reduzido expressivamente.

Busca-se apoio em Silva (1981) para compreender a causa dessa alteração, pois o autor menciona que um dos pilares da modernização é a inovação mecânica, capaz de alterar a intensidade e ritmos da jornada de trabalho. Trata-se de uma migração de uma produção com intensa necessidade de mão de obra humana, como é o caso da cafeicultura tradicional, implantada no período de colonização, para um cultivo que exige maquinários e tecnologia no campo.

Ao analisar os dados dos municípios isoladamente, no Apêndice D, alguns destaques aparecem, são aqueles que fogem da tendência de redução. Os municípios de Lobato, Santa Inês e Uniflor registraram aumento de pessoal ocupado no total e na comparação entre homens e mulheres. Alguns municípios refletiram aumento somente no número de mulheres, como o caso de Flórida e Itambé. Estes municípios mantiveram a tendência de redução de pessoal ocupado, porém, no que se refere à análise específica relacionada a mulheres, houve um aumento. Santa Fé e Itaguajé também registraram aumento de mulheres no campo, mas, diferentemente do anterior, refletiu em um aumento de pessoal total. O município de Nossa Senhora das Graças revela um aumento de homens de um lado e, por outro, redução de mulheres e no número total de pessoal ocupado. Ao mesmo tempo, Paranacity apresenta um aumento de homens nos espaços agrícolas e no número total de pessoal ocupado (IBGE, 1995; 2017).

Diante dos dados apresentados, há que se considerar uma breve reflexão sobre a questão de gênero na agricultura. A história narra, como quem conta um fato naturalizado, que a gestão das propriedades ocorria de pai para filho, nunca de pai para filha, ou ainda de mãe para filho, mãe para filha, o que poderia ser quase inaceitável. E, de fato, assim o era. O ‘filho homem’ desde sempre acompanhava o pai na roça, aprendendo a plantar, colher, negociar, dentre outros, enquanto a ‘filha mulher’ aprendia os afazeres de casa, cozinhar, lavar, passar, costurar e, claro, arrumar um marido. Afinal, o marido seria necessário para administrar o lote rural, mas isso, somente na falta do filho homem, priorizando o mais velho.

A desigualdade de gênero é reforçada pela desigualdade fundiária no Brasil. De acordo com OXFAM (2016, *online*) “São os homens que controlam a maior parte dos estabelecimentos rurais e estão à frente dos imóveis com maior área: eles possuem 87,32% de todos estabelecimentos, que representam 94,5% de todas as áreas rurais brasileiras”.

Existem incentivos para a inclusão da mulher em atividades agrárias? De acordo com as entrevistas, não há estímulos internos, tampouco externos. Duas entrevistadas (candidatas à sucessão geracional do entrevistado 1) relatam a ausência de espaço de participação na gestão e, também, houve um incentivo para que buscassem por níveis mais elevados de escolaridade e visassem outras possibilidades profissionais: “O natural no nosso caso era sair”.

Do total de entrevistas, oito eram mulheres candidatas à sucessão, mas nenhuma foi incentivada desde pequena à permanência na terra, ao contrário dos homens candidatos, que muito jovens acompanhavam os pais nas atividades no campo.

Em seu estudo, Brumer (1996) afirma que a mulher possui um trabalho invisível, endógeno, enquanto fica a critério do homem toda a negociação externa. A mesma autora, em outro texto, expõe que

[...] apesar do desenvolvimento ocorrido em inúmeras sociedades, não há indícios de que as pequenas variações encontradas na divisão do trabalho doméstico apontem para a reversão da situação que atinge globalmente todas as sociedades, no que concerne à atribuição das tarefas reprodutivas às mulheres (BRUMER, 1996, p. 56).

Após 25 anos da afirmação anterior, o cenário agrário, no que se refere a homens e mulheres, ainda mantém a constante da presença masculina, majoritariamente. Quando analisados os dados da Figura 31 apontam que 1996, os homens ocupam 76,97% *versus* 23,03% de mulheres, ao comparar com 2017, um percentual que já era baixo, diminuiu para 19,56% de mulheres contra 80,44% de homens.

Porém, o que se constata na conjuntura atual é que pode haver disputas de comando nas propriedades, envolvendo “filhos homens” e “filhas mulheres”. Tal ação mescla crença e tradição com direitos, igualdade e modernização. Trata-se de uma temática digna de nota e expansão de pesquisas acadêmicas, principalmente com o olhar geográfico embutido. Mas, para esta pesquisa, fica a dúvida: resolvida a questão de gênero estaria garantida a manutenção social da agricultura familiar?

6 GESTÃO DO ESTABELECIMENTO: PERSPECTIVAS FUTURAS

Este item foi desenvolvido com base nas entrevistas realizadas, apresenta as perspectivas futuras da gestão do estabelecimento sob a ótica do agricultor, que atualmente administra o lote e, em seguida, aborda os fatores que influenciam a decisão do(a) jovem candidato(a) à sucessão.

6.1 ÓTICA DE PAIS AGRICULTORES

Para compor esta seção, sete produtores rurais pertencentes à tipologia familiar foram entrevistados. Todos são proprietários e atuais responsáveis pela administração da propriedade.

Ao ser questionado sobre as perspectivas da propriedade, o entrevistado de 54 anos, produtor de hortaliças, afirma que há probabilidade de futuro na agricultura familiar apenas enquanto ele estiver com saúde para trabalhar, pois não há sucessor(a). Durante a entrevista ele ressalta ter dúvidas sobre o futuro da agricultura familiar de maneira geral, opinião que muito está relacionada ao seu próprio contexto. Relata ainda que deixou a critério das filhas optar por suas atividades profissionais, não incentivou a permanência no campo, uma vez que a perspectiva de vida na cidade pode ser melhor. Atualmente, suas filhas possuem o nível superior de escolaridade e trabalham em atividades na cidade. Ao questioná-las sobre a possibilidade de assumir a gestão da propriedade, uma delas afirma querer manter a propriedade para lazer e reestruturar a horticultura, já a filha mais velha diz não ter pensado no assunto ainda.

Ao que tudo indica, esse caso é comum atualmente, o produtor com filhas mulheres que continuaram seus estudos e visualizaram outras oportunidades profissionais. Uma mescla entre a questão de gênero, não incentivo à permanência na terra, comparação entre vida rural e urbana acrescida da perspectiva de maior qualidade na cidade.

Uma situação semelhante a essa é a da entrevistada de 45 anos, produtora de hortaliças, que aponta como incerta a perspectiva de futuro na agricultura familiar. Com duas filhas cursando ensino superior em Matemática e Psicologia não incentiva a permanência das filhas trabalhando no sítio, ela relata que “[...] por vezes a renda no sítio pode ser até maior que em uma atividade na cidade, mas elas devem fazer o que gostam”. Mesmo deixando a critério das herdeiras escolherem, admite ter desejo de que houvesse continuação das atividades no rural, apontando para um anseio de iniciar um cultivo de morango, caso as filhas retornem.

Ainda na incerteza acerca de sucessão geracional está o produtor de 43 anos, que possui produção principal de café e utiliza de horticultura como renda secundária, por não possuir filhos, não sabe o que será do estabelecimento no futuro.

Também incerto quanto ao futuro está o senhor que possui pluriatividades em seu estabelecimento, que possui um filho e uma filha (utilizando as palavras dele) “se aventurando na cidade”. Ele tem esperanças de que o filho retorne para auxiliá-lo, principalmente nas atividades que envolvem o turismo rural.

A dúvida acerca do futuro da propriedade na agricultura familiar não é exclusiva do produtor que possui filhas mulheres. Um agricultor de 69 anos, produtor de soja e milho, que possui dois filhos homens, também compartilha da mesma incerteza do entrevistado anterior. Seus filhos, que concluíram o ensino médio e fizeram cursos profissionalizantes, encontraram na cidade perspectivas melhores de trabalho e moradia. Um deles, ao ser questionado sobre os fatores que motivaram sua saída, afirma que “[...] não via perspectiva de futuro ali (no sítio), para o pai já estava difícil”.

A incerteza que permeia os casos anteriores não se repete no núcleo familiar produtor de gado leiteiro, pai de duas meninas e um menino, o entrevistado de 50 anos, enxerga em seu filho caçula a possibilidade de continuação dos trabalhos rurais, as duas filhas já constituíram família e moram na cidade, também possuem atividades profissionais voltadas ao urbano.

Só há certezas quanto ao futuro do estabelecimento que possui a cafeicultura como atividade econômica, o gestor relembra que no ano de 2010, quando seus dois filhos optaram por continuar o trabalho no rural, ele precisou buscar por melhorias na produção, pois mais famílias dependeriam daquele estabelecimento. Naquele momento, eles iniciaram um comércio de grãos especiais, marcando um ciclo de ascensão e conquistas no estabelecimento. Cabe ressaltar que esse produtor também possui uma filha, mas ela optou por continuar seus estudos, se tornou professora e mora na cidade.

Fica evidente o desejo dos pais de que haja continuidade nos trabalhos que atualmente são desenvolvidos na propriedade. Ao mesmo tempo, eles afirmam deixar a decisão a critério dos(as) filhos(as), pois “eles(as) precisam gostar da atividade agrícola”, ressaltando as dificuldades encontradas na vida rural, refutando a responsabilidade em possíveis frustrações de seus filhos. A opção de não influenciar na decisão do filho pode resultar em uma das principais queixas retratadas pelos jovens sucessores: falta de incentivo à permanência na terra.

Os gestores atuais fazem parte de uma geração que optou por permanecer no campo, mesmo em meio às intempéries climáticas, alterações sociais e econômicas de produção e

técnicas. Por qual motivo? Em uma tentativa de esboçar respostas, as informações obtidas nas entrevistas serão analisadas de maneira individual.

A história dos entrevistados parece ter o mesmo início, pais ou avós vieram em busca de adquirir terras no período de colonização, todos eles trabalhavam com atividades rurais. Dos sete núcleos, com exceção de um, todos começaram as atividades na cafeicultura e foram migrando ao longo do tempo. A Figura 32 apresenta uma linha do tempo de um dos entrevistados, para exemplificar as mudanças necessárias ao longo dos anos até se adaptar na atividade desenvolvida atualmente.

Figura 32 - Alterações de produção de um estabelecimento visitado



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Assim como no caso acima, outros produtores precisaram se adaptar às alterações econômicas e sociais, a agricultura familiar é imbuída de adaptabilidade e diversidade, capacidades de sobreviver a cenários e desafios variados. Dos entrevistados, somente um deles permanece com a mesma atividade econômica, o café, mas ressalta que as técnicas de produção são totalmente diferentes. Ele relembra que na década de 1980 realizou um curso de mecânica e ao contar que conseguira um emprego, o pai lhe perguntou se ele o abandonaria em um momento tão desafiador (não haviam se recuperado das geadas de anos anteriores), utilizando suas palavras: “[...] foi como levar um tapa, abandonei os planos de saída do rural e permaneci mesmo diante das dificuldades”.

Ao serem questionados sobre a participação em organizações, há divergências nas opiniões. Apenas um deles afirma participar ativamente de grupos e organizações, cita a Emater, universidades, Rotary etc. Os demais dizem receber apoio da Emater, afirmando: “eles auxiliam se procurar”.

Todos eles afirmam ter notado muitas mudanças relacionadas à qualidade de vida, que atualmente não se leva uma vida “sofrida” como antigamente.

Todos os atuais gestores entrevistados receberam a terra por meio de sucessão geracional, mas, de maneira geral, observando as entrevistas realizadas, nota-se a recorrência da falta de planejamento na administração futura do lote rural. Isto porque a centralização da gestão no pai gerou dúvidas quanto à permanência do filho no futuro: qual o meu papel na propriedade? eu herdarei essa propriedade? será dividida para todos os irmãos? qual será a qualidade de vida de meu(minha) filho(a) residindo e trabalhando aqui? Tais dúvidas levam à ausência de estímulo no neto, acarretando as incertezas atuais quanto à sucessão geracional na agricultura familiar.

Estaria na falta de incentivo a resposta para a saída dos jovens do campo? Nos desafios econômicos e sociais enfrentados pelo agricultor? Nas incertezas que permeiam a safra/produção? Os fatores que interferem na continuação dos filhos no campo foram tratados no item 7.2.

6.2 A DECISÃO DO(A) JOVEM RURAL: SAIR OU FICAR?

A afetividade com a terra e o projeto de vida são fatores-chave na escolha do sair ou ficar. Para Ceron e Gerardi (2007, p. 9) existe uma “[...] necessidade de a Geografia analisar os processos geradores das decisões humanas”. Dessa forma, os princípios comportamentais

deveriam ser inseridos nos debates, uma vez que as decisões não são completamente racionais sendo influenciadas por objetivos e hábitos.

Para Sartre (1963 *apud* SANTOS, 1996, p. 41), “[...] tudo muda quando se considera que a sociedade é apresentada a cada homem como uma perspectiva do futuro, e que esse futuro penetra até ao coração de cada um como uma motivação real ao seu comportamento”. A decisão do(a) jovem será tomada de acordo com o tripé: 1) informações que recebeu; 2) análise de seu projeto de vida; 3) relações sociais vivenciadas.

O comportamento pode ser percebido por meio de uma perspectiva racional ou instrumental, ele “[...] visa não apenas metas econômicas, mas também a sociabilidade, a aprovação, o status e o poder” (GRANOVETTER, 2007, p. 31). Mais especificamente sobre o(a) jovem rural: a sua decisão estará pautada no contexto social (aprovação, poder, sociabilidade) e econômico.

A decisão e ação está embasada em um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Este sistema pode ser influenciado por dinâmicas gerais (urbanização e mudanças tecnológicas), características locais e especificidades próprias de seu comportamento.

Buscou-se apoio em Matte e Machado (2017) para compreender os fatores que condicionam essa decisão, em estudo realizado pelos autores, no sul do Brasil, os principais fatores estão relacionados com: 1) ausência de incentivo dos pais para permanência na terra; 2) comparação entre vida urbana e rural (com a tendência de olhar para as atividades urbanas como “mais fáceis”); 3) penosidade das atividades agrícolas; 4) desigualdade de gênero; 5) avanço no grau de escolaridade apresentando novas oportunidades profissionais. Neste mesmo estudo, os autores apresentam uma síntese dos principais trabalhos realizados no sul do Brasil, que abordam os fatores que influenciam a decisão dos jovens em sair do estabelecimento rural, reproduzida na íntegra no Quadro 3.

Quadro 3 - Estudos sobre a decisão dos jovens em sair do estabelecimento rural

Autor	Local do estudo	Fator de saída
Abramovay <i>et al.</i> (2001)	Oeste de Santa Catarina – SC	Dificuldade de acesso à terra; Ausência de expectativa de geração de renda; Maior grau de escolaridade; Ausência de estímulo à permanência por parte dos pais; Outras expectativas profissionais dos filhos que não a de ser agricultor.
Carneiro (2001)	Nova Pádua – RS	Propriedade não comporta todos os filhos; Não havia condições para adquirir novas áreas; Ausência do mercado de terras; Crise na agricultura;

		Desvalorização do trabalho agrícola com a oferta de emprego urbano; Valorização do estudo como meio de ascensão; Mulheres deixam de ver o casamento como única forma de “inserção social”; Atividades não agrícolas mais atrativas; Desvalorização da identidade de agricultor.
Mello <i>et al.</i> (2003)	Oeste de Santa Catarina – SC	Desigualdade de gênero (exclusão das filhas no processo de sucessão e ausência de espaço de participação); Ausência do mercado de terras; Ausência de reconhecimento por parte dos pais; Ausência de remuneração pelo trabalho do filho; Ausência na participação das decisões produtivas.
Stropasolas (2004)	Oeste de Santa Catarina – SC	Controle sobre a sexualidade feminina; “Violência simbólica”; Busca de ampliação das experiências afetivas; Troca de experiências com jovens da cidade; Noção de “vida urbana” com mais liberdade; Escolaridade apresenta novas oportunidades; Inconformidade com a desigualdade de direitos; Débil participação dos jovens no processo decisório da agricultura familiar; Imagem inferior de moças do meio rural em comparação a moças da cidade; Incentivo dos pais para as moças saírem; Saída das moças pode levar/atrair os rapazes.
Siqueira (2004)	Santo Cristo e Candelária – RS	Dificuldades no trabalho agrícola: cansativo, falta de horário, baixa valorização social, baixos rendimentos, falta de lazer; Aspiração profissional distinta da agricultura; Preocupação com a saúde; Mulheres buscam por independência econômica.
Anjos, Caldas e Costa (2006)	Morro Redondo, Veranópolis, Salvador das Missões e Três Palmeiras - RS.	Escassez de oportunidades de renda tanto fora como dentro do estabelecimento; Dificuldades na agricultura; Reduzido tamanho do negócio familiar; Ausência de outras fontes de renda (ex., pluriatividade e transferências sociais).
Costa (2006)	Morro Redondo – RS	Falta de trabalho no meio rural (trabalho fora do estabelecimento); Dificuldades de casamento; Busca por educação/formação e, portanto, outra profissão; Tomada de decisão apenas sob controle do pai; Hierarquia familiar: pai controla o dinheiro; Intempéries climáticas; “Crise de expectativas”: desmotivação em permanecer no rural; Transformações no mercado e dificuldade de comercialização dos produtos; Falta de diálogo entre membros da família, principalmente pais e filhos; Falta de reconhecimento do trabalho feminino.
Brumer, Pandolfo e Coradini (2008)	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Ausência de participação feminina em atividades administrativas; Prejuízos à saúde provocados pela penosidade do trabalho e a sujeição ao clima; Invisibilidade do trabalho feminino; Baixa renda; Dificuldade de união conjugal; Desejo do cônjuge de não seguir a profissão de agricultor ou agricultora.
Spanevello (2008)	Pinhal Grande e Dona Francisca – RS	Penosidade do trabalho; Baixa renda das atividades produtivas; Quanto menos diversificado, maior a probabilidade de um dos filhos se ausentarem (elevam as incertezas); Pais não incentivam a permanência dos filhos; Próprios agricultores não veem na agricultura uma boa alternativa; Desvalorização da ocupação agrícola; Dificuldades econômicas e produtivas de competir com propriedades capitalizadas;

		Fatores externos: altos custos dos insumos, baixo preço pago pelo produto; Condição estrutural do estabelecimento; Sucessão é um processo “masculino”, excludente para as mulheres.
Weisheimer (2009)	Agudo, Sinimbu, Montenegro, Nova Pádua, Aratiba, São Lourenço do Sul e São Borja – RS	Busca de inserção profissional em outras atividades; Meio urbano oferece outras oportunidades; Continuidade da escolarização; Busca de emprego com renda mensal; Dar continuidade ao projeto de agricultor(a) sem companheiro (marido ou esposa); Menor autonomia material, maior a perspectiva de sair do estabelecimento; Menor socialização dos jovens no processo de trabalho familiar.
Spanevello <i>et al.</i> (2010)	Esperança do Sul – RS	Meio urbano oferece melhores condições de vida; Busca por ensino formal; Modelo educacional afasta o jovem do contexto rural; Carência de apoio governamental aos jovens rurais; Dificuldades no trabalho agrícola e falta de terras; Baixa renda.
Savian (2011)	Ponte Alta – SC	Pouco acesso a atividades de lazer; Penosidade do trabalho; Pouca disponibilidade de terra; Necessidade de melhorar a estrutura de produção; Baixos preços pagos pelos produtos agropecuários; Isolamento no meio rural.
Spanevello <i>et al.</i> (2011)	Pinhal Grande e Dona Francisca – RS	Dificuldade de obter área de terra (divisão da atual propriedade seria insuficiente); Não querem ser agricultores; Busca de trabalho com menor esforço físico, remuneração fixa e mensal; Rigidez por parte dos pais afasta os filhos (desestímulo); Prolongamento dos estudos; Falta de autonomia para os jovens; Dificuldades de matrimônio.
Soares da Silva <i>et al.</i> (2011)	Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Mercedes – PR.	Jornada de trabalho excessiva; Falta de controle sobre os preços pagos e recebidos; Penosidade da atividade; Más condições de trabalho e transporte; Falta de acesso aos meios de comunicação; Descaso de políticas públicas direcionadas para a categoria de jovens rurais.
Kischener (2015)	Sudoeste do Paraná	Ausência de renda satisfatória. Ausência de valores de comunidade; Exclusão ou falta de consideração sobre os projetos de vida dos filhos nas estratégias de reprodução social da família.
Zago e Bordignon (2012)	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	Estímulo dos pais para estudar; Facilidade da vida na cidade; Faltam alternativas de lazer.
Perondi (2016)	Sudoeste do Paraná (município de Capanema)	Exclusão da mulher do processo de partilha (casamento); Casamentos com pessoas que não são do meio rural; Acesso ao estudo e conseqüente trabalho urbano.

Fonte: Matte e Machado (2017, p. 11-14).

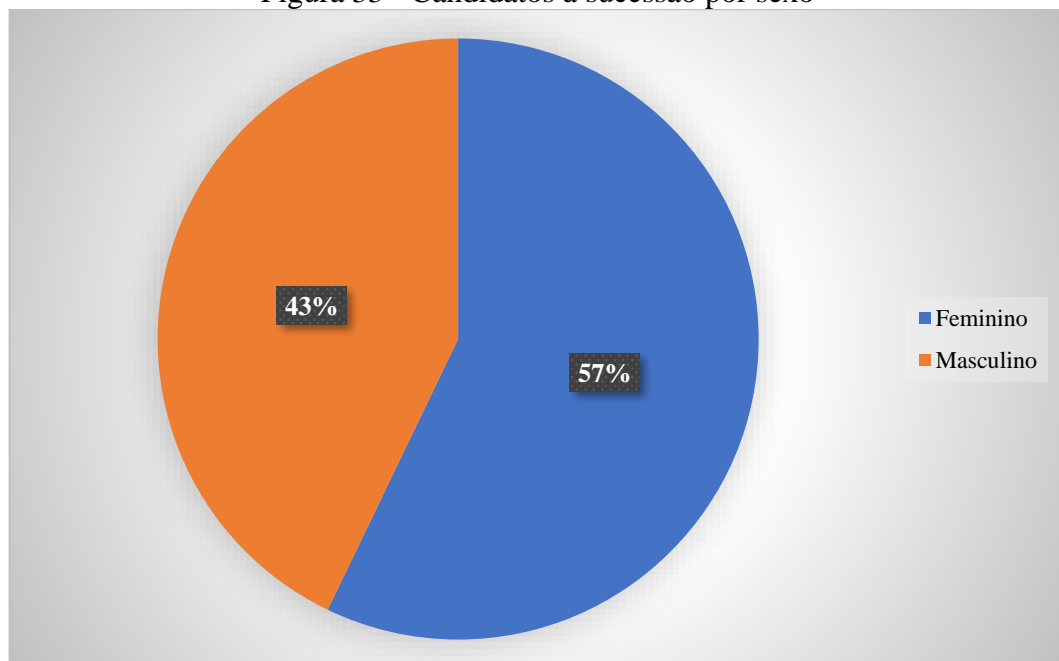
Este quadro foi disponibilizado na íntegra pois trata-se de um resumo ligado diretamente à temática desta pesquisa, os principais estudos estão no Rio Grande do Sul e Santa Catarina,

enquanto o estado do Paraná é representado apenas por cinco autores: 1) Brumer, Pandolfo e Coradini (2008) estudaram Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 2) Soares da Silva *et al.* (2011) com recorte espacial em Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Mercedes; 3) Kischener (2015) pesquisou o Sudoeste do Paraná; 4) Zago e Bordignon (2012) apresenta considerações sobre o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. 5) Perondi (2016) Sudoeste do Paraná (município de Capanema).

Não foram destacados estudos que abordem municípios localizados na porção norte do estado. Por isso, as entrevistas realizadas com os candidatos à gestão do lote permitem esboçar rascunhos para a compreensão deste cenário na AMUSEP. Nos parágrafos a seguir serão analisados os dados relacionados a: sexo, faixa etária, grau de escolaridade, residência atual, perspectiva de futuro, fatores que motivaram a saída/permanência no lote, como enxerga o futuro da propriedade, sob quais condições aceitaria continuar na propriedade, possibilidade de viver somente com a renda da propriedade.

Dos candidatos entrevistados, a maioria é do sexo feminino, conforme a figura 33 apresenta:

Figura 33 - Candidatos à sucessão por sexo



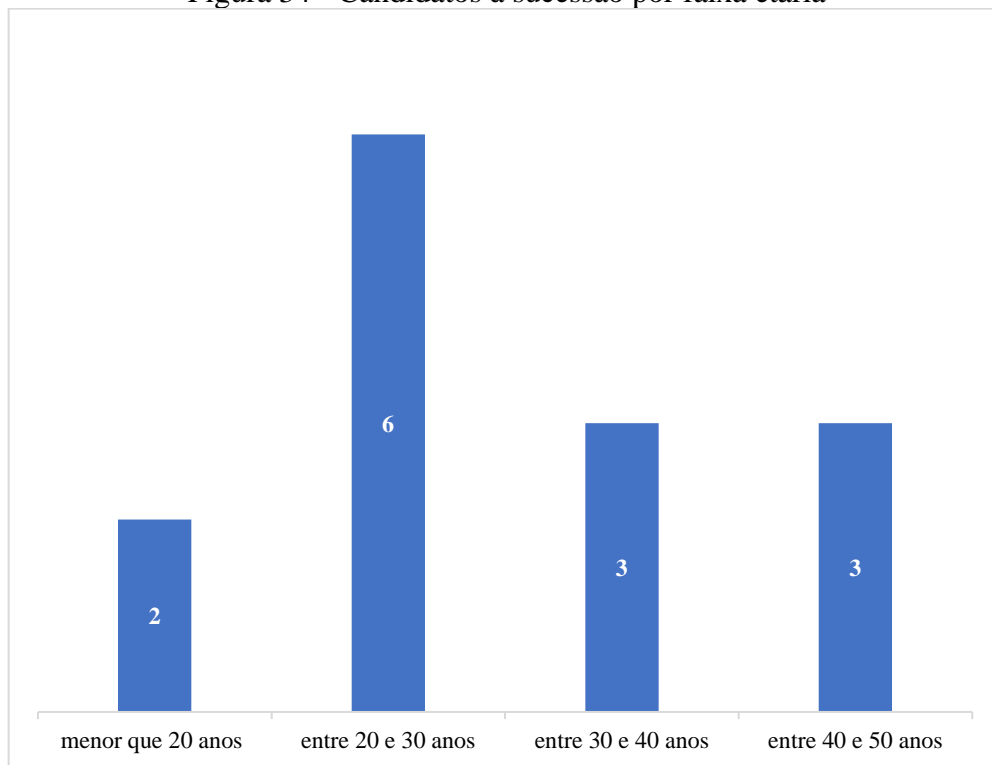
Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Essa informação remete à questão de gênero já abordada anteriormente, uma vez que existe um fato em comum entre elas: todas optaram por atividades urbanas. Todas as oito filhas

entrevistadas moram e possuem atividades urbanas, ao passo que dos seis filhos entrevistados, três deles estão no sítio seguindo as atividades do pai.

Os atuais gestores afirmam que não há distinção de gênero, as filhas por sua vez, apontam para uma ausência de espaço de participação, fato acrescido do desejo de buscar independência econômica resulta no desenvolvimento externo à propriedade. Em algumas entrevistas também fica evidente que muitas mulheres possuem outras expectativas profissionais que não a de ser agricultora. Inclusive, parte majoritária dos candidatos à sucessão estão na faixa etária que exige escolhas profissionais, como exemplifica a Figura 34.

Figura 34 - Candidatos à sucessão por faixa etária



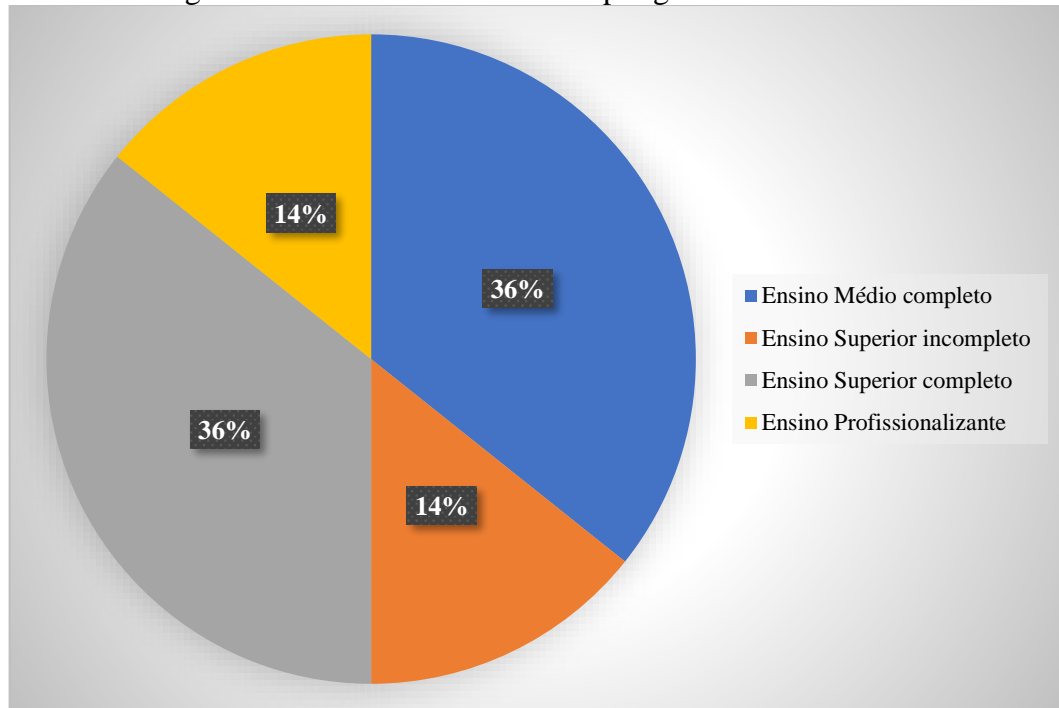
Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

A faixa etária predominante é entre 20 e 30 anos, deles, todos possuem atividades urbanas. Os jovens que optaram por trabalhar com os pais estão inseridos nas faixas de ‘menor que 20’ (um), e ‘entre 30 e 40 anos’ (dois deles).

Tanto na fala dos pais quanto dos filhos, observou-se um estímulo para o estudo, que se tornou de mais fácil acesso aos jovens agricultores, principalmente se comparado à geração anterior. Os pais relataram ao longo das entrevistas a dificuldade que eles encontraram de continuar seus estudos, essa adversidade resultava, muitas vezes, na não continuação da formação.

A Figura 35 apresenta resultados desse incentivo no universo dos entrevistados, não há mais jovens com ensino fundamental ou médio incompleto. O grau de escolaridade predominante é o do ensino médio e superior completo, seguidos de superior incompleto (jovens em processo de formação) e curso profissionalizante. Esse último foi ressaltado pelos entrevistados que possuem de 40 a 50 anos.

Figura 35 - Candidatos à sucessão por grau de escolaridade



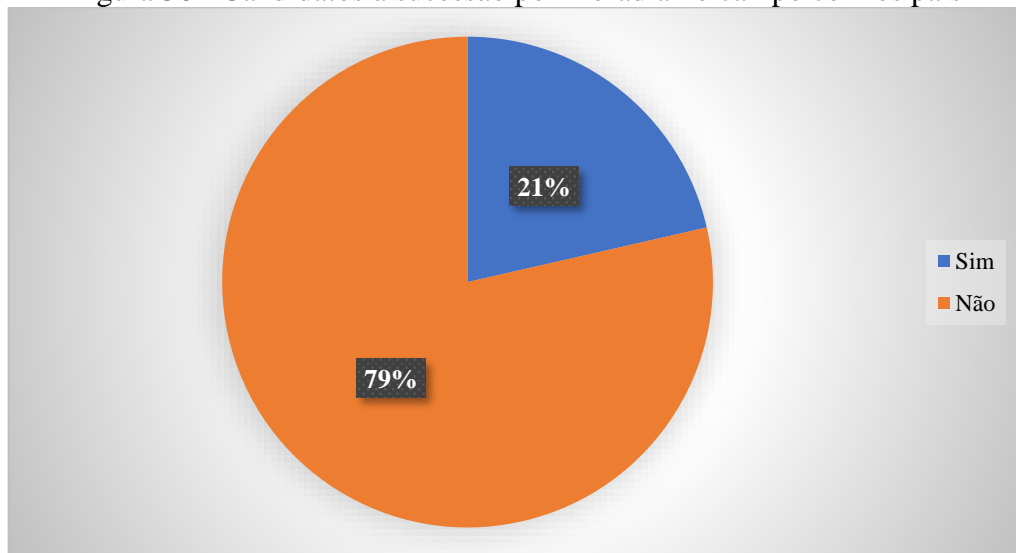
Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

A possibilidade de estudar é, sem dúvidas, um avanço para os jovens agricultores, porém, com a saída dos jovens para estudo na cidade, as possibilidades de trabalho, que antes se resumiam às atividades agrícolas, se expandem. Fato que somado à ausência de estímulo para permanência na terra, pode acentuar a saída de jovens do campo, reforçando a problemática relacionada à sucessão geracional na agricultura familiar.

No que se refere à ausência de estímulos para permanência na terra, os jovens destacam o déficit tanto do ponto de vista familiar, quanto do poder público e instituições associadas ao meio rural. Por parte dos pais, pouco se fala do futuro da propriedade e, ao ser abordado o assunto, geralmente carrega a opinião já construída do atual gestor, restando poucas alternativas para o jovem sucessor. Do ponto de vista do poder público, os jovens apontam para a carência de mecanismos relacionados a investimentos, cursos de aperfeiçoamento, suporte técnico, linhas de créditos com juros menores, ou seja, a falta de interesse para a criação de meios que propiciem a permanência do jovem no campo.

A saída de jovens do campo está representado na Figura a seguir, onde 79% dos jovens não moram com seus pais na propriedade rural.

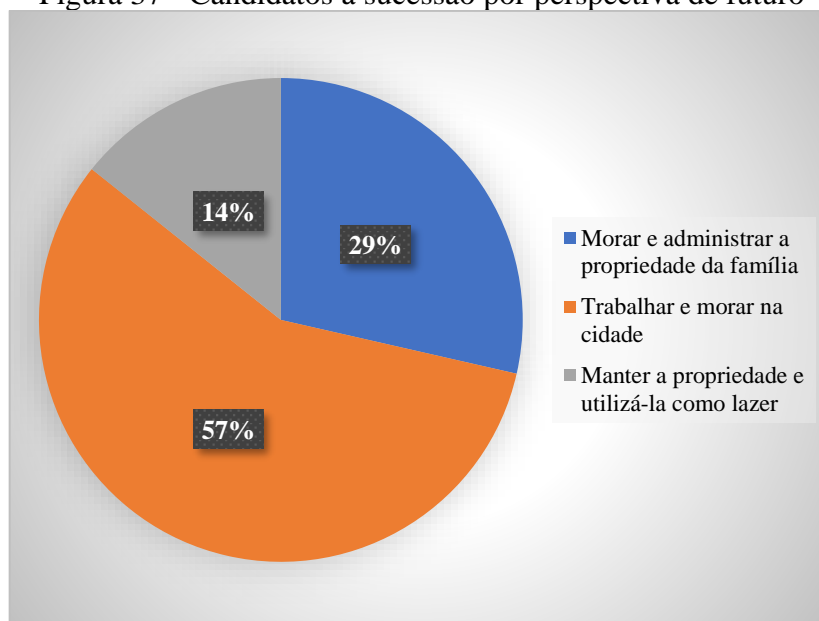
Figura 36 - Candidatos à sucessão por moradia no campo com os pais



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Com intuito de compreender a perspectiva futura desses jovens, a Figura 37 foi elaborada, ela apresenta o desejo dos candidatos:

Figura 37 - Candidatos à sucessão por perspectiva de futuro



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

No questionário também havia a possibilidade de responderem sobre o desejo de: vender a parte na propriedade e mudar para a cidade; morar na propriedade da família trabalhando na

cidade; ou morar na cidade e administrar a propriedade, mas nenhum dos entrevistados marcaram essas opções.

Para os que responderam que gostariam de trabalhar e morar na cidade ou manter a propriedade apenas para lazer, foi questionado os fatores que motivaram a saída do campo, respostas apresentadas a seguir:

Quadro 4 - Fatores que influenciam a decisão dos jovens em sair do estabelecimento rural, na AMUSEP, 2022

Local do estudo	Fator de saída
Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense - AMUSEP	Acesso ao estudo e conseqüente trabalho urbano; Renda não compatível com perspectivas; Ausência de estímulos para permanência na terra; Incentivo para atividades profissionais urbanas.

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

O Quadro 4 sintetiza os principais fatores que levam à não permanência na terra, elencados pelos quatorze jovens entrevistados. Para além da falta de estímulo à permanência na terra, concomitantemente, houve/há incentivo de mudança para o meio urbano, seja para trabalho ou estudo, de modo que seja alcançada renda que permita melhor qualidade de vida.

Os entrevistados que possuem o desejo de morar e administrar o estabelecimento indicaram fatores que motivaram a permanência, expostos a seguir:

Quadro 5 - Fatores que influenciam a decisão dos jovens em permanecer no estabelecimento rural, na AMUSEP, 2022

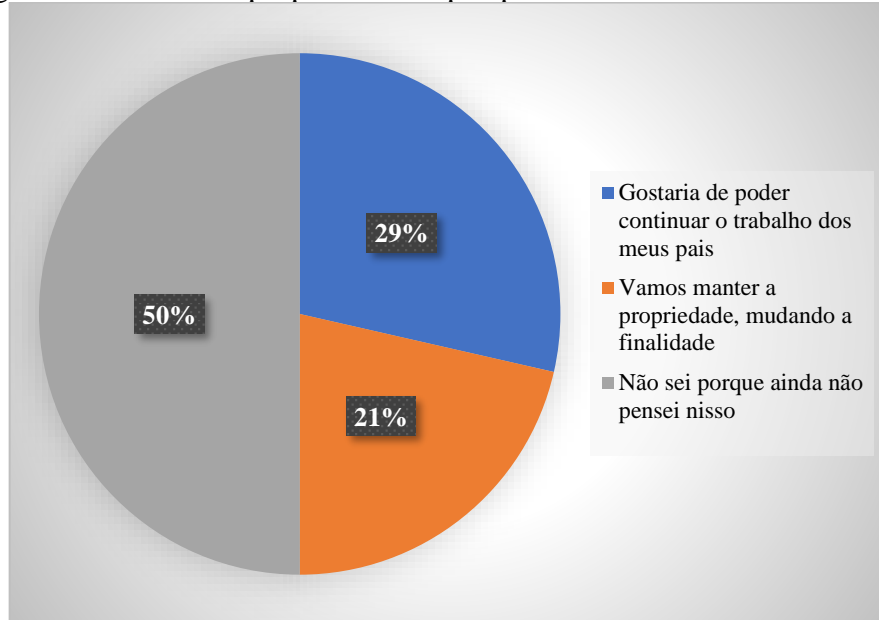
Local do estudo	Fator de permanência
Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense - AMUSEP	Afetividade; Liberdade; Gosto pela atividade desenvolvida; Incentivo.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Sobre a permanência dos jovens existe uma informação em comum muito importante: os pais deram autonomia de ação. Um deles afirma: “Quando os meninos fizeram 18 anos já fui até à secretaria de agricultura municipal e solicitei um CADPRO (cadastro do produtor rural), separamos as atividades de cada um, mas as decisões são tomadas de forma coletiva, o diálogo é a resposta para dar certo”.

Dessa forma, a centralização de decisões e ações não é o caminho para pais agricultores que desejam que os filhos sigam seus passos. Entre os jovens, observa-se uma incerteza quanto ao futuro da propriedade, dúvida gerada pela falta de conversa entre os membros da família.

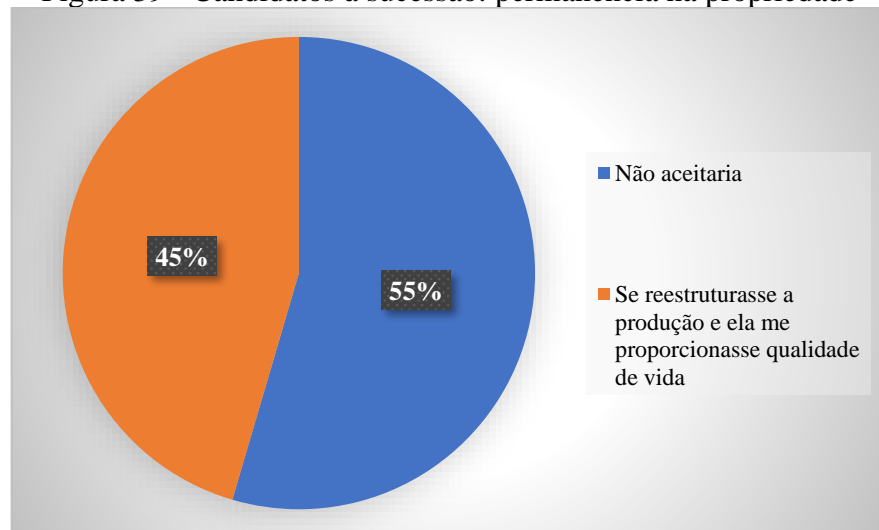
Figura 38 - Futuro da propriedade na perspectiva dos candidatos à sucessão



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Nenhum dos entrevistados responderam que vão optar por arrendar ou vender a propriedade, mesmo aqueles que não possuem intuito de continuar os trabalhos do pai, haveria uma esperança desses filhos optarem pelas atividades rurais? Com intuito de responder tal questionamento, a Figura 39 foi desenvolvida:

Figura 39 - Candidatos à sucessão: permanência na propriedade

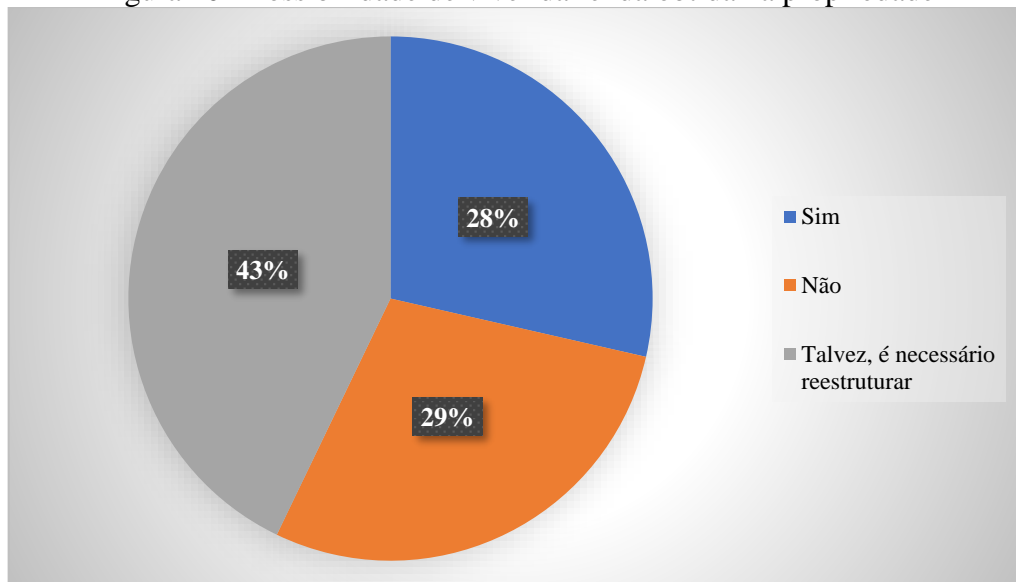


Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

A pergunta aos jovens foi: em que condições você aceitaria continuar na propriedade da família? A maioria afirma ter vínculo e atividades urbanas, que não se enxerga trabalhando em atividades rurais, ao passo que 45% até retornaria ao campo se for possível obter melhor qualidade de vida.

A renda também foi apontada pelos jovens como causa de saída do campo, normalmente, as dificuldades enfrentadas pelos pais, descontentamento com a vida no campo e falta de recursos, acabam por repelir os jovens do meio rural, ao mesmo tempo em que incentivam para atividades profissionais urbanas. Os jovens foram questionados sobre as condições de viver somente da renda obtida na propriedade, o resultado está apresentado na Figura 40.

Figura 40 - Possibilidade de viver da renda obtida na propriedade



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Observa-se que a renda é um fator de peso no processo de decisão do jovem, mas não é única. Dos sete núcleos familiares entrevistados, apenas dois deles possui sucessor que decidiu manter as atividades agrícolas. Os demais sucessores afirmam ter o desejo de manter a propriedade, devido viés afetivo criado, porém sob circunstâncias diferentes, como a reestruturação da produção, de modo que ela garanta a qualidade de vida desejada.

É de suma importância a elaboração de pesquisas que aprofundem a temática, principalmente na ampliação das amostras de entrevistados, a fim de obter uma dimensão mais abrangente do contexto futuro dos agricultores familiares, pois, não se trata apenas de um tipo de produção existente no meio rural, trata-se de uma cultura criada e recriada por sujeitos do campo, revividas de geração em geração.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se comprometeu em atingir três objetivos específicos no recorte espacial da AMUSEP, a saber: 1) Contextualizar historicamente a agricultura familiar por meio de estudo das transformações no campo; 2) Caracterizar a agricultura, com ênfase na familiar; e, 3) Identificar as perspectivas futuras da gestão dos estabelecimentos de agricultura familiar. Considera-se que os objetivos foram alcançados, isto porque as informações apresentadas ao longo desta pesquisa atendem aos questionamentos propostos inicialmente.

Ao contextualizar historicamente a agricultura familiar, nota-se a interrelação dessa categoria com o processo de colonização do recorte espacial estudado, constatando que a base da agricultura familiar está enraizada historicamente na formação do espaço geográfico que existe atualmente. Todos os municípios que compõem a AMUSEP possuem uma colonização intrinsecamente associada ao café enquanto atividade econômica, pequenas e médias propriedades como estrutura fundiária e produtores familiares adquirindo as terras nos primórdios da ocupação do norte do Paraná. Porém, com os incentivos para diversificação de culturas e a modernização das técnicas de produção – para citar duas das muitas variáveis que influenciaram esse processo – muitas alterações ocorreram na estrutura agrária desses municípios, conforme pode ser visto nas figuras comparativas, modificações evidenciadas por meio de censos agropecuários e demográficos.

Na caracterização da agricultura levou-se em consideração variáveis que englobam o estabelecimento e o produtor. A área de estudo possui 10041 estabelecimentos rurais, desses, 6690 se declaram como pertencentes da categoria familiar. Trata-se de um número expressivo de agricultura familiar se comparado com os demais estabelecimentos. No entanto, ao observar a área ocupada o cenário se inverte, uma vez que o espaço agrário brasileiro está em sua maior parte nas mãos de agricultores que não pertencem à tipologia de agricultura familiar.

Em um comparativo entre os anos de 2006 e 2017, tanto a área ocupada quanto o número de estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar diminuiu na AMUSEP. O decréscimo no total de estabelecimentos agropecuários não significa afirmar que eles desapareceram, mas que talvez tenha ocorrido uma concentração desses lotes. No entanto, acrescido da informação que aponta uma redução da área ocupada, é necessário um acompanhamento futuro desses dados, verificando se há uma tendência de queda.

Uma reflexão acerca da redução de estabelecimentos e área ocupada pelos agricultores: Caso a tendência de diminuição continue nos próximos censos, o fato de ter menos agricultores no campo pode levar a uma possível valorização do agricultor familiar.

O comparativo realizado entre 1995 e 2017 apontou para um decréscimo no total de estabelecimentos agropecuários. Também apresentou queda no número de estabelecimentos com atividade econômica de lavouras temporárias e permanentes, porém, tal redução de estabelecimentos não é representativa, considerando os números absolutos e relativos. Ainda, apresentou um aumento na produção de horticultura e floricultura, significando novas alternativas econômicas, que não sejam a concorrer com as atividades predominantes.

Entendeu-se que o uso da terra está intrinsecamente associado, dentre outros fatores, ao tamanho do lote e que a atividade econômica predominante é pecuária e criação de outros animais, seguidos de produção de lavouras temporárias, embora a pluriatividade pode ser uma alternativa para pequenos produtores.

Nota-se uma relação entre o modelo de colonização e o modelo atual de repartição de terras, ou seja, uma presença intensa de pequenos e médios estabelecimentos. A maioria, cerca de 38%, possuem seu lote de até 5 ha; ao passo que 36,97% possuem de 5 a menos de 20 ha; e, 25% possuem mais de 20 ha. Os produtores familiares estão, majoritariamente em pequenos lotes rurais, o que, por vezes, pode limitar o desenvolvimento de alguns tipos de produção.

Ainda em relação às características dos estabelecimentos, existe um número expressivo de maquinários nas propriedades familiares, principalmente naqueles que possuem como atividade econômica a produção de lavouras temporárias. Mas não é possível compreender se estes maquinários estão distribuídos ou concentrados em estabelecimentos específicos. Sobre esse assunto, cabe ressaltar que a técnica por si só, não é capaz de garantir a sobrevivência do agricultor familiar.

As alterações na agricultura influenciaram o modelo de gerenciamento dos lotes rurais e conseqüentemente as relações de trabalho. Existe uma carência de capacitação do(a) atual responsável pela gestão do lote, visto que, com a nova base técnica de produção, a quantidade de processos e variantes que envolvem a produção exigem visão técnica e estratégica.

Atualmente, parte majoritária dos estabelecimentos que compõem a AMUSEP possui como condição legal a característica de “própria”, seguidos de “arrendadas” e por último, com número muito menos expressivo “em parceria”. O fato de o(a) produtor(a) titular diretamente ser a direção comumente encontrada nos estabelecimentos reforça a problemática relacionada à representatividade de pais e filhos administrando o lote, também é reforçada na idade do gestor que já em vias de se aposentar releva a necessidade de discussão do futuro da propriedade.

Ainda, observou-se que, em 2017, grande parte dos financiamentos concedidos foram destinados a estabelecimentos que não possuem bases em agricultura familiar, invertendo o

cenário apontado em 2006. Nesse sentido, há uma divergência de opiniões entre os agricultores familiares no que se refere aos financiamentos, há os que julgam um excelente programa de acesso a crédito e aqueles que o diz muito burocrático.

O cenário agrário, no que se refere a homens e mulheres, ainda mantém a constante da presença masculina, majoritariamente. Em 1996, os homens ocupam 76,97% *versus* 23,03% de mulheres, ao comparar com 2017, um percentual que já era baixo, diminui para 19,56% de mulheres contra 80,44% de homens. Não existem incentivos para a inclusão da mulher em atividades agrárias, há ausência de espaço de participação na gestão e, também, há incentivo para que busquem por níveis mais elevados de escolaridade e outras possibilidades profissionais. Uma temática que merece destaque nas pesquisas geográficas.

Ainda que resolvida a questão de gênero, não estaria garantida a manutenção social da agricultura familiar. O futuro da propriedade está em xeque, à mercê da decisão do(a) jovem rural, que é influenciado por dinâmicas gerais (urbanização e mudanças tecnológicas), características locais e especificidades próprias de seu comportamento.

Foram observados quatro principais motivos que instigam a saída do(a) jovem do campo: acesso ao estudo e conseqüente trabalho urbano; renda não compatível com perspectivas; ausência de estímulos para permanência na terra; e, incentivo para atividades profissionais urbanas.

Existe uma recorrência da falta de planejamento na administração futura do lote rural. Uma gestão centralizada no varão da família, provoca incertezas no que se refere ao futuro da propriedade e do sucessor. Alguns pais responsáveis pela gestão se tornam chefes ríspidos que não abrem margem para diálogo e/ou decisões coletivas, repelindo, muitas vezes, o filho do trabalho em conjunto. Não se pode desconsiderar que muitos jovens possuem outras expectativas profissionais que não a de ser agricultor.

No entanto a existência ou não de incentivos por parte do atual gestor não é a variável mais importante na manutenção da agricultura familiar, esses sujeitos estão inseridos em uma organização social e econômica que acentuam os desafios enfrentados, principalmente no que se refere à desigualdade de capital e dos níveis de eficiência da produção entre grande e pequena propriedade.

Muitas variáveis poderiam ser verificadas em uma tentativa de compreender os estabelecimentos e gestores rurais de tipologia familiar, este estudo não possui como objetivo esgotá-las, apenas observar algumas delas, quiçá, as elegidas como mais relevantes.

Entretanto, esse modo de administração por sucessão geracional resiste na configuração rural em meio a tantas transformações, pelo menos até então. A afetividade com a terra e gosto

pela atividade desenvolvida são duas das razões de permanência, considerando toda a trajetória e/ou história de vida da família naquele lugar. O processo de sucessão geracional que ocorria naturalmente no período de colonização não está fadado à extinção, considerando que a agricultura familiar é imbuída de adaptabilidade e diversidade, capacidades de sobreviver a cenários e desafios variados.

8 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.1, n.1, p.66-83, 1986.
- ALTMANN, R. (Coord.). **Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 112p.
- AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense. **Institucional**. 2020. Disponível em: <http://www.amusep.com.br/site/institucional>. Acesso em: 13 set. 2020.
- AMUSEP - Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense. **Estatuto**. 2021. Disponível em: <http://www.amusep.com.br/site/institucional>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- ANDRADE, A. A. V. **Vilas rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão**. Orientador: Dalton Áureo Moro. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.
- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 3 ed. Revista, ampliada e atual. São Paulo: Atlas, 2010.
- BAUMEL, A.; BASSO, L. C. Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural. *In*: CAMARGO, G.; CAMARGO FILHO, M.; FÁVARO, J. L. (org.) **Experiências em desenvolvimento sustentável e agricultura familiar**. Guarapuava/Paraná: Ed. Unicentro, 2004.
- BERNARDES, A. Quanto às categorias e aos conceitos. **Revista Formação Online**, n. 18, v. 2, p. 39-62, jul./dez. 2011.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, **Diário Oficial da União**: 25.7.2006.
- BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. *In*: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (org.). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996, p. 39-58.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. *In*: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. (org.). **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.35-51.
- BRUMER, A. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. *In*: RENK, A.; DORIGON, C. (org.). **Juventude Rural, Cultura e Mudança Social**. Chapecó: Argos, 2014, p. 115-138.

CERON, A. O.; GERARDI, L. H. de O. Geografia Agrária e Metodologia de Pesquisa. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 2, n. 3, Uberlândia. p. 04-16, fev., 2007.

CHAYANOV, A. The Theory of Peasant Economy. Homewood, Richard Irwin, 1966. *In*: ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

CHIES, C.; YOKOO, S. C. Colonização do Norte Paranaense: Avanço da Cafeicultura e Problemas decorrentes deste Processo. **Revista GEOMAE - Geografia, Meio Ambiente e Ensino**. Campo Mourão-PR, v.03, n.01, p. 27-44, 1º SEM/2012.

CMNP - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 1975. Disponível em: <http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio**: o dicionário da Língua Portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura**: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC; IPARDES, 1988.

GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. *In*: FAZENDA, I. (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: O problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Novo Retrato da Agricultura familiar - O Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, fevereiro 2000.

HARACENKO, A. A. S. *et al.* (org). **Geografia**: temas e reflexões. Maringá, PR: Eduem, 2015. 315p.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 324 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>. Acesso em: 20 mar. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 1995. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 10 nov. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

INCRA-FAO. **O Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: 2000.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Estatísticos Municipais**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 10 set. 2020.

KIYOTA, N.; PERONDI, M. A. Sucessão geracional na agricultura familiar. Uma questão de renda? *In*: BUAINAIN, A. M. *et al.* (Editores técnicos). **O Mundo Rural no Brasil do Século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014, p. 1011-1045.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1998.

LARANJEIRA, R. **Colonização e reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983.

LOURENZANI, W. L. Capacitação Gerencial de Agricultores Familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, 2006.

MARTINE, G. Faces e faces da modernização agrícola brasileira. **In: Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1989.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELLO, M. A. de *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura São Paulo - Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Trad. Maria José da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOLINARI, D. P.; TOGNATO, L. F. R. **Relação Campo-Cidade: a Dinâmica da Composição Populacional no Percurso Histórico da AMUSEP**. *In*: V SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE PEQUENAS CIDADES, 2020, Edição Online. V SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE PEQUENAS CIDADES (SINAPEQ 2020) - A Diversidade das Pequenas Cidades Brasileiras, 2020.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do Norte do Paraná. Geografia. *In*: **Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: n. 3, Ano 1, p. 221 a 236, 1935.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros!. *In*: FERNANDES, B. M; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 211- 270.

NÓBREGA, M. T.; SERRA, E. Noroeste do Paraná: a dinâmica da paisagem rural nas zonas de contato arenito-basalto. **Revista Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.3, n.2, p.197-213, jul./dez. 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Os Mitos Sobre o Agronegócio no Brasil**. 1981. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>. Acesso em: 10 jan. 2021.

OXFAM. **Terrenos da Desigualdade: terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural**. 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. (trad.) Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIGON, O.; SANT'ANA, T. C. F. Os Papéis das Pequenas Cidades no Contexto Atual da Rede Urbana Brasileira: um ensaio sobre a região da AMUSEP. **Revista Percursos - NEMO**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 157- 177, 2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SERRA, E. **Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná**. Observatório Geográfico de América Latina. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/20.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SILVA, J. G. **Processo Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais para da sucessão hereditária**. NEAD: Brasília, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNEP, 2004.

STROPASOLAS, V. L. Os dilemas da juventude no processo sucessório da agricultura familiar. *In*: RENK, A.; DORIGON, C. (org.). **Juventude Rural, Cultura e Mudança Social**. Chapecó: Argos, 2014, p. 139-162.

TEPICHT, J. **Marxismeetagriculture: Le paysan polonais**. Armand Colin, Paris, 1973. *In*: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

VENTURI, L. A. B. A questão epistemológica na ciência geográfica. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E ENSINO E XX SEMANA DE GEOGRAFIA DA UEM. 2011, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2011.

VERRI, F. **Para Além das Fronteiras:** o grau de competição eleitoral na Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense. Orientador: Celene Tonella. 2015. 200f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

APÊNDICE A - AMUSEP - Dinâmica populacional de 1970 a 2010

Municípios	População - 1970			População - 1991			População - 2000			População - 2010		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Ângulo	--	--	--	--	--	--	2150	690	2840	2253	(-)606	2859
Astorga	10729	14289	25018	18534	(-)3924	(-)22458	20476	(-)3161	23637	22559	(-)2139	24698
Atalaia	1421	5121	6542	2841	(-)1288	(-)4129	3327	(-)688	(-)4015	3347	(-)566	(-)3913
Colorado	5099	10989	16088	15616	(-)3356	18972	18772	(-)2185	20957	21005	(-)1340	22345
Doutor Camargo	2457	6766	9223	4379	(-)1563	(-)5942	4679	(-)1098	(-)5777	5109	(-)719	5828
Floraí	3523	7499	11022	4240	(-)1260	(-)5500	4511	(-)774	(-)5285	(-)4472	(-)578	(-)5050
Floresta	1285	7018	8303	3469	(-)1058	(-)4527	4386	(-)736	5122	5470	(-)461	5931
Flórida	845	2131	2976	1652	(-)444	(-)2096	2181	(-)253	2434	2322	(-)221	2543
Iguaraçu	1728	8127	9855	4029	(-)1662	(-)5691	(-)2814	(-)784	(-)3598	3559	(-)423	3982
Itaguajé	3269	5294	8563	3473	(-)1581	(-)5054	3586	(-)1185	(-)4771	3636	(-)932	(-)4568
Itambé	2863	12181	15044	4711	(-)1458	6169	5378	(-)578	(-)5956	5674	(-)305	5979
Ivatuba	1789	12132	13921	(-)1779	(-)729	(-)2508	1926	870	2796	2294	(-)716	3010
Lobato	1502	4676	6178	2827	(-)935	(-)3762	3366	(-)698	4064	4105	(-)296	4401
Mandaguaçu	4491	12171	16662	11122	(-)3575	(-)14697	14113	(-)2715	16828	17585	(-)2196	19781
Mandaguari	11490	18920	30410	21250	(-)6836	(-)28086	28281	(-)3114	31395	30934	(-)1724	32658
Marialva	9574	27922	37496	16177	(-)6448	(-)22625	22113	6589	28702	25792	(-)6167	31959
Maringá	99898	21476	121374	234079	(-)6213	240292	283978	(-)4675	288653	350653	6424	357077
Munhoz de Melo	1360	6016	7376	1994	(-)1634	(-)3628	2527	(-)874	(-)3401	2974	(-)698	3672
N. Sra. das Graças	1423	4865	6288	2222	(-)1258	(-)3480	2848	(-)985	3833	3182	(-)654	3836
Nova Esperança	13810	15569	29379	17941	(-)6248	(-)24189	21785	(-)3944	25729	24323	(-)2292	26615
Ourizona	1645	6627	8272	2583	(-)1167	(-)3750	2720	(-)676	(-)3396	3044	(-)336	(-)3380
Paçandu	3393	8700	12093	20997	(-)1200	22197	29622	(-)1142	30764	35445	(-)491	35936
Paranacity	3023	8619	11642	5087	(-)3441	(-)8528	7326	(-)1783	9109	9469	(-)781	10250
Pres. Castelo Branco	705	5081	5786	2187	(-)1446	(-)3633	3247	(-)1058	4305	4197	(-)587	4784
Santa Fé	2992	8535	11527	6452	(-)2256	(-)8708	7264	(-)1606	8870	9232	(-)1200	10432
Santa Inês	669	4193	4862	1012	(-)1032	(-)2044	1193	(-)906	2099	(-)1192	(-)626	(-)1818
Santo Inácio	2258	6095	8353	4035	(-)1479	(-)5514	(-)3960	(-)1228	(-)5188	4200	(-)1069	5269
São Jorge do Ivaí	3220	14692	17912	4297	(-)1790	(-)6087	5252	(-)652	(-)5904	(-)4781	736	(-)5517
Sarandi	--	--	--	46208	1773	47981	69493	1929	71422	82146	(-)701	82847
Uniflor	694	3475	4169	1540	(-)1122	(-)2662	1658	(-)704	(-)2362	1987	(-)479	2466
Total	197155	269179	466334	466733	(-)68176	534909	584932	(-)48280	633212	696941	(-)36463	733404

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AGRICULTORES FAMILIARES

IDENTIFICAÇÃO:

- 1) Sexo
() Feminino () Masculino
- 2) Faixa Etária
() menor que 20 anos () 20 – 30 anos () 30 – 40 anos () 40 – 50 anos
() 50 – 60 anos () maior que 60 anos
- 3) Estado civil
() Solteiro(a) () Casado(a) () Outro
- 4) Lugar de residência atual
() Campo () Cidade – Qual? _____
- 5) Qual(is) sua(s) principal(is) fonte(s) de renda?
- 6) Número de filhos
() Meninas () Meninos
- 7) Onde, atualmente, residem seus filhos? Com o que eles trabalham?

HISTÓRICO:

- 8) De onde vieram seus avós e seus pais? Com o que eles trabalham ou trabalhavam?
- 9) Como você iniciou a vida com o trabalho na agricultura? (Ano e forma de obtenção)
- 10) Tipo de produção

ATUALMENTE:

- 11) Quem trabalha no estabelecimento?
- 12) Percebe modificações nas formas de trabalho na agricultura desde o tempo de seus avós até o de seus filhos? Quais as principais?
- 13) Você faz parte de uma ou mais organizações (cooperativa, associação, grupo informal)? Por quê?
- 14) Depois que assumiu a gestão da propriedade, teve que modificar suas técnicas de trabalho na agricultura? Quais? Por quê? Enfrentou dificuldades?
- 15) Está vinculado a algum programa oficial vinculado à lavoura (financiamento, assistência técnica)? Como conseguiu vincular-se? Qual a importância desse programa para você?
- 16) Recebe assistência de extensionistas ou técnicos rurais? De quais instituições? Essa assistência é suficiente? Por quê?
- 17) Ao longo dos anos, verificou em sua família algumas mudanças relacionadas à qualidade de vida? Quais?

PERSPECTIVAS FUTURAS - SUCESSÃO GERACIONAL:

- 18) Há perspectivas de futuro na agricultura familiar?
- 19) Qual a perspectiva para a propriedade?
- 20) Deseja que os filhos sejam agricultores?
- 21) Há previsão de sucessor? Quem?
- 22) Qual o critério para escolha de quem permanecerá na gestão? (sexo, idade, formação)

**APÊNDICE C - ROTEIRO PARA CANDIDATOS À SUCESSÃO NA
AGRICULTURA FAMILIAR**

1) Sexo

Feminino Masculino

2) Faixa Etária

menor que 20 anos 20 – 30 anos 30 – 40 anos 40 – 50 anos
 50 – 60 anos maior que 60 anos

3) Grau de escolaridade

Ensino Fundamental incompleto
 Ensino Fundamental completo
 Ensino Médio incompleto
 Ensino Médio completo
 Ensino Superior incompleto
 Ensino Superior completo

4) Você mora com sua família na propriedade rural?

Sim Não

5) Qual a sua perspectiva de futuro?

morar e administrar a propriedade da família.
 morar na propriedade da família trabalhando na cidade.
 morar na cidade e administrar a propriedade.
 trabalhar e morar na cidade.
 manter a propriedade e utilizá-la como lazer.
 Vender a parte na propriedade e mudar para a cidade.

6) Quais os fatores que motivam a sua saída?

7) Na sua opinião, como você vê o futuro da propriedade da família?

Gostaria de poder continuar o trabalho dos meus pais.
 Vamos manter a propriedade, mudando a finalidade.
 Vamos arrendar a propriedade.
 Vamos vender a propriedade.
 Não sei porque ainda não pensei nisso

8) Em que condições você aceitaria a continuar na propriedade da família, morando e vivendo dela?

Com crédito e suporte técnico.
 Em terras de melhor qualidade.
 Não aceitaria.
 Se os preços pagos pelos nossos produtos compensassem.
 Se reestruturasse a produção e ela me proporcionasse qualidade de vida.

9) Você acha que há condições de viver somente da renda obtida na propriedade?

Sim Não Talvez, é necessário reestruturar

APÊNDICE D - Municípios AMUSEP - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas) por sexo, em 1995 e 2017

Município	Sexo	1995	2017
Ângulo (PR)	Total	871	664
	Homens	762	568
	Mulheres	109	96
Astorga (PR)	Total	3877	2011
	Homens	2690	1622
	Mulheres	1187	389
Atalaia (PR)	Total	1152	739
	Homens	870	633
	Mulheres	282	106
Colorado (PR)	Total	2696	1803
	Homens	2146	1449
	Mulheres	550	354
Doutor Camargo (PR)	Total	2144	630
	Homens	1499	544
	Mulheres	645	86
Florai (PR)	Total	936	767
	Homens	797	676
	Mulheres	139	91
Floresta (PR)	Total	998	474
	Homens	873	395
	Mulheres	125	79
Flórida (PR)	Total	333	291
	Homens	322	241
	Mulheres	11	50
Iguaraçu (PR)	Total	1033	668
	Homens	882	560
	Mulheres	151	108
Itaguajé (PR)	Total	724	827
	Homens	626	592
	Mulheres	98	235
Itambé (PR)	Total	1541	611
	Homens	1467	530
	Mulheres	74	81
Ivatuba (PR)	Total	551	290
	Homens	507	267
	Mulheres	44	23
Lobato (PR)	Total	744	884
	Homens	650	743
	Mulheres	94	141
Mandaguaçu (PR)	Total	1992	1501
	Homens	1473	1177

	Mulheres	519	324
Mandaguari (PR)	Total	3087	2270
	Homens	2029	1681
	Mulheres	1058	589
Marialva (PR)	Total	6614	3447
	Homens	5055	2561
	Mulheres	1559	886
Maringá (PR)	Total	4676	2050
	Homens	3708	1661
	Mulheres	968	389
Munhoz de Melo (PR)	Total	1018	757
	Homens	902	641
	Mulheres	116	116
Nossa Senhora das Graças (PR)	Total	830	734
	Homens	555	598
	Mulheres	275	136
Nova Esperança (PR)	Total	4378	2553
	Homens	3040	2011
	Mulheres	1338	542
Ourizona (PR)	Total	1026	655
	Homens	916	574
	Mulheres	110	81
Paçandu (PR)	Total	1771	600
	Homens	1307	529
	Mulheres	464	71
Paranacity (PR)	Total	1383	1540
	Homens	905	1273
	Mulheres	478	267
Presidente Castelo Branco (PR)	Total	1005	904
	Homens	710	682
	Mulheres	295	222
Santa Fé (PR)	Total	1464	1509
	Homens	1231	1199
	Mulheres	233	310
Santa Inês (PR)	Total	351	441
	Homens	314	376
	Mulheres	37	65
Santo Inácio (PR)	Total	1590	1079
	Homens	1341	858
	Mulheres	249	221
São Jorge do Ivaí (PR)	Total	2338	1053
	Homens	1961	894
	Mulheres	377	159
Sarandi (PR)	Total	1643	486
	Homens	1017	380

	Mulheres	626	106
	Total	580	813
Uniflor (PR)	Homens	504	670
	Mulheres	76	143

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE, 1995 e 2017.